



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VINÍCIUS DOS SANTOS MORENO BUSTOS

**UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PARA A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO
PARANÁ (2018-2020)**

Londrina
2021

VINÍCIUS DOS SANTOS MORENO BUSTOS

**UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PARA A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO
PARANÁ (2018-2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Bustos, Vinícius dos Santos Moreno.

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO PARANÁ (2018-2020) / Vinícius dos Santos Moreno Bustos. - Londrina, 2021. 157 f.

Orientador: Fabio Lanza.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Componente curricular de Ensino Religioso - Tese. 2. Proselitismo - Tese. 3. Sociologia das Religiões - Tese. 4. Formação Profissional de Professores - Tese. I. Lanza, Fabio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 3

VINÍCIUS DOS SANTOS MORENO BUSTOS

**UMA ANÁLISE SOCIOLOGICA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PARA A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO
PARANÁ (2018-2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profª Drª Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Instituto de Pesquisa e Formação Educação e
Religião - IPFER

Londrina, 29 de janeiro de 2021.

Dedico este trabalho a
todos(as) os(as)
educadores(as)
brasileiros(as), que assim
como Paulo Freire, acreditam
na educação como chave da
transformação...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais e meu irmão, com todo o apoio incondicional acerca das minhas escolhas e da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina e todo o curso de Ciências Sociais, ao programa de pós-graduação, e a todos os docentes que contribuíram para minha formação humana e profissional. Faço menção muito especial à professora Dra. Ângela Maria de Sousa Lima, que transbordando paixão, me ensinou a arte e o amor por lecionar.

A todos os meus queridos amigos e amigas que se mantiveram presentes em minha vida, me apoiando, tanto nas risadas como nos momentos difíceis. Não caberiam nessas páginas tudo que tenho a agradecer-los, mas saibam que estão para sempre eternizados no meu coração.

Aos meus queridos amigos da vida e companheiros de sociologia José Neves, Lucas, Franciele e Villenon, pelos *insights*, pelas conversas e por tornarem a caminhada mais leve.

A todos os meus amigos do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades pela dedicação e comprometimento à pesquisa e educação.

Agradeço aos professores Dra. Ileizi Luciana Fiorelli e Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, não só pelas contribuições que tornaram esta pesquisa possível, mas por servirem de exemplo e inspiração a todos os pesquisadores que se iniciam nessa trajetória – muito obrigado.

Gostaria de agradecer, com um enorme carinho, meu amigo e orientador professor Dr. Fabio Lanza, por primeiramente acreditar em mim, por despertar e manter acesa a paixão pela sociologia durante todos esses anos de trajetória e trabalho contínuo, por servir de inspiração como ser humano e profissional. Agradeço por toda ajuda nos momentos cruciais, e todos os conselhos que ultrapassaram, não só os âmbitos profissionais, mas principalmente os pessoais - e que levarei comigo por toda vida.

Gostaria de agradecer à minha melhor amiga Bianca Silva de Azevedo Palma, por estar presente durante a fase final deste trabalho, me ajudando a superar as dificuldades do dia a dia, e tornando tudo mais colorido e feliz.

A todos aqueles que não pude mencionar, mas que contribuíram de alguma forma na minha trajetória, saibam que nada disso teria acontecido sem vocês – muito obrigado.

*Se as coisas são inatingíveis, ora!
Não é motivo para não querê-las.
Que tristes seriam os caminhos, se não
fosse a presença distante das estrelas.*

Mario Quintana

BUSTOS, Vinicius dos Santos Moreno. **Uma análise sociológica sobre a formação de professores para a área de Ensino Religioso Paraná (2018-2020)**. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender a formação acadêmica dos egressos das Universidades Públicas de Ensino Superior paranaenses habilitados a ministrar o componente curricular de Ensino Religioso, se estas são ou não suficientes para o exercício da profissão. Utilizamos fontes de pesquisas por nós realizadas nos períodos de 2014 a 2019, sob os eixos da laicidade, proselitismo, associados com a diversidade religiosa e a educação. Quanto às metodologias utilizadas para a pesquisa, é importante salientarmos que empregamos a triangulação de dados, onde utiliza-se de várias abordagens metodológicas, sendo estas quantitativas e qualitativas, para a obtenção e análise dos dados totais. Com isso, nossas investigações apontam através dos dados coletados, que metade dos docentes pesquisados que lecionam componente de Ensino Religioso afirmam que suas Instituições de Ensino Superior não lhes forneceu formação suficiente para o exercício do componente. A pesquisa aponta que a área de Ensino Religioso paranaense se encontra no que chamamos de crise de profissionalismo, onde existe uma limitação no que tange aos conteúdos específicos que as universidades públicas ofertam para a formação docente, falta de conhecimento mútuo dos docentes e alunos da rede estadual de Ensino, sobre a ética e os meios regulatórios, o que propicia e catalisa atos de violência e intolerância religiosa no ambiente escolar por meio de ações proselitistas ou silenciamentos.

Palavras-chave: componente curricular de ensino religioso; proselitismo; Sociologia das religiões; formação profissional de professores.

BUSTOS, Vinicius dos Santos Moreno. **A sociological analysis of the teacher training for the paraná religious teaching area (2018-2020)**. 2021. 169 p. Dissertation (Masters in Sociology) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

This research sought to understand the academic formation of the graduates of Public Universities of Higher Education in Paraná, qualified to teach the curricular component of Religious Education, whether or not these are sufficient for the exercise of the profession. We use sources of research conducted by us in the periods from 2014 to 2019, under the axes of secularism, proselytism, associated with religious diversity and education. As for the methodologies used for the research, it is important to note that we employ data triangulation, where several methodological approaches are used, both quantitative and qualitative, to obtain and analyze the total data. With this, our investigations point out through the collected data, that half of the researched teachers that teach component of Teaching Religios affirm that their Institutions of Higher Education did not provide them with sufficient training to exercise the component. The research points out that the area of Religious Education in Paraná is in what we call the crisis of professionalism, where there is a limitation regarding the specific contents that public universities offer for teacher training, lack of mutual knowledge of teachers and students in the network State Education, on ethics and regulatory means, which propitiates and catalyzes acts of violence and religious intolerance in the school environment through proselytizing or silencing actions.

Key words: religious education, proselytism, academic background.

LISTA DE FIGURAS

Figura I	Imagem, de santa, depredada em Londrina-PR26
-----------------	--

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Religiões dos professores dos colégios das zonas Sul e Norte de Londrina	33
Gráfico 2	Porcentagem favorável à manifestação religiosa nas escolas	34
Gráfico 3	Quais religiões podem estar presentes na escola.....	34
Gráfico 4	Professores que presenciaram casos de intolerância religiosa.....	35
Gráfico 5	Percentual da população segundo os grupos de religião no Brasil (2000- 2010).....	41
Gráfico 6	Matriz religiosa dos estudantes de Londrina-PR (2016).....	42
Gráfico 7	Estudantes que sofreram intolerância religiosa.....	43
Gráfico 8	Local onde os casos de intolerância com os estudantes ocorrem	44
Gráfico 9	Percepção dos estudantes sobre a definição de Estado laico	45
Gráfico 10	Religiões apresentadas aos estudantes no componente curricular de ER	46
Gráfico 11	Professores que já ministraram conteúdos de Ensino Religioso 2017	48
Gráfico 12	Se professores são ou não favoráveis à disciplina de ER.....	49
Gráfico 13	Conhecimento dos professores sobre as documentações que direcionam o componente de ER	49
Gráfico 14	Constatação da presença de símbolos religiosos nas escolas em que trabalham	51
Gráfico 15	Opinião dos professores acerca dos símbolos religiosos na escola.....	53
Gráfico 16	Professores que sabem conceituar o Estado Laico	53
Gráfico 17	Matriz religiosa dos professores da rede estadual e municipal de Londrina-PR	60
Gráfico 18	Percentual da distribuição de disciplinas de professores de Ensino Religioso em 2012 no Núcleo Regional de Educação de Londrina	66
Gráfico 19	Formação acadêmica dos professores (2020)	82
Gráfico 20	Disciplinas que os professores lecionam (2020)	82
Gráfico 21	Opinião sobre obrigatoriedade de graduação aos cursos que	

	podem ministrar a disciplina de ER.....	86
Gráfico 22	Opinião acerca do material distribuído pela SEED ser suficiente ou não	88
Gráfico 23	Opinião docente sobre a presença de símbolos sagrados nos espaços públicos.....	89
Gráfico 24	Opinião sobre a prática religiosa dentro da sala de aula.....	90
Gráfico 25	Sobre a formação que as IES proporciona	91
Gráfico 26	Sobre a formação que as IES proporciona (públicas x privadas)...	92
Gráfico 27	Professores que já sofreram/vivenciaram casos de intolerância religiosa (2020)	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Motivos os quais levaram os professores à lecionar o ER (2020)	83
Tabela 2	Docentes que afirmam terem formação específica para ER	85
Tabela 3	Tipos de formação dos docentes	86
Tabela 4	Opção de uso dos materiais didáticos	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Religiões dos professores do colégio público de Londrina (2016)	27
Quadro 2	Opinião docente acerca de símbolos religiosos dentro da escola (2016).....	28
Quadro 3	A quais religiões os docentes são favoráveis dentro da escola (2016).....	28
Quadro 4	Professores que já ouviram falar de intolerância religiosa dentro do seu ambiente de trabalho (2016)	29
Quadro 5	Universidades Públicas do Paraná que ofertam os cursos de História, Filosofia e Ciências Sociais.....	76
Quadro 6	Núcleos Regionais e docentes participantes.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCE	Diretrizes Curriculares da Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EAD	Ensino à distância
ER	Ensino Religioso
FAFIPA	Campus do Paranavaí
IES	Instituições de Ensino Superior
LERR	Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades
NRE	Núcleo Regional de Educação
OBEDUC	Observatório da Educação
PEDER	Pesquisa exploratória sobre Diversidades, educação e Religiões
QPM	Quadro Próprio do Magistério
QUP	Quadro Único de Pessoa
SEED	Secretaria de Estado da Educação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNESPAR-UV	Campus de União da Vitória
UNICENTRO	Universidade Estadual Centro-Oeste
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
UNIOESTE	Universidade estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16	
1	CAPÍTULO 1 - AS PRÁTICAS DOCENTES, O AMBIENTE ESCOLAR E AS RELIGIOSIDADES	20
1.1	SOBRE AS EXPRESSÕES POLÍTICAS E RELIGIOSAS DOS PROFESSORES DOS COLÉGIOS PÚBLICOS DE LONDRINA-PR	20
1.2	PROFESSORES E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	31
1.3	SOBRE OS INVISÍVEIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE LONDRINA-PR	39
1.4	PESQUISA COM PROFESSORES ACERCA DO COMPONENTE CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO	47
2	CAPÍTULO 2 - POR UMA COMPREENSÃO DA LAICIDADE BRASILEIRA: ASPECTOS NORMATIVOS DA ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO (ER)	55
2.1	LAICIDADE E PROSELITISMOS:ASPECTOS DA RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO ..	55
2.2	A RELAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	59
2.3	SOBRE A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO NO PARANÁ	64
2.4	SOBRE A BNCC E A EXISTÊNCIA DO COMPONENTE DE ER.....	70
3	CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO PERFIL DOS DOCENTES HABILITADOS A MINISTRAR A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO	74
3.1	AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO PARANÁ E SEUS CURSOS	75
3.2	PESQUISA PARANAENSE E O PERFIL DOS PROFESSORES DE ER	80
3.3	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO ACADEMICA - SOBRE AS UNIVERSIDADES	85
3.4	A CRISE DO PROFISSIONALISMO: EXPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS	88
3.5	AÇÕES E PARTICIPAÇÕES REALIZADAS NO CAMPO DO CONHECIMENTO E DA EXTENSÃO	99
4	CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
FONTES DOCUMENTAIS	112
APÊNDICES.....	114

INTRODUÇÃO

Às religiões e ao sagrado. Estes que não são somente objetos de estudo para as Ciências Humanas, mas, sim, também parte integrante da vida humana, em que seus fiéis encontram seus significados e suas orientações, e um modelo de mundo.

Este trabalho tem como objetivo tecer uma análise acerca da formação profissional que os professores egressos, habilitados a ministrarem o componente curricular de Ensino Religioso (ER) no Estado do Paraná, recebem em suas respectivas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Este estudo foi idealizado a partir de uma trajetória de cinco anos de pesquisa no Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenado pelo Prof. Dr. Fabio Lanza.

Cabe aqui destacarmos alguns dos nossos problemas de pesquisa alencados à hipótese. Como por exemplo, supõe-se que há a prevalência de proselitismo nas escolas. Segundo, é a explicação do porque dessa prevalência do proselitismo nas escolas. Ambas discutiremos ao decorrer do texto..

Essa trajetória de pesquisa dentro das escolas nos trouxe inúmeros dados e análises que compõem o cenário atual da Educação e das Religiosidades – de forma que, ao longo da dissertação, iremos construir todo esse caminho, elucidando os principais achados de cada pesquisa realizada, que, por fim, consolidaram a principal hipótese deste trabalho: as Universidades públicas do Paraná não formam seus egressos de forma suficiente para ministrar o componente curricular de Ensino Religioso (ER).

Uma importante ressalva acerca da formação dos profissionais, que aqui iremos investigar, é que, segundo a Resolução n.º 15, 2018, da Secretaria de Estado da Educação (SEED)¹ que é o documento que regulamenta a distribuição de aulas e funções dos professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), do Quadro Único de Pessoa (QUP) e dos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná, no artigo 22, que fala sobre a distribuição das aulas do componente curricular de ER, os professores que podem ministrar o componente são aqueles que possuem licenciatura em Filosofia, História, Ciências Sociais, Sociologia, Geografia ou Pedagogia, nessa respectiva ordem.

¹Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/2018/resolucao152018gsseed.pdf>. Acessado em 17/09/2019.

Existem outras especificidades que iremos abordar com maior profundidade ao longo do texto. Portanto, nesse sentido, nosso primeiro capítulo servirá de panorama a esta investigação, abordando os principais dados coletados nas escolas de Londrina – Paraná, com nossos sujeitos, professores e estudantes.

Salientamos que em matéria de composições terminológicas, o Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades optou em uma reunião, em que esteve presentes o professor Fabio Lanza, Luis Gustavo Patrocino, Franciele Rodrigues, Lucas Luis de Jesus Silva, Ilídio Fernando e Matheus Henrick Pallisser, acerca da utilização dos seguintes termos: será utilizado, acerca do Ensino Religioso, “componente curricular” quando estivermos falando dos anos iniciais do ensino Fundamental, e “disciplina” para os anos finais do Ensino Fundamental.

As fontes que compuseram o trabalho estão vinculadas ao LERR e ao OBEDUC/CAPES, e têm o título de “Pesquisa exploratória sobre Diversidades, Educação e Religiões (PEDER – 2015)” (BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016). Esse primeiro trabalho foi realizado a partir de um convite do colégio ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) para ministrarmos uma palestra sobre “Intolerância Religiosa” para os professores do colégio, que se configuram como nossos sujeitos. A metodologia de coleta utilizada foi um *survey* e a realização de um Grupo de Debate.

Ao longo do capítulo I, são apresentadas informações que possuem a mesma perspectiva, com o título “As práticas religiosas dos professores nas escolas de Londrina: uma análise sobre a intolerância religiosa” (BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016). Nesse trabalho, nós ampliamos nosso eixo de pesquisa para duas escolas públicas de Londrina, seguindo a mesma linha dos convites feitos ao LERR, apresentação de palestras com a temática de Religiosidades, em que replicamos o mesmo *survey* em conjunto com a técnica de Grupo de Debate.

A terceira leva de dados que foram triangulados partiu do trabalho intitulado “A invisibilidade das minorias religiosas em escolas públicas do Sistema Estadual na região de Londrina-PR 2016” (BUSTOS, LANZA, SILVA, PATROCINO, 2017) acerca de como o processo de estigmatização anula as identidades dos estudantes. A pesquisa foi realizada em cinco colégios públicos estaduais em Londrina-PR, seguindo a trilha das duas pesquisas supracitadas, porém os sujeitos são os estudantes. Foi aplicado um *survey*, por meio do qual coletamos 326 amostras que evidenciam que a escola vem sendo o principal lugar de intolerância religiosa.

A última rodada de dados no seguimento deste capítulo tem origem no trabalho

a “Diversidades religiosas nas séries iniciais do Ensino Fundamental: debates a partir da pesquisa com professores acerca do componente curricular de Ensino Religioso” (BUSTOS, SILVA, 2018). Esta última fonte demonstra um marco na trajetória de investigação, pois foi aplicado um *survey* a 290 professores da Secretaria Municipal de Educação de Londrina, cujos principais dados foram os seguintes: 80% deles conhecem a definição de Estado Laico, mas, somadas as porcentagens dos que são favoráveis ou indiferentes às manifestações religiões, obtivemos cerca de 70%.

A importância de mencionar essas fontes e dados coletados que compõem a dissertação é que todas elas serviram como degraus de uma escada que leva a investigação atual a um patamar de nível maior. A investigação, em si, irá apresentar, a partir da esfera estadual, uma totalidade ampliada do objeto: formação universitária dos egressos habilitados a ministrar o componente curricular de Ensino Religioso no Ensino Fundamental no estado do Paraná.

Por fim, após explicarmos essa linha que demarca o eixo da nossa proposta, apresentamos o segundo capítulo, que traz a discussão acerca da laicidade brasileira e como funciona a dinâmica da educação e os professores dentro do ensino público. Para isso, apresentamos uma última pesquisa - já desse novo eixo que retoma a problemática inicial – intitulada “Estudo sobre a formação profissional dos professores habilitados a ministrar o componente curricular de Ensino Religioso no Paraná” (BUSTOS, LANZA, 2018), que foi realizada com um recorte de três das cinco principais áreas da licenciatura, que garantem e legitimam o exercício dos profissionais para o componente curricular de ER: Filosofia, História e Ciências Sociais. Discutimos os conteúdos que os ingressos têm durante sua formação e, dentro dessa formação, se existe alguma aula ou conteúdo que auxilia esses profissionais a ministrarem suas aulas.

Foram analisadas as grades curriculares, os Projetos Políticos Pedagógicos, as Resoluções da Secretaria de Estado da Educação e as Diretrizes Curriculares da Educação. As fontes documentais compuseram o total de 40 documentos que foram analisados com contribuições da análise do conteúdo.

A última pesquisa usa como referência a discussão iniciada por Luis Gustavo Patrocino (2014) em sua dissertação, mas que não conseguiu avançar devido às solicitações negadas pela SEED-PR. A equipe do LERR UEL havia solicitado três vezes (desde 2013) uma autorização para realizar a respectiva pesquisa junto à SEED-PR e seus 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) do Paraná. As duas primeiras solicitações (2013 e 2018) recebemos um parecer negando o pedido de realizar a investigação.

O segundo pedido realizado em 2018 estivámos no contexto de um projeto aprovado com recursos da Fundação Araucária, intitulado “Investigações sobre contextos e perspectivas do Ensino Religioso: a BNCC em Londrina e região”, onde fizemos a segunda solicitação em 2018 para realização da pesquisa. A pesquisa contou com o apoio do professor Sérgio Junqueira e Elisa Rodrigues, onde foi realizado cursos de formação continuada para os educadores da prefeitura.

Após a terceira tentativa de solicitar a pesquisa, em 2019, nosso pedido foi aceito – assim dando início à distribuição *online* dos questionários que serviram de substrato para a pesquisa aqui realizada. Por fim, no terceiro capítulo, será apresentado as informações da pesquisa realizada, intitulada de “Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR) 2020” (BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2020), em que foram coletadas com o *survey*², realizado com os professores do componente curricular de Ensino Religioso, a partir de uma parceria entre o LERR e a SEED-PR. O objetivo é de mapear os docentes e contrastá-los com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, para apreendermos se possuem ou não formação específica para ministrar as aulas.

De forma sintética para que possamos aprofundar melhor posteriormente, a pesquisa demonstrou que 52% dos docentes formados nas cinco áreas de atuação do Ensino Religioso (Pedagogia, Sociologia, História, Geografia e Filosofia) do Paraná, e que lecionam o componente, afirmaram que não tiveram formação suficiente através das IES Públicas paranaenses para o exercício da profissão.

Salientamos que durante esse processo foi produzido o livro “Educação, Laicidade e a disciplina de Ensino Religioso”, com os recursos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em parceria com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com os organizadores: Fabio Lanza, Ilidio fernando, Lucas Luís Jesus da Silva, Luis Gustavo Patrocino e Vinicius dos Santos Moreno Bustos.

Por fim, como produto final desta caminhada, foi confeccionado o relatório do banco de dados desta pesquisa PICPER 2020, e está disponível para todos que tenham interesse de se aventurar na temática, podendo ser encontrado no site do LERR³.

² Obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário.

³ <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/>

1 CAPÍTULO I - AS PRÁTICAS DOCENTES, O AMBIENTE ESCOLAR E AS RELIGIOSIDADES

Este capítulo tem como objetivo expor os dados e fontes coletados, dentro de suas respectivas conjunturas, que nos auxiliaram na construção do texto que se segue e culmina em nossa hipótese, desenvolvida nos próximos capítulos, de que as Instituições de Ensino Superior Públicas do Paraná não fornecem uma formação específica para os professores do componente curricular de Ensino Religioso.

Este capítulo é resultado do trabalho com quatro bases de dados distintas, mas que circulam em torno do mesmo eixo: o proselitismo, intolerância, concepções dos docentes no meio escolar. O objetivo é tratar da questão que catalisa a intolerância religiosa dentro do ambiente escolar e dos elementos que circundam o componente curricular de Ensino Religioso e a prática docente.

Por fim, cabe dizer que as devidas conceituações sociológicas e as metodologias utilizadas estão incorporadas ao longo do texto, para melhor análise e compreensão.

1.1 – SOBRE AS EXPRESSÕES POLÍTICAS E RELIGIOSAS DOS PROFESSORES DOS COLÉGIOS PÚBLICOS DE LONDRINA-PR⁴

Essa é a primeira pesquisa que funda nossa experiência dentro do campo escolar como membro do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades, mas objetivamos construir a linha cronológica de todas as nossas conclusões até o momento deste texto. A pesquisa foi realizada em um colégio estadual de Londrina-PR no dia 28 de novembro de 2015 e apreendemos as expressões políticas e religiosas produzidas pelos professores da Rede de Educação Básica, do Ensino Médio. Tivemos como objetivo compreender a relação estabelecida por esse corpo docente no que tange ao vínculo religioso e ao posicionamento político em relação a temas emergentes da sociedade brasileira. Foram analisados dados quantitativos e qualitativos. Inicialmente houve a aplicação aleatória de questionários fechados para os docentes, totalizando 27 amostras, posteriormente adotamos a técnica de “Debates

⁴ O texto a seguir foi ampliado, reformulado e acrescentadas as críticas oriundas dos debates recorrentes nos respectivos Grupos de Trabalho a partir de trabalho inicial sobre a temática apresentada no III Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos sobre as Religiões e Religiosidades (LERR), em dezembro de 2015 da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pela s equipes do LERR e do Programa OBEDUC/CAPES (Observatório da Educação – Ciências Sociais/UEL). E também apresentado no II Simpósio Internacional da ABHR, XV Simpósio Nacional da ABHR (2015).

de Grupo” (FLICK 2005; BLUMER, 1969) ao realizar uma discussão com os sujeitos sobre as questões e os temas propostos.

Como resultados, percebemos que o corpo docente tem forte propensão ao conservadorismo religioso, ou seja, que defendem a manutenção das instituições tradicionais no contexto da cultura e da religião, predominantemente cristã, e apresenta uma tendência à utilização do espaço público para o proselitismo (do latim *prosélytus*, que é a atividade ou esforço de catequisar ou fazer de alguém apóstolo, em outras palavras, tentar converter para sua religião). Essa análise é reforçada pelas falas e discursos registrados no debate após a aplicação da pesquisa quantitativa, quando houve uma especulação sobre um caso de intolerância religiosa ocorrido no respectivo colégio.

Antes de começarmos a nos aprofundar na temática das religiões e religiosidades, conceituemos o que entendemos por religião, segundo Otto Maduro:

Dito isto, fique estabelecido que, daqui em diante, entenderemos por religião o seguinte: uma estrutura de discursos e práticas comuns a um grupo social referentes a algumas forças (personificadas ou não, múltiplas ou unificadas) tidas pelos crentes como anteriores e superiores ao seu ambiente natural e social, frente às quais os crentes expressam certa dependência (criados, governados, protegidos, ameaçados etc.) e diante das quais se consideram obrigados a um certo comportamento em sociedade com seus semelhantes (MADURO, 1980 p.31).

Não só é necessário conceituarmos religião, como é importante entendermos que existe uma grande dificuldade ao se tratar dela, pelo simples motivo de que não existe apenas uma, mas várias religiões. Se não bastasse existirem várias religiões de distintos segmentos, existem também inúmeras religiões do mesmo segmento, como, por exemplo, o cristianismo. Há, dentro do cristianismo, o protestantismo, e dentro do protestantismo existem diversas denominações que apresentam crença em um mesmo Deus, porém com práticas e costumes diferentes. Isso ocorre não só no protestantismo, mas em inúmeras religiões. Isso se torna um problema na nossa sociedade brasileira quando não temos consciência do quão diversificada é nossa cultura. Dentro da realidade brasileira, toda religião conta com um sistema muito complexo do imaginário social, criando raízes e as espalhando por todos os meios – inclusive os públicos. Segundo a socióloga Roseli Fischmann (2008):

Assim, **as religiões se organizam no interior de diferentes sociedades como sistemas próprios, frequentemente complexos, que determinam padrões e comportamentos que extrapolam o rezar, orar, adorar, cultuar.** Espriam-se para os detalhes da vida cotidiana e dão sentido aos que crêem nesse modo de ser. Articulam ritmos da vida pelas celebrações que se estabelecem em calendários fixos e mutáveis, criam códigos partilhados entre os adeptos, incluindo-se aí linguagens, **muitas vezes inacessíveis para os que**

não partilham da mesma fé, embora utilizando palavras ou gestos que, na aparência, são comuns a outros (FISCHMANN, 2008 p. 47 – grifos nossos).

Hospitais, praças, ruas, Senado, Câmara, Supremo Tribunal Federal e escolas, todos esses espaços públicos estão preenchidos por pessoas religiosas, fenômeno que fundamenta e se constitui como cerne deste texto todo. Nas escolas existem símbolos religiosos, tais como crucifixos, estátuas, monumentos e livros religiosos. Esta primeira pesquisa demonstra o problema das expressões religiosas dentro dos ambientes públicos laicos.

O Brasil é um Estado laico, que, no caso, não quer dizer um estado ateu, pois a laicidade de um Estado garante a livre crença religiosa aos cidadãos, além de proteção e respeito às manifestações religiosas. No Artigo 5º da Constituição Brasileira (1988) está escrito: “*VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias*” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Segundo Fischmann (2008), o Estado laico tem como preceito a livre manifestação das religiões, uma vez que suas leis não podem ser integradas às leis civis dos demais cidadãos.

Isso significa que é legítima a liberdade religiosa no Brasil, mas o Estado e todos os seus órgãos não deveriam ser usados para essa prática do proselitismo, porque o “onde se expressar” se torna um problema na sociedade, na medida em que as diferenças religiosas se sobrepõem.

Contudo, esse mesmo direito à liberdade de manifestação no espaço público, individual ou coletivamente, a ninguém autoriza impor sua própria crença aos demais. Nenhuma crença, assim, pode definir e determinar a esfera pública, nem pode tornar obrigatórios os seus valores e determinações para todos da sociedade, nem mesmo para os que sejam seus adeptos, que podem depender, em algum momento, de contar com os instrumentos de garantia de direitos dados a toda a cidadania. **Nenhum grupo pode tornar suas leis religiosas parte integrante das leis civis, válidas para todos — e isso é o que garante o Estado laico** (FISCHMANN, 2008 p.43 – grifos nossos).

Entretanto, mais do que repensar os símbolos nos espaços públicos, é indispensável analisar nesses espaços os agentes que concretizam esses símbolos. Tais elementos discutidos são resquícios da nossa formação como nação, assim como diz Junqueira (2012):

[...] é preciso lembrar que é impossível contar a história deste país sem mencionar a presença da Igreja. Ela chega às terras brasileiras junto com os desbravadores portugueses e assume um papel de colonizadora, educadora e construtora de uma realidade moral, ética e religiosa (JUNQUEIRA, 2012, p.87).

No caso estudado, os professores do colégio público em Londrina, com suas práticas objetivas, pode influenciar subjetividades, ou até mesmo determinar a forma de pensar dos seus estudantes, devido à sua posição hierárquica de poder, no qual se encontram inseridos. A partir disso, é preciso compreender o conceito da laicidade, dentro do espaço público, no que tange à liberdade religiosa. Roberto Cipriani (2012) diz que “O princípio da laicidade inclusiva não pode ser considerado como a escusa para a entrada da Igreja no Estado ou, ao contrário, da esfera pública como espaço para domínio do Estado sobre a religião” (CIPRIANI, 2012 p.22).

O trabalho, teve como objetivo compreender a relação estabelecida pelo corpo docente quanto ao vínculo religioso e ao posicionamento político frente a temas emergentes da sociedade brasileira e essa relação dos símbolos religiosos que estão inseridos no contexto escolar, observando em que medida foi ao encontro de uma educação laica em relação ao corpo docente e toda sua estrutura, como disse Camurça (2014):

Quando sugerimos caracterizar os contornos de nosso pacto de laicidade em torno de uma normatização pouco definida, não significa que estamos clamando por uma. Ao contrário, o que estamos frisando é um percurso próprio de adequação da religião no espaço público (CAMURÇA, 2014p.144).

Em referência à pesquisa e aos dados coletados, esse trabalho encontra-se vinculada ao Laboratório sobre Religião e Religiosidades (LERR) em parceria com o Programa Observatório da Educação - OBEDUC/CAPES Ciências Sociais UEL, que desenvolveu, ao longo de 2016, a “Pesquisa exploratória sobre Diversidades, Educação e Religiões” (PEDER - 2015).

Na efetivação da PEDER (2015) junto às escolas públicas de Londrina e região, procurou-se coletar informações relacionadas à temática religiosa, a comportamentos de participação em outros grupos de socialização, adoção de conceitos políticos e identificação de práticas do proselitismo. Os sujeitos da pesquisa apresentados neste texto foram os professores de um colégio estadual público da cidade de Londrina-Paraná (cujos nomes serão suprimidos para não expor seus agentes), totalizando 27 amostras, em coleta feita no segundo semestre de 2015.

O método utilizado foi o *survey*, que é a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, por

meio de um instrumento de pesquisa (normalmente um questionário). Após a realização da coleta quantitativa, foram coletadas as expressões e diálogos dos professores em uma discussão iniciada a partir de um debate sobre intolerância religiosa realizado no colégio.

Nosso trabalho começou a partir de uma denuncia anônima de intolerância religiosa ocorrida nesse colégio. Por iniciativa do colégio, os professores Luis Gustavo Patrocino e Fabio Lanza (membros dos Laboratórios de Pesquisa LERR/OBEDUC/CAPES/UEL) foram convidados para realizar uma palestra sobre a intolerância religiosa e os símbolos religiosos dentro da esfera pública. No ambiente estavam 27 professores do colégio, majoritariamente mulheres. O professor Fabio deu início à palestra. Em seguida, deu-se a entrega do questionário para os docentes. O questionário em si era composto de 24 perguntas que abordavam elementos de religião e política na perspectiva individual.

Algumas das perguntas eram: "Você possui alguma religião? Qual?", "Em sua opinião, qual a definição do termo FAMILIA?", "Você já ouviu falar de algum caso/situação de desrespeito ou intolerância religiosa na escola onde trabalha?", "Concorda ou discorda das manifestações a favor da volta da Ditadura Militar no Brasil". O ambiente todo se sentia desconfortável diante da temática.

Finalmente, ao recolhermos os questionários, iniciamos um debate em grupo para que pudéssemos investigar de forma mais incisiva os traços de dúvida e desconfiança que foram observados nos indivíduos no momento anterior, quando aplicávamos os questionários. Utilizamos a estratégia qualitativa "grupo de debate".

Um grupo de debate é uma dinâmica que parte da ideia da entrevista individual, porém, é um debate. O objetivo é expor uma temática-problema para o grupo, o qual deverá analisar e desenvolver uma resolução. A necessidade de complementar a análise com as contribuições de uma metodologia qualitativa é imprescindível por se tratar de um ambiente como o que tínhamos em vista e pela

possibilidade de ampliação do leque de opiniões sobre o assunto, que não seriam suficientemente abordadas em um questionário de modelo *survey*. Segundo Flick (2005):

Uma outra característica dos debates de grupo é a validação das afirmações e opiniões expressas pelo próprio grupo, através das correções feitas às opiniões extremas, incorretas ou não partilhadas socialmente. O grupo torna-se um instrumento da reconstituição mais ajustada das opiniões individuais (FLICK, 2005 p.117).

O ambiente explorado por meio dos professores nos mostrou, no recolhimento do dado quantitativo, uma limitação metodológica. Uma análise quantitativa mostra

que uma grande parte dos professores valoriza a inserção das diferentes perspectivas religiosas como parte do conteúdo educacional, contudo, ao analisarmos de maneira qualitativa, percebemos falas de professores que limitam essa concepção pluralista à sua própria visão de mundo – conforme será debatido em exemplos no decorrer do texto. Portanto, ao ampliarmos nossa discussão para os debates em grupo, podemos observar um prisma de informações completamente novas. Esse momento definiu um marco na forma de atuação do grupo de pesquisa, a partir do qual alinhamos nossa forma de trabalhar utilizando técnicas quantitativas e qualitativas.

Depois disso, a sala ganhou espaço para inúmeras discussões, e o que antes, à primeira vista, parecia ser um grupo calado, ganhou voz para os discursos acerca do tema religião. Uma professora, em oposição à primeira, afirmou: "Acho um absurdo não discutir a religião. Deveria se tratar desses assuntos no colégio". Uma das frases mais expressivas que ouvimos foi de uma jovem professora que disse: "Ao ler esse questionário, nós sabemos como responder ele da forma politicamente correta, mas a minha trajetória é outra. Eu respeito os símbolos religiosos dos meus colegas, mas se tratando de aceitar, não!". Tornou-se perceptível, assim, a existência de uma forte presença católica que reinava dentro daquele colégio, e isso foi identificado mais claramente em um momento subsequente. Mais do que isso, ficou explícita a necessidade de complementar o dado quantitativo com o qualitativo, pois o que o sujeito respondera no questionário não refletia a sua atuação real no ambiente escolar.

Em um determinado momento da palestra, no qual foi apresentada a foto de uma estátua católica de Nossa Senhora das Graças que foi depredada em uma praça pública, tendo sua cabeça foi arrancada, pichada, mãos quebradas, houve um espanto muito grande do grupo, o que é compreensível por maioria católica. Mas o espanto maior foi quando lhes foi indagado não sobre a depredação da santa, e sim "Por que tinha uma santa em uma praça pública?". A sala ficou em silêncio total nesse momento. A seguir a respectiva foto do ato de violência e intolerância religiosa.

Figura I – Imagem, de santa, depredada em Londrina-PR



Fonte: Roberto Custódio, Jornal de Londrina, 2015⁵

Espanto maior ainda foi quando um professor negro se levantou e disse "Imagina se fosse um orixá, então?". A partir disso começou um diálogo sobre a questão da intolerância religiosa. O mesmo professor que se levantara problematizou a existência de uma bíblia na sala dos professores, e indagou onde estava a laicidade do Estado nesse ato. Uma professora, em resposta, levantou-se e disse: "A laicidade é me dar liberdade para divulgar a minha religião". Aqui se nota um problema. Existe uma má interpretação da legislação⁶, ou até um desconhecimento da mesma. Um país laico é aquele que segue o caminho do laicismo, uma doutrina que defende que a religião não deve ter influência nos assuntos do Estado. "É como se Deus não existisse. As igrejas, na verdade, não se opõem à laicidade do Estado, mas se inspiram na chamada "laicidade sadia", construída sobre a base dos parâmetros de referência" (CIPRIANI, 2012, p. 24).

O Estado laico, em sua essência, não possui uma religião ou religiosidade própria. Porém o Estado laico é um Estado de sujeitos religiosos, que possuem a liberdade de professar a sua religião, sem serem coibidos ou financiados pelo Estado. O problema é que não se podem ceder privilégios a apenas algumas religiões, ou usar o espaço público, que é laico, para o proselitismo.

É que a imposição de um grupo representaria, em si, restrição às demais crenças e pessoas, configurando a tirania de uns sobre outros, ainda que se apresentasse qualquer "bom" argumento para tentar

⁵ A imagem de Nossa Senhora já havia sido depredada de forma recorrente, e a matéria que segue explicitava a recorrência desse ato. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/londrina/65,341407,28,07,imagem-de-santa-e-danificada-em-londrina.shtml>, acessado em 07/11/2019.

⁶ Ao adentrarmos mais no trabalho, teremos um tópico destinado à essa discussão da laicidade brasileira.

justificar semelhante dominação — é que esse argumento já viria imbuído das motivações, conceitos e valores daquele dado grupo, desconsiderando os demais. Daí a relevância insubstituível do caráter laico tanto do Estado quanto da própria esfera pública internacional (FISCHMANN, 2008 p.43).

De fato, existia uma bíblia na sala dos professores, não só uma bíblia, também estava escrito na parede: “Deus é Fiel”, e aquilo era usado como uma justificativa de religião “universal” e “normal”. Segundo Fischmann (2008), suas ações de, por exemplo, orar antes das aulas, antes de comer e outras práticas estariam englobando os outros professores contra a sua vontade, pois isso fere seus direitos civis. Como Fischmann (2008) diz, “Nenhum grupo pode tornar suas leis religiosas parte integrante das leis civis, válidas para todos — e isso é o que garante o Estado laico.”. Aqui finalizamos o contexto da discussão e partimos para as informações coletadas por meio dos questionários.

Para montar nossa pesquisa, inicialmente criamos um panorama das religiões dos membros do corpo docente para apreendermos a problemática inicial, em razão da qual o nosso grupo de pesquisa havia sido convidado em primeiro lugar:

Quadro 1 – Religiões dos professores do colégio público de Londrina (2016)

RELIGIÕES / IGREJAS	PROFESSORES	PORCENTAGEM
Católica	16	59,26%
Congregação Cristã	2	7,41%
I. Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias	1	3,70%
Messiânica	1	3,70%
Assembleia de Deus	1	3,70%
Igreja Metodista	1	3,70%
Não responderam	5	18,52%

Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Dos 27 docentes presentes durante a aplicação do questionário, 16 são católicos, ou seja, mais da metade. Nesse contexto, seria muito provável que, havendo ou não votações dentro do colégio acerca da retirada dos símbolos, essa maioria católica ganharia essa votação “democrática”.

A segunda questão trabalhada foi: “O que você acha da presença de manifestações e/ou símbolos religiosos na escola?”:

Quadro 2 – Opinião docente acerca de símbolos religiosos dentro da escola (2016)

Opiniões	Professores	Porcentagens
Favorável	8	29,63%
Contrário	9	33,33%
Indiferente	4	14,81%
Não tem opinião formada	4	14,81%
Não respondeu	2	7,41%

Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Os dados apresentados no quadro 2 demonstram que os favoráveis e contrários, praticamente, se “anulam”. Embora 33,33% dos professores sejam contrários à manifestação dos símbolos religiosos dentro da escola, um número bastante expressivo é indiferentes e não tem opinião formada, o que contribui para a ilicitude da ação dos que são favoráveis e defendem a permanência dos símbolos.

A terceira questão era: “Se, na questão anterior, você se considera FAVORÁVEL à presença de manifestações e/ou de símbolos religiosos na escola, informe quais as religiões que, em sua opinião, podem estar presentes na escola”. O objetivo era captar alguma relação de dominância e proselitismo por parte dos professores. Como a questão referia-se apenas aos que optaram por “favorável” à questão 14, apenas 8 responderam.

Quadro 3 – A quais religiões os docentes são favoráveis dentro da escola (2016)

Alternativas	Professores	Porcentagens
a) Todas (matrizes católicas, evangélica, afro-brasileira, islâmica, oriental e outras).	6	22,22%
b) Algumas. Quais seriam essas religiões?	2	7,41%
Não responderam	19	70,37%

Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Os dois professores que escolheram a opção B justificaram que a religião que deveria ser manifestada dentro dos colégios era a católica, um dado importante, pois são professores afirmando que o ensino confessional deveria ser introduzido no Ensino Público.

Eis que partimos para a última questão que encerra este nosso primeiro fragmento, que é a questão que foi mais aprofundada neste trabalho, porque concentra a maior parte do seu conteúdo reflexivo: “Você já ouviu falar de algum caso/situação de desrespeito ou intolerância religiosa no ambiente escolar onde trabalha? Se sim, qual?”:

Quadro 4 – Professores que já ouviram falar de intolerância religiosa dentro do seu ambiente de trabalho (2016)

Alternativas	Professores	Porcentagens
Não	16	60%
Sim	11	40%

Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Aqui fica evidente o número bastante expressivo de casos de desrespeito e intolerância religiosa captado na resposta desses professores⁷. A questão pedia para descrever a situação que a pessoa havia presenciado, e algumas das respostas coletadas foram estas:

- “Em relação às religiões afro descendentes”
- “Contra a macumba”
- “Religião afro”

Na tabulação dos questionários, ficou evidente que 27% das queixas apresentadas estavam voltadas para a problemática da inserção da cultura afrodescendente no sistema educacional⁸, o que, segundo Goffman (1998), partindo do seu conceito de estigma, pode ser visto como uma forma de preconceito, por essa parcela cristã, no que se refere a essas religiões:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter

⁷Essa foi a primeira vez que tivemos contato com esse tipo de dado dentro das escolas. Nas próximas pesquisas que serão apresentadas o leitor evidenciará que esse dado (porcentagem) se repete nas mais diferentes escalas de pesquisa, sempre permeando os 30% e 40%.

⁸ Iremos aprofundar esse dado na próxima pesquisa que será apresentada.

individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. **Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião** (GOFFMAN, 1998 p. 14 – grifos nossos).

O motivo da exclusão e do preconceito é compreendido devido ao fato de que grande parcela dos professores escolhem um estigma, que, para Goffman (1998), é um atributo indesejado e assim padronizam suas relações com aqueles que estão de acordo com suas predefinições, nesse caso, essa relação se dá pela religiosa.

A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado pode, agora, ser explicada. É uma questão do que é com frequência, embora vagamente, chamado de 'aceitação'. Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber; ele faz eco a essa negativa descobrindo que alguns de seus atributos a garantem. (GOFFMAN, 1998, p.18).

Outra expressão oriunda do debate foi: *“O tempo todo, ao considerar uma religião superior às demais”*, que reafirma a noção de que existe hoje dentro dos colégios brasileiros uma forte presença de dominação e coação religiosa, que é sentida pelos professores, seja por parte dos católicos para com os umbandistas, muçulmanos, evangélicos ou vice-versa. Por fim, foi escrita por professora a seguinte frase: *“Intolerância por parte dos educadores”*.

Acreditamos que as consequências da inserção de um professor intolerante e proselitista no espaço público de ensino pode ajudar a catalisar atos de intolerância religiosa por parte do grupo, uma vez que os alunos, ao perceber identificação com as opiniões do professor, podem sentir legitimidade e realizar ou reforçar os atos de intolerância religiosa dentro da escola.

É importante destacar que estamos falando de um corpo institucional composto de educadores, pedagogos, diretores e professores, ou seja, de indivíduos que cursaram um ensino superior e que, com suas ações, discursos e atitudes, como já dito antes, podem vir a produzir reflexos nas perspectivas das crianças e adolescentes todos os dias. Por meio dessa pesquisa, que foi realizada de maneira exploratória em apenas um colégio, foi possível constatar que existe uma demanda por discussões acerca da diversidade e “tolerância” (reconhecimento) religiosa no ambiente escolar, com ênfase na formação continuada desses professores no que tange às múltiplas religiões (no sentido das diferentes identidades).

1.2 – PROFESSORES E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR⁹

Inicialmente, cabe destacar que, na pesquisa desenvolvida anteriormente, tivemos como objetivo a análise das relações dos professores de um colégio público de Londrina, que evidenciou, com base nos dados e depoimentos, serem conflituosas, considerando a presença de múltiplas representações religiosas presentes naquele ambiente escolar e que uma parcela dos professores apresentava um comportamento exacerbadamente conservador que culminou em denúncias de intolerância religiosa.

Foram as denúncias anônimas de intolerância religiosa ocorridas nesse colégio o motivo de o LERR ser convidado para realizar uma palestra sobre o tema “Intolerância religiosa e os símbolos religiosos dentro da esfera pública”.

Novamente, a metodologia empregada na coleta dos dados foi a da pesquisa de *survey*, que pode se caracterizar como uma obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas por meio de um instrumento de pesquisa, no caso um questionário. A metodologia de pesquisa é apresentada por Flick (2015), chamada “Debate em Grupo” (já apresentada anteriormente), visto que a temática desse trabalho encontrou uma limitação metodológica quando instrumentalizados apenas os dados quantitativos. O objeto de estudo demandou a operacionalização também de dados qualitativos.

A dinâmica é feita da seguinte forma: o LERR recebe um convite da coordenação do colégio para ministrar uma palestra com o tema “Intolerância Religiosa”, justamente em colégios nos quais foram constatados, através de relatos de membros do corpo docente, tais casos. Existe uma subequipe do LERR que trabalha com os estudantes e outra que desenvolve atividades de formação continuada com os professores. Antes do começo da palestra, é aplicado o questionário e, logo em seguida, dá-se o debate em grupo.

Salientamos a experiência narrada anteriormente, na qual uma professora, durante o debate, quando foi indagado o que estavam achando do questionário, manifestou-se da seguinte forma: *“Ao ler esse questionário, nós sabemos como responder ele da forma politicamente correta, mas a minha trajetória é outra. Eu respeito os símbolos religiosos dos meus colegas, mas se tratando de satanismo, por*

⁹ O texto a seguir foi ampliado, reformulado e acrescentadas as críticas oriundas dos debates recorrentes nos respectivos Grupos de Trabalho a partir do trabalho inicial sobre essa pesquisa, que foi apresentado no IV Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (UBI/UEL) & IV Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR/UEL), evento realizado na Universidade Estadual de Londrina nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/anais/index.php/ivleer/iwleer/paper/view/53/23>. Acessado em 17/09/19.

*exemplo, não!*¹⁰.

A professora deixa bem claro na primeira parte da sua fala que eles sabem o que nós pesquisadores queremos ouvir, ou seja, eles sabem burlar um questionário. Essa fala mudou completamente a nossa forma de realizar pesquisa. É por essa razão que se optou por realizar, junto com o questionário, um debate em grupo, pois, dessa forma, pode-se captar as minúcias nas falas dos participantes.

A temática da religião dentro do espaço público vem ganhando força, uma vez que as discussões acerca do laicismo podem ser distorcidas, propiciando a prática de proselitismo e de intolerância religiosa. Quanto à questão da religião na esfera pública, Cipriani (2012) aponta sua influência:

Também hoje a religião constitui um desafio cognitivo, pois ela proporciona conteúdo e dá forças às normas sociais e, portanto, à solidariedade dos cidadãos. Em vez de desaparecer (Habermas, Solle e Luhmann, 1977), a religião situa-se na esfera pública (Habermas, 2006a) onde cumpre um papel de mediação entre dois elementos opostos: os fundamentalismos e os secularismos. (CIPRIANI, 2012 p.17)

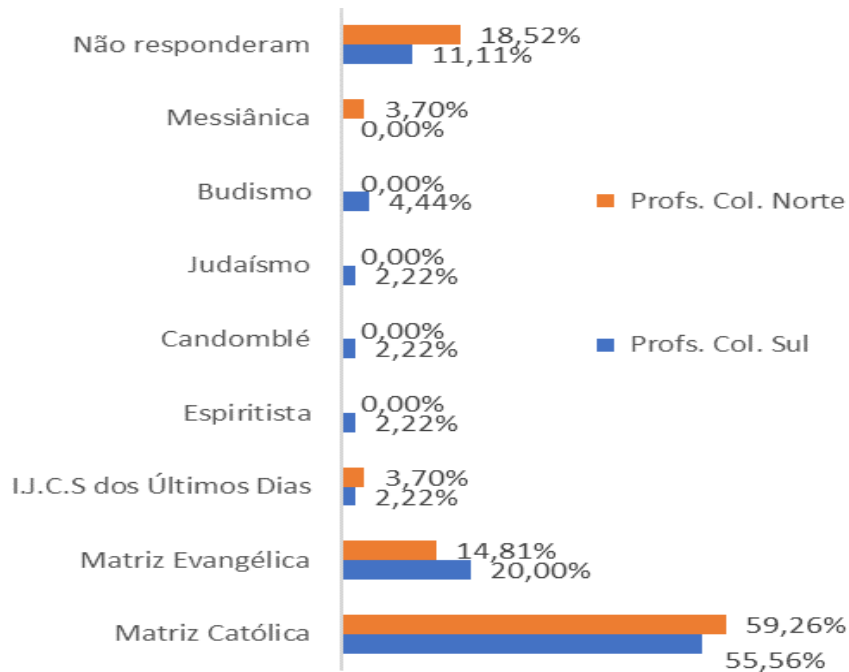
No primeiro colégio visitado (em 2015), uma professora, em resposta a uma discussão dentro do grupo de debate sobre uma bíblia na sala dos professores, disse: "A laicidade é me dar liberdade para divulgar a minha religião". Essa fala evidencia a existência de diferentes interpretações do conceito de laicidade ou até mesmo um desconhecimento, que, de acordo com Ranquetat Jr (2008), "é sobretudo um fenômeno político e não um problema religioso, ou seja, ela deriva do Estado e não da religião". O conceito de "laicidade sadia" apresentado por Cipriani (2012) diz que as religiões não devem se opor aos assuntos do Estado, ou seja, um conceito mais abrangente mencionado pela professora. É sobre essa delicada questão que assenta as relações dos professores do ensino médio do colégio público em que fizemos a pesquisa: a de usar o espaço público para o proselitismo, possibilitando então a ocorrência da intolerância religiosa.

Nessa pesquisa foi replicado o *survey* utilizado na primeira pesquisa, de forma que pudéssemos contrastar os dados e verificar se havia ou não um padrão a ser mensurado entre os colégios. As questões abordavam a religião do professor, se ele já ouviu falar de algum caso de desrespeito e se ele já tinha sofrido algum caso de intolerância religiosa. A questão de número 5 perguntava aos docentes sua religião. Os dados serão expostos a seguir de modo que possamos avaliar os dois colégios estudados, sendo o primeiro da Zona Norte, onde foi coletado o total de 27

¹⁰ Foram coletadas expressões políticas e religiosas dos(as) vários(as) professores(as) que se encontravam no Debate em Grupo realizado em nosso trabalho.

questionários (da primeira pesquisa já mencionada) e o outro da Zona Sul, onde se coletaram 45 questionários. Ambos os colégios se localizam na cidade e no NRE de Londrina:

Gráfico 1 – Religiões dos professores dos colégios das zonas Sul e Norte de Londrina

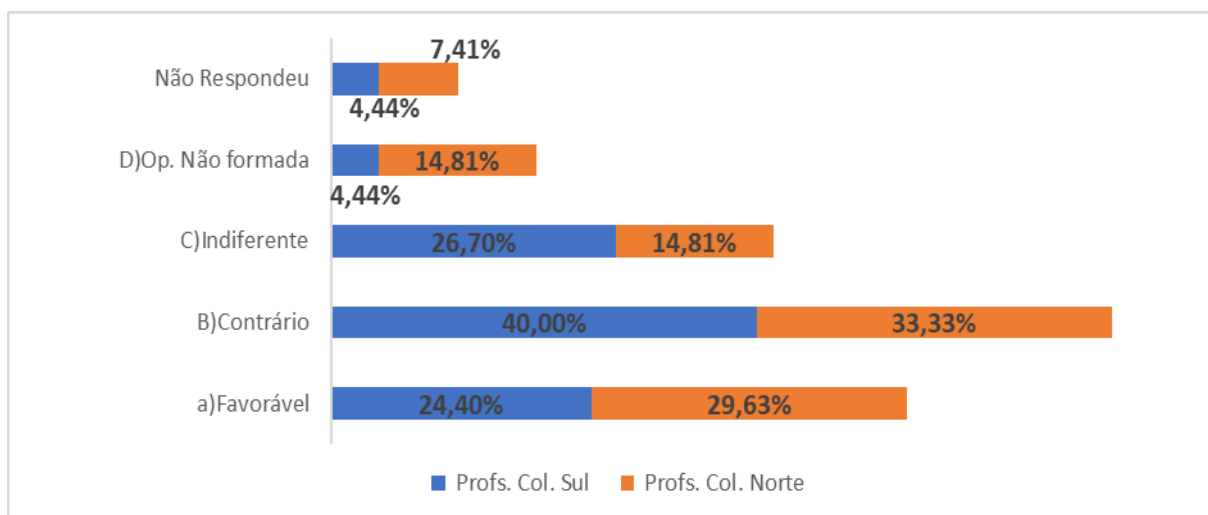


Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Em ambos os colégios, constatou-se uma predominância da matriz cristã. Esse dado é importante, pois assim conseguimos mapear as relações de poder que culminam nas criações de estigmas por parte da maioria de professores de tais matrizes sobre a minoria. Um grande exemplo disso pode ser observado nas expressões políticas de ambos os colégios, mas, no momento, continuemos com as

questões trabalhadas. Analisemos a questão “O que você acha da presença de manifestações e/ou de símbolos religiosos na escola?”:

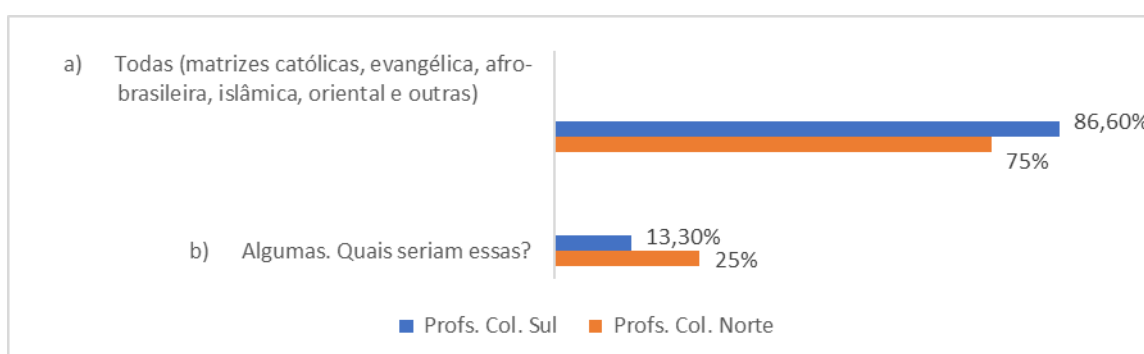
Gráfico 2 – Porcentagem favorável à manifestação religiosa nas escolas



Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Nota-se que aproximadamente 25% dos professores do primeiro e 30% do segundo colégio são favoráveis à presença de símbolos religiosos. Porém a questão de número 14 pergunta: “Se na questão anterior, você se considera FAVORÁVEL à presença de manifestação e/ou de símbolos religiosos na escola, informe quais as religiões que, na sua opinião, podem estar presentes na escola”.

Gráfico 3 – Quais religiões podem estar presentes na escola

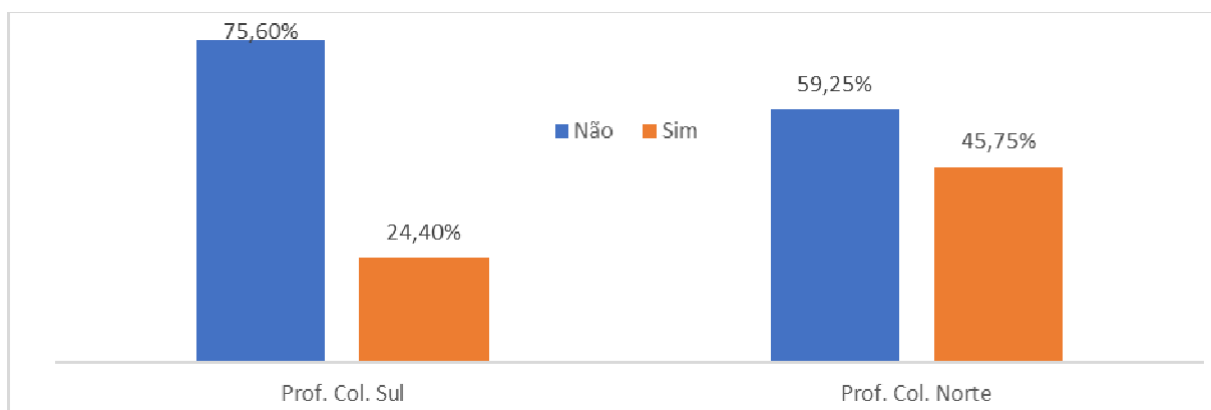


Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

Dentro do nosso sistema de dados, os quatro professores dos dois colégios que escolheram a alternativa (b) escreveram que a religião católica era sua preferência.

As duas próximas questões são de extrema importância para a composição do questionário, pois tratam do tema da intolerância dentro do ambiente escolar. A questão número 14.1, “Você já ouviu falar de algum caso/situação de desrespeito ou intolerância religiosa no ambiente escolar onde trabalha? Se sim, qual?”, demonstrou quantitativamente que os dados são bem expressivos levando em consideração que estamos estudando professores do ensino médio.

Gráfico 4 – Professores que presenciaram casos de intolerância religiosa



Fonte: BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016.

O gráfico mostra que 24% dos professores do colégio da Zona Sul testemunharam algum caso de intolerância religiosa no seu ambiente de trabalho. No final da questão 14.1, pedimos para o professor explicitar os casos, assim montamos uma relação contendo 9 respostas das 11 assinaladas, que foram coletadas do colégio da Zona Sul:

- “Aluna budista sofrer preconceito”
 - “Ataques aos símbolos, quebrando-os”
 - “Candomblé/Espiritismo”
 - “Discriminação da religião afro”
 - “Discussão entre professores”
 - “Não aceitar a religião do outro”
 - “Num trabalho proposto e sutilmente entre colegas nas sala”
 - “Preconceitos”
 - “Um professor não gostava que rezássemos na salados professores”
- Pesquisa exploratória sobre Diversidades, Educação e Religiões (PEDER – 2015), BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016)

Ao fazer a mesma relação com os professores do colégio Norte, obtivemos as seguintes falas:

“O tempo todo, ao considerar uma religião superior às demais”
 “Intolerância por parte dos educadores”
 “Em relação às religiões afrodescendentes”
 “Religião afro”
 “Contra a macumba”
 “Conflito de ideais”
 Pesquisa exploratória sobre Diversidades, Educação e Religiões (PEDER
 – 2015), BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016)

Percebemos que existe uma estigmatização da cultura afrodescendente dentro do colégio Norte, que também não passa despercebida no colégio Sul. Entretanto, um fator importante a ser salientado é que, durante o debate em grupo, notamos que havia um professor negro trajando vestimentas brancas e utilizando fios de contas, características de algumas religiões de matriz afro, tais como o candomblé e a umbanda. E esse professor fazia comentários muito incisivos que fomentaram muito o debate. Por exemplo, houve um momento da palestra acerca da religião no espaço público em que citamos a depredação da imagem de uma santa católica, que existe em uma praça de Londrina-PR, ocorrida nos anos de 2014 e 2015. Enquanto todos os que assistiam estavam abalados com a cena, esse professor indagou: “Se depredam uma santa católica assim, imaginem se fosse um orixá?!”.

O que nós nos indagamos quanto a isso é: por que, na questão em que perguntamos sua religião, ele não marcou a sua suposta matriz afro?¹¹ Tal questão suscita problematização e reflexão. Será que ele realmente não pertencia a nenhuma religião africana ou afro-brasileira? Ou simplesmente sentiu-se coagido e não revelou sua religião? Goffman (1998) diz o seguinte sobre aquele que possui uma identidade deteriorada (indivíduos que sofrem do estigma):

[...] uma possibilidade fundamental na vida da pessoa estigmatizada é a colaboração que presta aos normais no sentido de atuar como se a sua qualidade diferencial manifesta não tivesse importância nem merecesse atenção especial. (GOFFMAN, 1998, p.38)

Os estigmas configuram-se, de acordo com o autor, enquanto atributos socialmente construídos em coletividade, existindo então nos ambientes sociais, como, por exemplo, a sala de aula com o professor, consultório com o médico etc., que se fundamenta na perspectiva de que designadas pessoas não tenham os atributos necessários para aquele ambiente, essa é a ideia do estigma, ou seja,

¹¹ Esse momento da pesquisa evidencia a necessidade de outro trabalho que irá compor esta dissertação, em seguida, no próximo tópico, que é o processo de invisibilidade que as escolas estão formando.

segundo Goffman (1998), antes de tudo é uma relação de atributos.

Essas relações de atributos são variáveis de acordo com o ambiente, portanto não basta o indivíduo ter os atributos, ele deve agir conforme se espera nesses ambientes. Quando isso não ocorre, a principal consequência são os efeitos do descrédito.

O efeito do descrédito está em uma ordem simbólica que se impõe sobre qualquer outro atributo que seja positivo ou esperado, o que explicaria o professor não ter assinalado sua suposta religião no questionário. Talvez tenha recebido estímulos de que sua religião não era a correta para aquele ambiente. Acredita-se que esse processo ocorre a partir do momento em que os indivíduos reforçam o estímulo negativo nas relações cotidianas.

O indivíduo que possui uma identidade deteriorada, de acordo com Goffman (1998), entra em um dilema perante a sociedade (ou grupo, lugar etc.), que o estigmatiza:

A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde (GOFFMAN, 1998, p.38).

Não esqueçamos que a “não resposta” também pode significar “uma resposta”. O fato de o professor pertencente à matriz afro ter ocultado a sua religião pode significar que sua identidade foi tão deteriorada ao longo do tempo, que acabou aceitando sua condição e escondeu-a. Podemos também pensar que a sua atitude tenha sido tomada por precaução, medo, para que ele pudesse garantir sua segurança, evitando perseguições. Isso explicaria, por exemplo, por que ele não marcou na questão que sofreu intolerância religiosa, ou seja, será que ele não reconhece mais a própria violência simbólica que sofre?

Outro contraponto que encontramos ao tratar dessa questão é uma expressão de uma professora, já citada, que se destacou no decorrer do debate em grupo ao dizer: *“Ao ler esse questionário, nós sabemos como responder ele da forma politicamente correta, mas a minha trajetória é outra[...]”*, ou seja, um fator que evidencia o quão importante é para uma análise fazer um levantamento não só quantitativo, mas também qualitativo, pois, como a professora disse, eles sabem burlar um questionário. Dentro do debate em grupo uma professoradisse:

Esses dias um aluno me perguntou: Professora, por que não pode falar Deus ou Jesus na aula? [professora fez uma pausa] Eu não vejo mal falar de Jesus. Se estiver pertinente na disciplina, qual o problema? Agora ontem um aluno me perguntou diretamente se eu era ateia... eu disse que não... Ele perguntou qual era minha religião... então é, se posicionar é bom, mas você tem que ter um nível de ética. É de se pensar... se posicionar sim, mas também respeitar para ser respeitado, porque hoje não está acontecendo isso. Pesquisa exploratória sobre Diversidades, Educação e Religiões (PEDER – 2015), BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016)

Ao estendermos nossa pesquisa para os colégios, inúmeras discussões são formadas dentro dos debates em grupo. É notória a complexidade para discutir um tema espinhoso como a religião, assim como uma pedagoga disse em meio ao debate em grupo:

Eu acho que a maior angústia foi quando alguns anos atrás, fomos chamados numa reunião para tirar todos os santos do colégio. Não podíamos mais rezar o pai nosso, não podíamos mais falar de Deus, Jesus, tivemos que tirar os crucifixos do colégio... Eu sou pedagoga. Ai nós não tivemos um debate, uma discussão do porquê... Só colocaram que a escola é laica e pronto, e com isso, veio argumento das diversas religiosidades, então colocavam que era catolicismo...impregnado catolicismo, e a partir desse momento eu comecei a pensar. No momento em que nós falávamos, professores, que priorizam sua crença, até o agnóstico teve um confronto de ideias. Mas que ficou mudo. Quando eu vou falar sobre isso ainda me dá um temor, porque é tudo censurado, e o outro já vai criticar e tal. Quando colocaram a questão da ditadura, eu não vi diferença na religião...porque nós somos silenciados. Religião é domínio de poder ou a religião é para deixar o homem mais livre?

Pesquisa exploratória sobre Diversidades, Educação e Religiões (PEDER – 2015), BUSTOS, LANZA, PATROCINO, 2016)

Diante dessa fala, fica evidente que a pedagoga ficou inconformada com a retirada dos símbolos e porque não se podia mais rezar o pai nosso. Ela se sentiu silenciada, mas denota, apesar de tudo, uma fala humilde, de alguém que não entendeu a situação, que poderia ser compreendida por uma possível falta de instrução diante das ações tomadas pelo colégio, como ela mesma questiona “Ai não tivemos um debate, uma discussão do porquê”.

Esse fragmento demonstra que com o objetivo de captar as práticas de intolerância religiosa dentro do cotidiano escolar público, apreendemos que esse problema estava sendo aliado a uma incompreensão do laicismo, justificando práticas excludentes dentro do ambiente escolar.

1.3 SOBRE OS INVISÍVEIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE LONDRINA-PR¹²

Como sequência das pesquisas aqui apresentadas, esta pesquisa tem um elemento distinto que segue na esteira da nossa problemática principal (Instituições Públicas de Ensino Superior não formarem suficientemente os seus egressos para ministrar o componente curricular de Ensino Religioso), ela é a primeira pesquisa em larga escala que realizamos, e foi realizada com os estudantes dos colégios públicos de Londrina. Esta pesquisa, portanto, analisa a partir da autodeclaração dos estudantes, quais são as diferentes identidades religiosas e como são as relações entre elas no ambiente escolar.

A problemática investigada visou perceber qual é a compreensão dos sujeitos (estudantes do Ensino Médio) sobre o exercício da cidadania e a sua relação com o Estado Laico. A partir das atividades de extensão e pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL) em parceria com o OBEDUC CAPES Ciências Sociais UEL, foi realizada a pesquisa por meio de instrumento quantitativo de levantamento de dados - *survey*, aplicada em cinco colégios da rede estadual de Londrina, com uma amostra exploratória final de 326 questionários respondidos pelos estudantes no segundo semestre de 2016.

Como resultados, identificamos entre os sujeitos uma majoritária autodeclaração de adesão cristã e pudemos observar que o maior número de casos de violência e intolerância religiosa está no ambiente escolar e, em segundo lugar, nas redes sociais, o que permite inferir que a ausência de declaração e a invisibilidade das minorias religiosas revelam uma estratégia de autoproteção. De acordo com os dados analisados e as perspectivas apresentadas, o ambiente das instituições de ensino públicas investigadas é reprodutor de violência, pois os dados o apontam como o responsável pelo maior índice de intolerância religiosa registrado.

A emergência de discursos religiosos fundamentalistas no mundo e na sociedade brasileira suscita investigações que tratem de temas relacionados que estejam na agenda nacional. A participação cada vez maior de representantes políticos vinculados a determinados grupos e organizações religiosas reflete, junto à sociedade e ao Estado brasileiros, conflitos e polêmicas que decorrem da inter-relação entre a adesão religiosa privada e a participação na esfera pública e coletiva.

¹² O texto a seguir foi ampliado, reformulado e foram acrescentadas as críticas oriundas dos debates recorrentes nos respectivos Grupos de Trabalho a partir do trabalho inicial sobre a temática, apresentado no VI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (2017) & V Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades, evento realizado na Universidade Estadual de Londrina nos dias 7 de abril à 27 de maio de 2017. Disponível em <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/anais/index.php/2017/SIPRMC/paper/viewFile/98/109>, acessado em 17/09/19.

O debate sobre o processo de constituição da laicidade no Brasil e seus temas correlatos, vinculados às políticas públicas seja na área da Educação, da Seguridade Social, da Segurança ou da Imigração, entre outras, tornou-se necessário e relevante, de forma distinta do que ocorreu nas últimas três décadas desde a Constituição Federal de 1988.

O acirramento dos debates e das polêmicas acerca do Estado Laico e a Educação passou a ser incrementado pela consolidação de um cenário religioso com maior concorrência entre as organizações participantes. A partir da década de 1970 e da expansão do grupo neopentecostal, com maior destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus, ocorreu no Brasil uma série de incrementos nessa esteira, caracterizada pela Teologia da Prosperidade, pela difusão da Batalha Espiritual e pela demonização de grupos religiosos minoritários (por exemplo, os vinculados à matriz africana). Ações e cenas de intolerância e violência religiosa se espalham e constituem o cotidiano social e escolar no século XXI no Brasil.

A partir do contexto histórico e da conjuntura atual, problematizamos: Qual o perfil religioso dos estudantes do Ensino Médio Público? Como é autodeclarada ou não sua adesão religiosa? Coube-nos investigar como os estudantes religiosos caracterizam sua relação com a esfera pública do ambiente escolar e quais as diferentes perspectivas devocionais. Dessa forma, essas percepções dos sujeitos expressam, também, se há ou não conhecimento do conceito de Estado Laico no Brasil. Essa investigação foi primordial para nossa pesquisa, porque não havia dados de intolerância por parte dos estudantes, apenas dos professores, por isso ampliamos nossa pesquisa para o corpo discente.

Nosso principal objetivo foi identificar, por meio da pesquisa exploratória com o uso de questionário (*survey*), a partir de 326 amostras oriundas de 5 colégios públicos estaduais em Londrina e região, como os estudantes/sujeitos concebem a laicidade brasileira e sua relação com os outros grupos religiosos no ambiente escolar. Em nossas hipóteses, há uma invisibilidade das minorias religiosas no ambiente escolar (dado já evidenciado na pesquisa passada com o professor de matriz afro) como estratégia de proteção contra atos de violência e

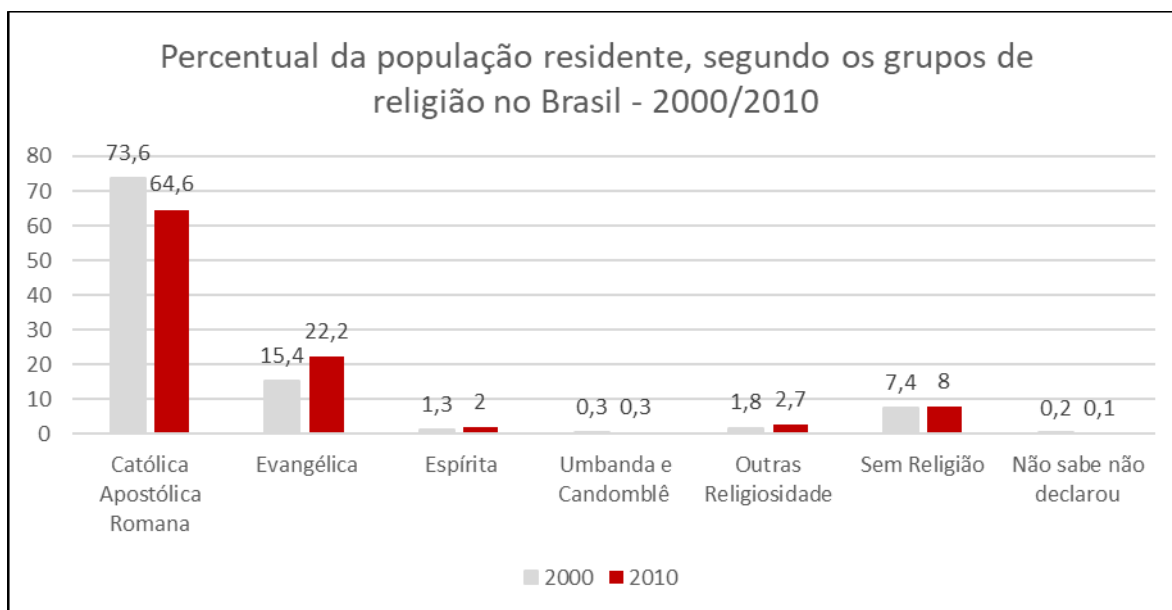
intolerância religiosa, decorrentes também da ausência de conhecimento dos sujeitos acerca da definição de Estado Laico e da não adoção de princípios de coexistência e respeito às diferentes identidades religiosas.

A religião Católica Apostólica Romana ainda é predominante, como podemos observar na pesquisa do IBGE (2010), que retrata uma análise quantitativa do percentual das identidades religiosas no Brasil:

Desde o primeiro recenseamento de âmbito nacional até a década de 1970, o perfil religioso da população brasileira manteve como aspecto principal a hegemonia da filiação à religião católica apostólica romana, característica herdada do processo histórico de colonização do País e do atributo estabelecido de religião oficial do Estado até a Constituição da República de 1891 (IBGE, 2010, p. 89).

Essa predominância da Igreja Católica continuou nos anos seguintes, no período de 2000 até 2010, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Percentual da população segundo os grupos de religião no Brasil (2000-2010)



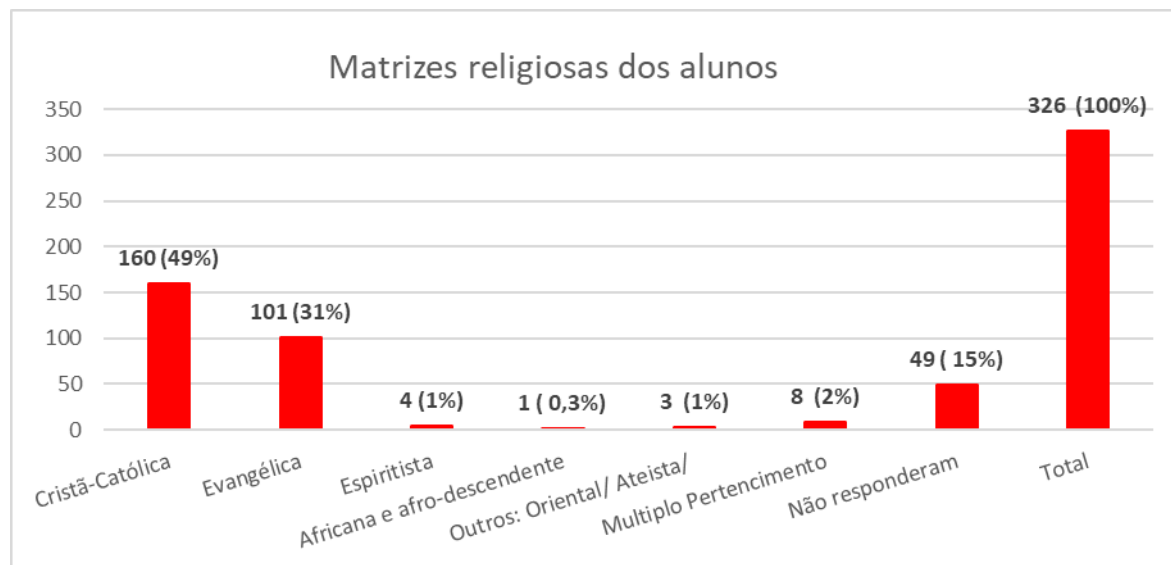
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000/2010.

Organização: do autor.

Com base na análise quantitativa do IBGE e nos fatos históricos, observamos que a matriz Cristã é majoritária na vertente Católica Apostólica Romana. Esse dado se mantém até os dias atuais. As mesmas informações podem ser verificadas, em

menor proporção, nas pesquisas¹³ realizadas nas cinco Escolas Estaduais de Londrina, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Matriz religiosa dos estudantes de Londrina-PR (2016)



Fonte: BUSTOS, LANZA, SILVA, PATROCINO, 2017.

Partindo para a análise dos dados, a proposta era compreender o processo de invisibilidade religiosa expresso nos dois gráficos apresentados, que mostram os dados quase “invisíveis” das matrizes que não comportam a cristã. Ressaltamos que os dados do IBGE são em escala nacional e que, no segundo gráfico, esses dados estão restritos a uma representação muito menor referente ao ambiente escolar de cinco instituições de ensino na cidade de Londrina.

O gráfico das matrizes religiosas dos estudantes refere-se à questão nº 15.1 com base no produto final de 326 questionários. Observamos que 15% dos indivíduos não responderam. Logo após, temos as maiores matrizes, que são a Cristã-católica e depois os Protestantes-evangélicos, as quais os dados extraídos retratam como predominantes no ambiente escolar, o que não é uma novidade tendo em vista a realidade brasileira. Entretanto, não cabe a este trabalho fazer uma análise comparativa dos dados, mas compreender a questão cultural-religiosa, atualmente na sociedade brasileira.

Voltando a falar dos que optaram por indicar sua adesão religiosa, (cerca de 15%, 49 indivíduos, não responderam), poderíamos problematizar: Qual o elemento

¹³ A partir das atividades de extensão e pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL) em parceria com o OBEDUC CAPES Ciências Sociais UEL, foi realizada uma pesquisa por meio de instrumento quantitativo de levantamento de dados - survey, aplicada em cinco colégios da rede estadual de Londrina, com uma amostra exploratória final de 326 questionários respondidos pelos estudantes no segundo semestre de 2016.

motivador para a não resposta desses indivíduos? O entrevistado poderia assinalar sim ou não se pertencesse a alguma religião e, uma vez marcado sim, por que não citar sua religião? Pertenceriam a religiões minoritárias e, por um processo de estigmatização, acabam decidindo não declarar? Talvez esse seja um dado que poderá dar fruto para uma investigação futura.

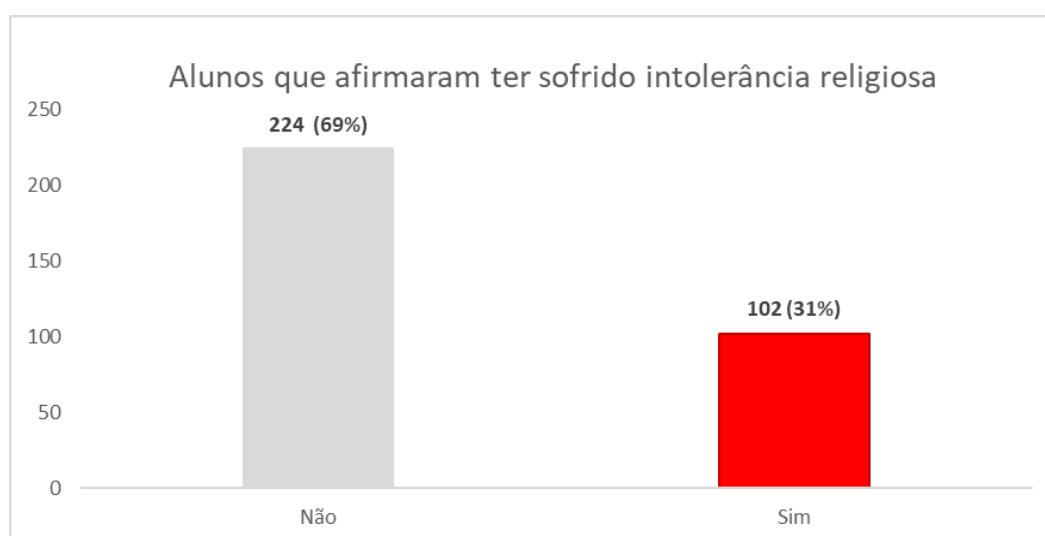
Segundo as perspectivas das Ciências Sociais, é necessário realizar um aprofundamento teórico para debater e compreender o fenômeno da invisibilidade religiosa e como ela ocorre dentro das instituições de ensino.

A sequência da análise desse *survey* com os estudantes demonstrou que o número de práticas de intolerância religiosa dentro das escolas era muito grande. O que propomos neste texto é analisar o ambiente escolar como reprodutor da violência e da intolerância religiosa. Para analisar esses dados, primeiro pretendemos expor os conceitos de intolerância e tolerância religiosa. Para a Professora Elisa Rodrigues, “intolerância é reação à diversidade, que se combate, muitas vezes, por meio da violência: a maximização do discurso intolerante”.

Tolerância corresponde à conduta de abstenção de “agir contra o que reprovamos” (Blackburn, 1997, p. 390), de respeitar o que se constitui diferentemente de nós, de assumir as assimetrias dos pontos de vista étnico-culturais e ou ideológicos e **tentar compreender a diferença nos termos mesmos do outro, ou seja, pela sua perspectiva, sem objetificá-lo ou subsumi-lo** (RODRIGUES, 2013, p. 213 – grifos nossos).

Nesse sentido, apresentamos algumas questões da pesquisa que giram em torno dessa discussão sobre intolerância religiosa. A primeira questão é: “Você já sofreu ou vivenciou algum caso de intolerância religiosa? SIM OU NÃO”.

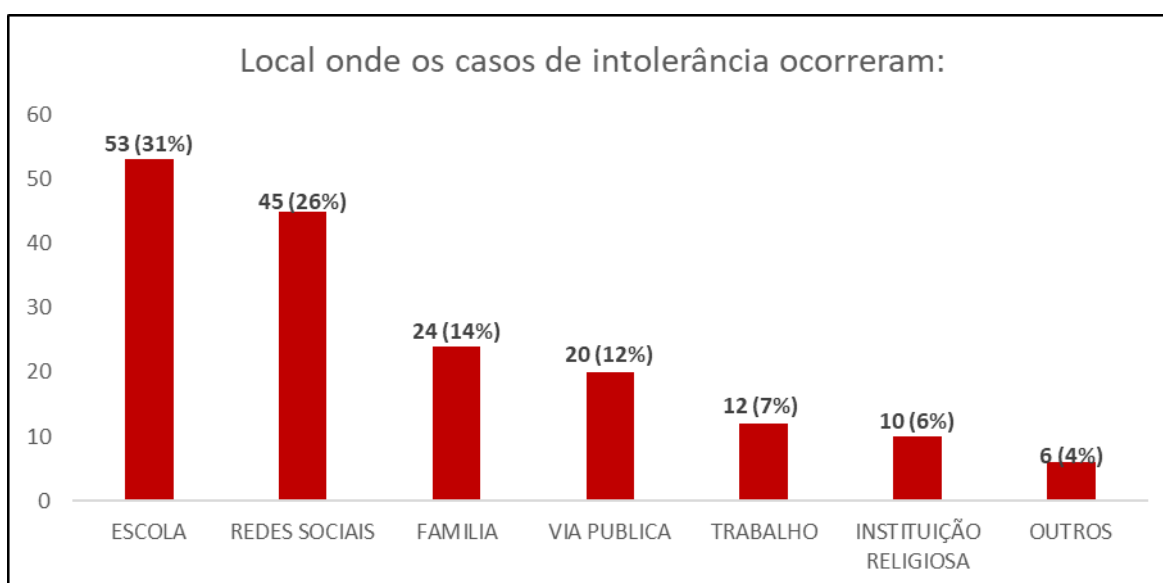
Gráfico 7 – Estudantes que sofreram intolerância religiosa



Fonte: BUSTOS, LANZA, SILVA, PATROCINO, 2017.

Os dados apresentados resultam dos 326 questionários. Observe que primeiro perguntamos, quantitativamente, se há ou não intolerância religiosa. Depois destrinchamos na outra pergunta, onde ocorre essa intolerância? A questão específica trata do ambiente, o local onde os sujeitos sofreram ou presenciaram atos de violência e intolerância religiosa: “Se sim, que tipo de violência? Comente brevemente o ato e o local onde ocorreu; Marque mais de uma opção, se necessário”:

Gráfico 8 – Local onde os casos de intolerância com os estudantes ocorrem:



Fonte: BUSTOS, LANZA, SILVA, PATROCINO, 2017.

Os dados demonstram um elemento chave norteador da pesquisa: o maior índice de intolerância está no ambiente escolar, com 31% dos casos. Em segundo lugar vêm as redes sociais. De acordo com esses dados e com as perspectivas apresentadas, foi identificado que as instituições de ensino públicas pesquisadas são reprodutoras de violência, pois os dados apontam-nas como o lugar de maior índice de intolerância religiosa. Isso vai servir de base para a hipótese principal deste trabalho que tangencia a atuação profissional dos docentes.

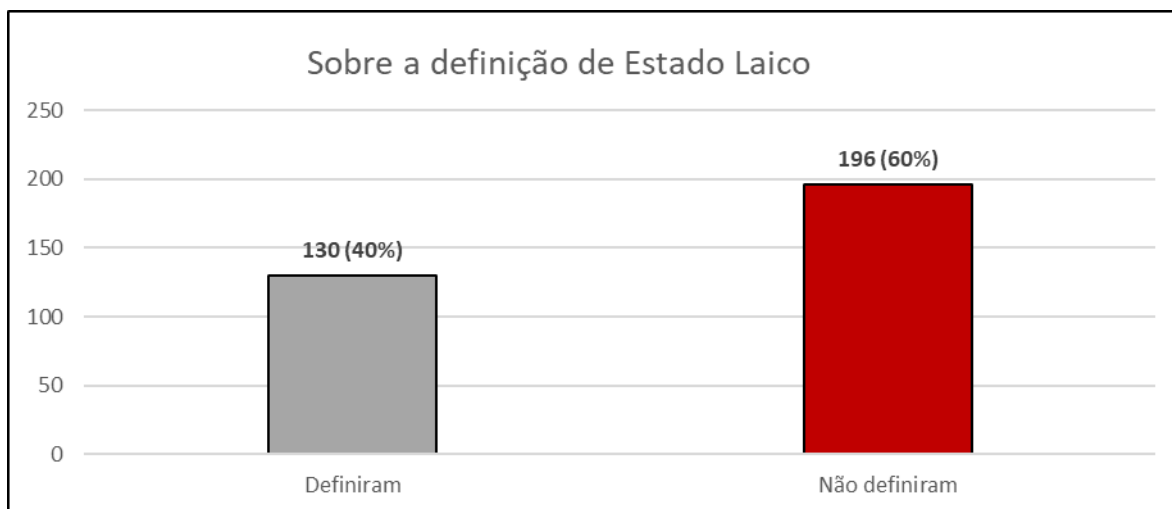
Quanto aos casos nas redes sociais, talvez a reflexão fique à luz de algumas questões que a rede social nos proporciona, por exemplo, “liberdade de expressão” e “Internet, terra sem lei”. Por causa dessas interpretações, os indivíduos tendem a achar-se no direito de “julgar” culturas e religiões que não fazem parte do seu meio, praticando atos de intolerância religiosa via Internet. Entretanto, a constituição nos garante a punição daqueles que praticarem atos preconceituosos, como preveem os

Artigos 1º e 20º da Lei nº.7.712, de 5 de janeiro de 1989.¹⁴

Consideramos que os números de casos nas escolas são expressivos. A pergunta importante, neste momento, é descobrir quem são esses sujeitos que sofreram violência, intolerância religiosa, quais os seus perfis religiosos, os tipos de violência que sofreram, se física ou simbólica.

A perspectiva de Estado laico é um exemplo dessa análise no campo da política. Levando em consideração os conceitos e fundamentos apresentados anteriormente sobre a noção de laicidade e Estado laico, pretendemos expor os dados quantitativos obtidos na pesquisa com o objetivo de verificar os conhecimentos dos indivíduos sobre a definição de “ESTADO LAICO”¹⁵.

Gráfico 9 – Percepção dos estudantes sobre a definição de Estado laico



Fonte: BUSTOS, LANZA, SILVA, PATROCINO, 2017.

Analisando os dados de acordo com as fundamentações teóricas apresentadas anteriormente, a resposta correta para a pergunta, “O que define um estado Laico?”, é a letra (a): “Estado laico é aquele onde diferentes religiões coexistem num mesmo país ou nação, desligados do poder político”¹⁶. Entretanto, temos outros dados preocupantes. Excluindo os 40% de estudantes que marcaram a opção (a), obtemos

¹⁴ "Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional." "Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. § 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza.

¹⁵ O que define um estado Laico?

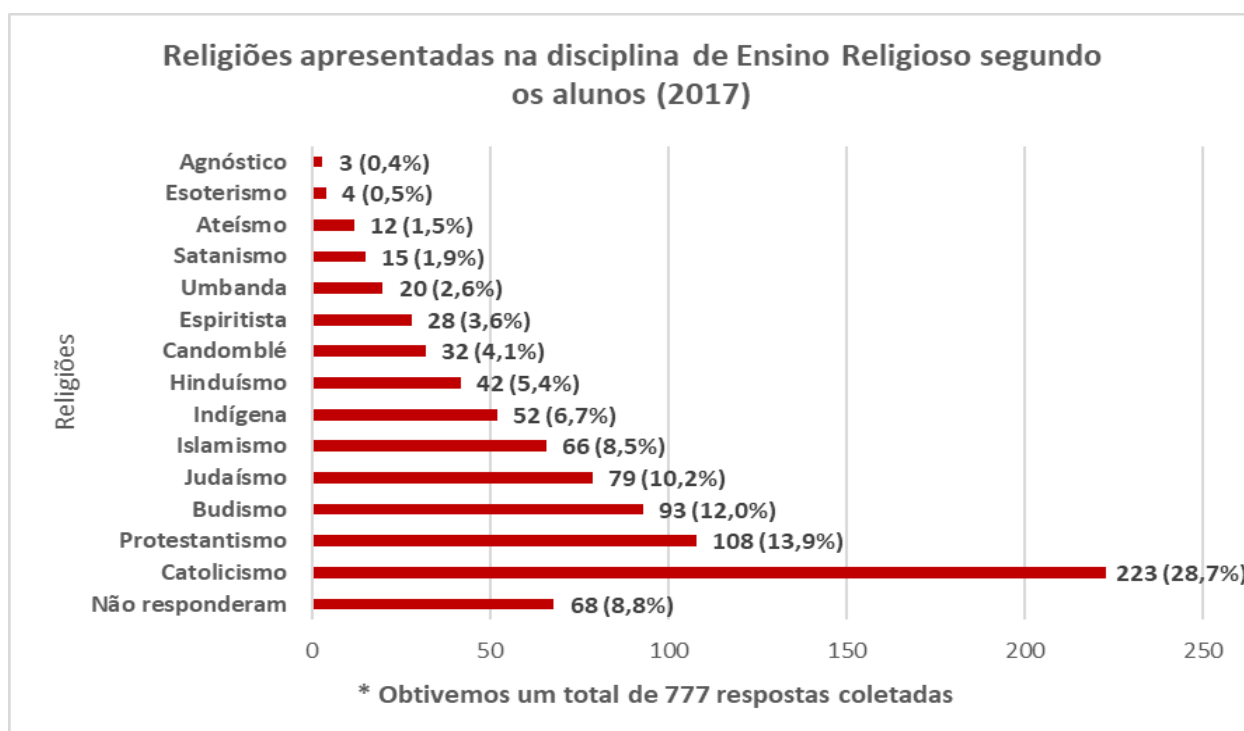
- Estado laico é aquele onde diferentes religiões coexistem num mesmo país ou nação, desligados do poder político.
- Estado laico é quando o país não tolera manifestações religiosas no campo político.
- País ou nação que só permite oficialmente uma religião.
- Estado laico é todo Estado que tem base ateísmo.
- Não sei definir um Estado laico.

¹⁶ Novamente, será destinado um tópico exclusivo, no decorrer do texto, apenas para conceituar o que se compreende por Estado Laico. No presente momento o mais importante é elucidar a trajetória metodológica e os principais achados, que reverberaram nossa pesquisa.

um total de 60% de estudantes que não conseguiram definir corretamente, deixaram em branco, ou que não sabiam dizer a que corresponde um Estado Laico. Trazendo isso para as porcentagens, são cerca de 40% contra 60% que não sabem definir a que corresponde um Estado Laico. A pesquisa que será apresentada no tópico seguinte é importantíssima para nossa problemática, pois evidencia que essa mesma porcentagem se repete entre os professores.

Analisando com mais atenção, obtivemos um dado muito significativo. Ao perguntarmos aos estudantes que tiveram aulas do componente curricular de ER quais religiões eram apresentadas a eles, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 10 – Religiões apresentadas aos estudantes no componente curricular de ER



Fonte: BUSTOS, LANZA, SILVA, PATROCINO, 2017.

Esses dados levam em consideração, dentro do processo de reminiscência (memória) dos estudantes, quais eram as matrizes que eles mais visualizaram durante suas aulas de ER. Como a estatística apresenta, a matriz cristã dispara em relação às outras. Esse dado é importante porque ele evidencia tudo aquilo que construímos e apresentamos até aqui. Comprova os atos de proselitismos que ocorrem dentro dos colégios (tendo em vista nossas pesquisas prévias de campo), comprova que, dentro das escolas, existe um processo de invisibilidade¹⁷ de outras

¹⁷ Note que utilizamos “processo de invisibilidade” porque acreditamos ser uma ação, um ato, proposital as matrizes serem invisibilizadas.

matrizes e, por fim, aponta a existência de um elemento dentro do corpo docente que precisa ser estudado: Por que professores formados recorrem a atos de proselitismo em suas aulas?

A conclusão dessa pesquisa foi de que a escola é o local onde ocorre o maior número de casos de intolerância religiosa, por isso levantamos como hipótese que há uma invisibilidade das identidades religiosas não cristãs.

1.4 – PESQUISA COM PROFESSORES ACERCA DO COMPONENTE CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO¹⁸

Finalmente, dentro deste nosso primeiro capítulo, iremos discutir a última pesquisa realizada com um total de 290 professores da Secretaria Municipal de Educação de Londrina PR, no final do ano de 2017, que fecha esta primeira etapa do nosso trabalho. Nosso objetivo foi criar um panorama da situação em que essa pesquisa como um todo se encontra.

Este trabalho, em específico, foi estimulado pelas pautas conservadoras da agenda nacional e do campo da educação pública, com o objetivo de promover uma análise a partir de dados teóricos e empíricos correlacionados com Educação Básica e o componente curricular de Ensino Religioso, o que não havia sido feito até então. Os principais achados da pesquisa são de que 80% conhecem a definição de Estado Laico e, ainda assim, cerca de 70% dos docentes são favoráveis ou indiferentes à presença de manifestações religiosas dentro da escola. Aproximadamente 35% dos professores já ministraram aulas do componente curricular de Ensino Religioso, e aproximadamente 80% deles não conhecem a base legal pedagógica que direciona os conteúdos do componente curricular da disciplina.

Novamente, nossa investigação, recairá especialmente nas pesquisas desenvolvidas pelo LERR/OBEDUC-UEL. Levando em consideração os dados extraídos, constatamos diversas problemáticas que podem ser verificadas no decorrer deste primeiro capítulo.

Em vista disso, buscamos analisar alguns elementos da BNCC (2017) quanto ao componente de Ensino Religioso associados aos resultados da pesquisa (LERR/OBEDUC-UEL) de 2017. Nosso intuito é compreender os aspectos assertivos

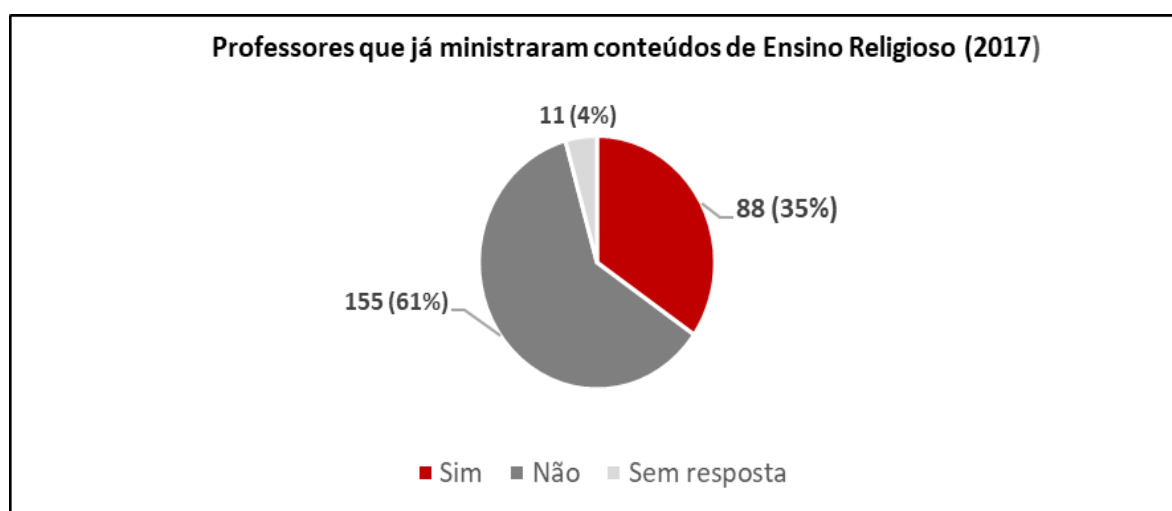
¹⁸ O texto a seguir foi ampliado, reformulado e foram acrescentadas as críticas oriundas dos debates recorrentes nos respectivos Grupos de Trabalho a partir do trabalho inicial sobre a temática, que foi apresentada no formato de Comunicação Oral no GT Religião e Educação sob coordenação do Prof. Dr. Sérgio Azevedo Junqueira, no III Simpósio Internacional da ABHR. Link para acesso em: <http://abhr2018.paginas.ufsc.br/1057-2/>, acessado em 05/11/19.

do componente curricular, juntamente com seus problemas, desenhando a pesquisa em torno dos professores que atuam na rede de ensino básico na cidade de Londrina-PR.

Sendo assim, para entrarmos profundamente nos dados coletados nesse fragmento, ressaltamos, primeiro, que foram coletados a partir de duas pesquisas com 255 respostas completas de 290 professores da Rede Municipal de Educação em Londrina-PR. Nosso objetivo de estudo neste fragmento está localizado no amplo debate sobre educação e componente curricular, especificamente do componente curricular de Ensino Religioso. Tendo isso em vista, buscamos contemplar no questionário da pesquisa diversas questões que ajudaram a compreender os elementos anteriormente apresentados. Nos gráficos a seguir, observamos vários pontos interessantes referentes ao componente.

Para começar, nosso primeiro ponto de análise é a questão: “Você já ministrou aulas no componente curricular de Ensino Religioso?”, por se tratar de um *survey* de questões fechadas e objetivas, no momento em que a pesquisa foi realizada, apenas procurávamos apreender se os professores em algum momento de sua trajetória haviam ministrado ou não o componente curricular de ER, independente da série.

Gráfico 11 – Professores que já ministraram conteúdos de Ensino Religioso 2017

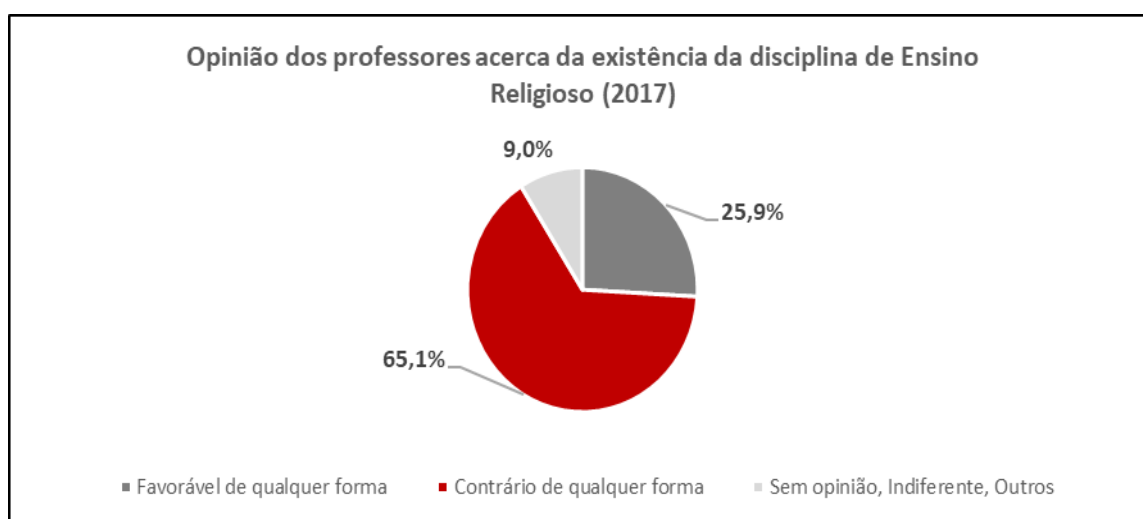


Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC, professores na rede municipal de educação em Londrina 2017.

Os dados extraídos do gráfico demonstram, com base em 255 respostas, que, primeiro, 88 respostas correspondem ao “Sim”, 35% dos professores já ministraram aulas no componente curricular de Ensino Religioso; segundo, 155 respostas correspondem ao “Não”, 61% declararam nunca ter ministrado aulas no componente

curricular e, por último, 11 (4%) não responderam. O próximo gráfico aponta se os professores são, ou não, a favor da existência do componente de Ensino Religioso no ambiente escolar.

Gráfico 12 – Se professores são ou não favoráveis à disciplina de ER.



Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC, professores na rede municipal de educação em Londrina 2017.

Como podemos observar, em primeiro lugar vem, com a maior taxa percentual, “Contrário de qualquer forma”, com 65%. Uma das possíveis hipóteses para tal resposta é a falta de entendimento referente aos quesitos do material pedagógico da área de Ensino Religioso. A falta de material ou o desconhecimento dele, poderia influenciar as respostas. A ideia será aprofundada posteriormente no próximo gráfico.

Gráfico 13 – Conhecimento dos professores sobre as documentações que direcionam o componente de ER



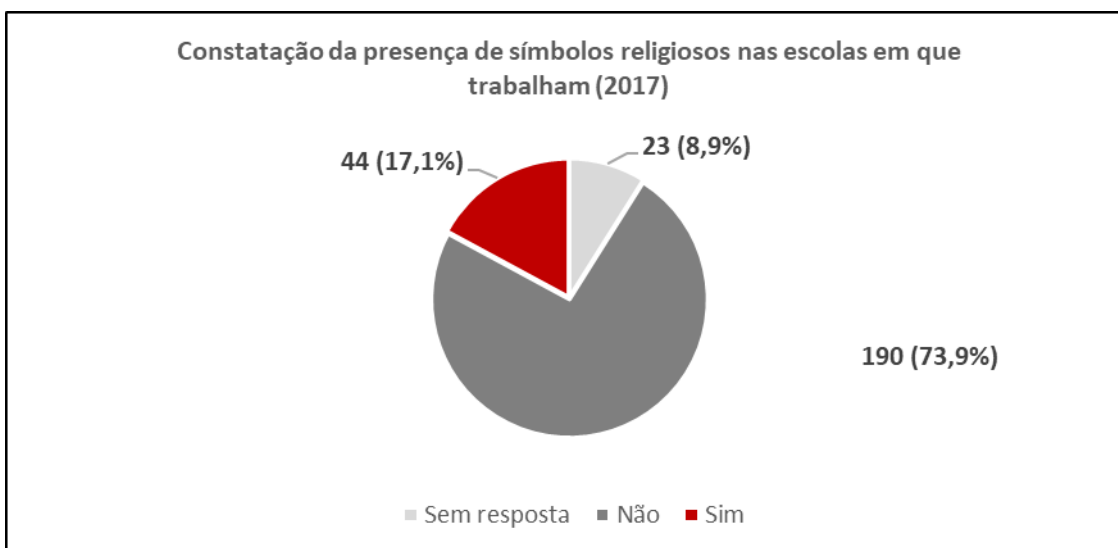
Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC, professores na rede municipal de educação em Londrina

2017.

Aqui está um elemento importante desta pesquisa. Observemos que o Gráfico 13 aponta três informações distintas que, quando contrastadas com os gráficos 11 e 12, revelam dados extremamente significativos para nosso desenho de pesquisa. Primeiro, o número de professores que já ministraram o componente curricular de Ensino Religioso é 88; o número de professores que conhecem os documentos que direcionam o componente é 52, ou seja, quando entramos dentro das análises estatísticas e verificamos individualmente esses professores, compreendemos que 36 deles já ministraram o componente de ER sem ao menos conhecer as diretrizes. Segundo, o número de professores que são contra o componente é de 65%, e o número de professores que não conhecem as documentações é de 54%, ou seja, os dados demonstram que mais da metade dos professores nunca leram as documentações que direcionam a disciplina, como por exemplo a DCE de Ensino Religioso (2008), ou até mesmo a BNCC (2017), mesmo assim, são contra o componente.

Aqui fazemos uma pequena alusão à pesquisa passada, quando perguntamos, dentro do processo de reminiscência dos estudantes, o seguinte: “Quais matrizes religiosas eles mais lembravam de ter tido contato” (vide o Gráfico 10), e a matriz cristã-católica dispara em relação às outras. Podemos constatar algo que é razoável para a formulação desta pesquisa: se 88 profissionais já deram aula de ER e apenas 52 conhecem as documentações, há uma margem de 26 professores que estão dando o componente curricular sem ao menos conhecer os documentos. Entendemos que esses profissionais, que não sabem o que é ER, chegam às salas de aula e precisam falar algo que eles sabem, ou seja, vão usar a sua religião como base para aula. Essa descoberta nos impulsiona a acreditar que as IES não dão a formação específica ou até mesmo adequada para que seus egressos tenham condições de ministrar o componente curricular de ER, e os reflexos disso, com todas as ressalvas possíveis, são evidenciados por nossas pesquisas com os dados da intolerância presente nos colégios, as escolas cheias de símbolos religiosos como o Gráfico 14 destaca, entre outros elementos que corroboram que a prática, no ambiente público escolar, não é laica.

Gráfico 14 – Constatação da presença de símbolos religiosos nas escolas em que trabalham.



Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC, professores na rede municipal de educação em Londrina 2017.

O Gráfico 14 exibe dados interessantes; primeiro, a maior porcentagem representa a “não constatação de símbolos religiosos no ambiente escolar”, correspondendo a 190 respostas, cerca de 74%. Como foi ressaltado anteriormente por autores e pensadores da área de política e religião, os símbolos religiosos, principalmente os de matriz apostólica romana cristã, ou a vertente católica, sempre estiveram presentes nos espaços públicos, nas instituições educacionais e nas esferas políticas. Um dado qualitativo importante é que muitas escolas, em que o LERR ia fazer pesquisa e formação, possuíam os símbolos e, quando os professores eram questionados sobre isso, eles diziam que não havia em suas escolas, o que não significa, necessariamente, que estivessem mentindo. Quando “lembrávamos” a eles dos símbolos presentes, muitas vezes, na mesma sala em que estávamos, eles diziam: “Ah! É verdade!”. Ou seja, o processo de internalização é muito recorrente, fruto de um processo de construção histórica católica, o que torna praticamente invisível ou normal a presença dos símbolos nos ambientes públicos, mesmo que corresponda a uma ilicitude.

Assim, cabe dizer que é possível que os dados anteriormente apresentados podem ser diferentes, pois, refletindo sobre tal aspecto da sociedade, que os sujeitos não conseguem identificar símbolos ou até mesmo fenômenos religiosos no ambiente escolar devido a esses processos de internalização dos elementos fenomenológicos religiosos. Portanto, os dados acerca da constatação de símbolos religiosos no

ambiente escolar podem ser muito maiores.

Gráfico 15 – Opinião dos professores acerca dos símbolos religiosos na escola

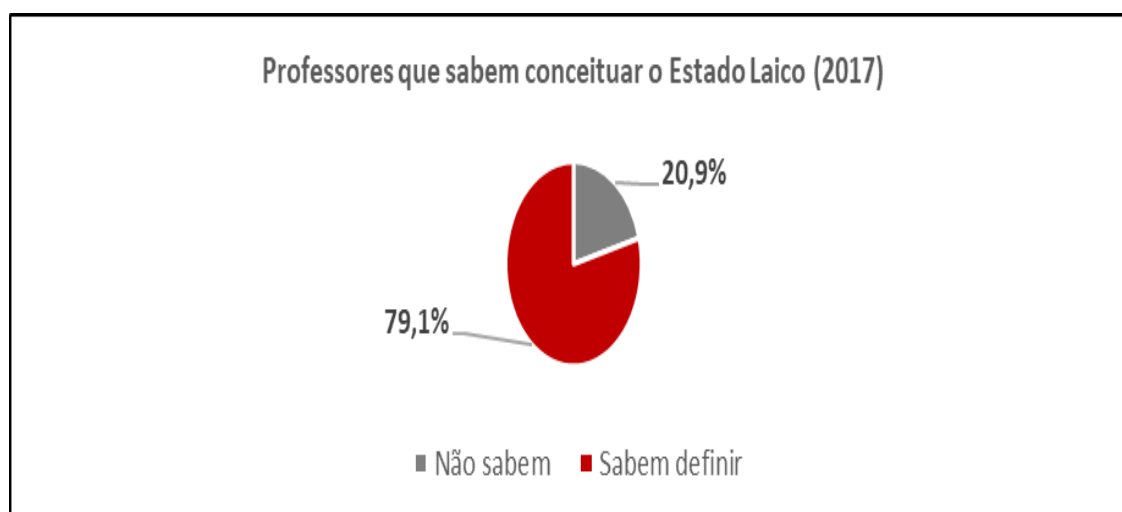


Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC, professores na rede municipal de educação em Londrina 2017.

No Gráfico 15, constatamos a opinião dos professores sobre os símbolos religiosos no ambiente escolar. Ao nosso ver esses dados são extremamente ricos. Efetuando uma análise dos vários gráficos, os dados nos apresentam diversas problemáticas referentes a questões política e sociocultural.

Primeiro, os dados referentes ao conceito de Estado laico podem estar “contaminados”, no sentido de que os pesquisados não sabem as características básicas do conceito político laicismo/laicidade. Observamos esse problema quando correlacionamos os dados do Gráfico 16 a seguir.

Gráfico 16 – Professores que sabem conceituar o Estado Laico



Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC, professores na rede municipal de educação em Londrina 2017.

Se analisarmos todos os dados em sequência, podemos observar que 17% dos professores afirmam haver símbolos religiosos dentro dos seus locais de trabalho. Cerca de 24% são favoráveis à presença desses símbolos, contra 32% que são contrários. Paralelamente a esses dados, o Gráfico 16 demonstra que quase 80% dos professores sabem conceituar Estado laico. Ainda assim, se somarmos as porcentagens do Gráfico 15 das respostas “não tenho opinião formada”, “indiferente” e “sem resposta”, podemos concluir que cerca de 43% dos professores são coniventes com a presença dos símbolos, e isso corresponde a uma ilicitude, de acordo com a legislação sobre os espaços públicos laicos, o que nos faz questionar o entendimento real dos professores acerca do Estado Laico brasileiro.

Nesse sentido, como pudemos constatar, essa pesquisa demonstra uma grande incógnita quanto ao envolvimento dos professores do componente curricular de Ensino Religioso na sua atuação junto à Rede Municipal de Londrina-PR.

A proposta então se soma à uma nova pesquisa, agora com os professores do componente curricular de ER junto à rede Estadual de Ensino das 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental (6º e 7º ano), apreendendo suas percepções, ideais e, principalmente, a sua formação.

2 CAPÍTULO 2 - POR UMA COMPREENSÃO DA LAICIDADE BRASILEIRA: AS PRÁTICAS DOCENTES, O AMBIENTE ESCOLAR, AS RELIGIOSIDADES E A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO (ER)

Este capítulo¹⁹ tem como objetivo apresentar e destacar conceitos e elementos relevantes da problemática de pesquisa a partir da pesquisa bibliográfica e documental. De início apresentamos a distinção entre laicidade e secularização, para que, assim, possamos discursar acerca de como as religiões perpassam os espaços públicos brasileiros, problematizando e conceituando o proselitismo. Trazemos também uma análise de como as religiões adentraram a educação brasileira e suas consequências, apresentando a construção da identidade brasileira, que é majoritariamente cristã, seus reflexos e consequências dentro do ambiente escolar, e explicitamos mais uma vez o conceito de estigma goffmaniano, ao falar da intolerância religiosa. Por fim é trabalharemos com vários documentos e como eles buscam discutir sobre os professores habilitados que podem ministrar o componente curricular de Ensino Religioso no estado do Paraná, falaremos da Deliberação N.º 01/06, do Processo n.º 1226/2005, sobre as “Normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino do Paraná”; da Resolução N.º 15/2018 – GS/SEED, que regulamenta a distribuição das aulas e funções dos professores das Instituições Estaduais de Ensino do Paraná; do novo Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações 2018, no que tange ao texto introdutório do componente curricular de Ensino Religioso; e por fim sobre a Base Nacional Comum Curricular 2017.

2.1 – LAICIDADE E PROSELITISMOS: ASPECTOS DA RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO

Comumente, dentro da perspectiva sociológica das religiões, há impasses que tangem as conceituações acerca da secularização e da laicidade. No Brasil, essas discussões perpassam os campos teóricos e adentram o dia-a-dia da população, e principalmente a política. Nosso principal objetivo neste capítulo será conceituar a secularização e a laicização, o Estado laico brasileiro e uma reconstrução metodológica do nosso caminho de pesquisa.

¹⁹ Este capítulo foi ampliado, reformulado e acrescentadas as críticas para o texto que se segue a partir do trabalho apresentado no VII Seminário Integrado de Pesquisa em Ciências Sociais & XXIX Semana de Ciências Sociais, com a temática de “Classes e Identidades”, realizada na Universidade Estadual de Londrina, nos dias 27 a 29 de novembro de 2018. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/ppgsoc/pages/arquivos/2018/ANAIS%202018%20VF%20%202.pdf>, acessado em 17/09/19.

A laicidade, em sua máxima, vem sendo confundida com secularismo. Esse perfil é identificado em nossas pesquisas com os professores. Quando dizemos “Um Estado Secular” e “Um Estado Laico”, coisas distintas estão sendo mencionadas.

A ideia de secularidade vem com o advento de uma perda gradativa da mistificação das coisas, em paralelo ao aumento da racionalização das coisas – processo que Weber chamou de “desencantamento do mundo” – em que a razão passa a tomar conta das ações que antes os indivíduos atribuíam à fé e à mística. Segundo Sergio Junqueira (2012):

[...] o processo de secularização é considerado como o processo de declínio dos conceitos e conteúdos religiosos na produção do conhecimento, como também na literatura, na filosofia, na arte e na ciência (JUNQUEIRA, 2012, p.85).

No Ocidente, esse movimento se dá com o processo de modernidade, urbanização e industrialização, quando ocorre esse sufocamento teológico em prol do científico. A ideia de que nenhuma lei religiosa faça parte integrante das leis civis pode ser compreendida dentro da questão da secularização trabalhada por Pierucci (1997). Segundo o autor, a secularização remete à luta da

[...] modernidade cultural contra a religião, tendo como manifestação empírica no mundo moderno o declínio da religião como potência *in temporalibus*, seu *disestablishment* (vale dizer, sua separação do Estado), a depressão do seu valor cultural e sua demissão/liberação da função de integração social (PIERUCCI, 1997, p.51).

A chamada “des-secularização”, ou melhor dizendo, o que se contrapõe à secularização não significa um indivíduo “bestializado” e irracional, e sim, que as ações sociais desse indivíduo sejam movidas por paixões e emoções, porque estamos trabalhando com a ideia weberiana das ações sociais irracionais. Assim, destacamos, também, que a secularização não é um ato “irreversível e fatal”, mas fruto de um intenso processo dialético entre os laicistas e religiosos e, nesse sentido, não significa ser irreversível. Vejamos o que o sociólogo Cesar Alberto Ranquetat Júnior diz acerca da secularização:

Cabe ainda sublinhar que autores como Mariano (2006) e Pierucci (1997), enfatizam o caráter processual, agonístico e dinâmico da secularização, com a finalidade de desvencilhar-se de uma perspectiva linear teleológica, e assim preservar o alcance heurístico dessa teoria. **Desse modo, a secularização não é concebida como um fenômeno social irreversível e fatal, presente de forma única e modelar em todas as sociedades. Trata-se na verdade de uma visão mais nuançada e atenta às particularidades históricas do processo de secularização.** (RANQUETAT, 2016, p.27 – grifos nossos)

Quando entendemos que o processo de secularização se dá perante uma dialética, conseguimos compreender as diferentes formações governamentais que giram diante desse eixo laicista e, principalmente, entendemos que o secularismo não é uma carta em prol do antirreligioso, mas a concretização de um Estado que é suficiente em sua própria jurisdição. Isso significa que o Estado laico se constitui um mecanismo que viabiliza o estabelecimento de diálogos entre as formações sociais seculares e religiosas, visando ao consenso social (inclusive entre diferentes matrizes religiosas).

Ao dizermos que as instituições não possuem religião, estamos nos referindo ao laico. Nesse sentido, nós nos esbarramos na principal diferença entre o Estado Laico e o Secularismo: o secularismo compreende a população e sua esfera privada, enquanto o Estado Laico compreende as instituições e o governo. Isso significa a existência de elementos distintos, que podem resultar em uma gama infinita de composições, por exemplo, um Estado pode vir a ser laico em sua constituição, mas sua população pode não ser secular, da mesma forma que um Estado pode ser completamente teocrático e sua população ser secular. O Brasil é esse exemplo clássico, no qual a Proclamação da República (1889) viabilizou a formação de um Estado Laico, mas a sociedade civil em si manteve-se, historicamente, majoritariamente constituída por religiosos (AMARAL, 2010).

Assim, no Brasil, o “laico” também é fruto de muita discussão dentro do campo da sociologia das religiões, justamente devido aos inúmeros fatores que atrapalham sua aplicação – fatores que inclusive contribuem para o paradoxo de sua composição. O processo de constituição do povo brasileiro, ainda quando colônia, já estava diretamente ligado à Igreja Católica Apostólica Romana. Essa hegemonia era latente não só entre os indivíduos, mas também para toda a nação, característica que determinou, principalmente na educação (que será debatida posteriormente), o direcionamento de uma formação católica. Assim, existiu um monopólio educacional católico até a proclamação da República em 1889, ressaltando que, ainda hoje, são visíveis seus resquícios de influência no sistema educacional do Brasil.

O pressuposto de laicidade do Estado brasileiro é não possuir uma religião ou religiosidade própria, ao mesmo tempo que é também sua premissa não acarretar/ocasionar situações conflitantes com os indivíduos que são religiosos²⁰, porque, segundo a Constituição Federal de 1988²¹, é assegurada ao indivíduo a sua

²⁰ Neste caso, podemos utilizar como exemplo a polêmica colocada em relação a legalização do aborto, independente da sua consolidação enquanto pauta secular, que perpassa questões de saúde médica, os constantes embates estabelecidos por grupos religiosos da sociedade política e civil, apresentam-se como entraves para sua aprovação.

²¹ Art.5, Inciso VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos

liberdade de professar uma religião, sem que o Estado os coíba. Esses elementos implicam em possibilitar a defesa pública de agentes políticos que se pautem em estandartes religiosos, como é o caso dos membros da Bancada Evangélica. A grande problemática é quando o Estado cede privilégios a alguma religião específica – ou usa o espaço público para o proselitismo.

Ranquetat Jr (2008) traz contribuições sobre os pressupostos teóricos que permitem a classificação de um Estado Laico ideal, possibilitando traçar um paralelo para contrapor teoria e prática a partir da realidade brasileira. Para o sociólogo, a laicidade:

Sucintamente pode ser compreendida como a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. **A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa.** Esta neutralidade apresenta dois sentidos diferentes, o primeiro já destacado acima: exclusão da religião do Estado e da esfera pública. Pode-se falar, então, de neutralidade-exclusão. **O segundo sentido refere-se à imparcialidade do Estado com respeito às religiões, o que resulta na necessidade do Estado em tratar com igualdade as religiões.** Trata-se neste caso da neutralidade-imparcialidade (BARBIER, 2005). **A laicidade não se confunde com a liberdade religiosa, o pluralismo e a tolerância. Estas são consequências, resultados da laicidade** (RANQUETAT JR, 2008, p. 05 – grifos nossos)

Ou seja, um Estado Laico não é um “Estado ateu” e sim um Estado neutro. Isso nos faz problematizar, no caso brasileiro, exemplos como símbolos religiosos em espaços públicos, tomadas de decisões arbitrárias dentro dos processos legislativos e jurídicos,²¹ concordatas entre governo e igreja²² etc. Salientamos que sempre nos referimos ao Estado Laico “brasileiro” justamente porque cada composição governamental possui sua própria atuação dentro do campo religioso. O próprio termo “Estado Laico” não é universal, e há diversas experiências históricas, diversos modelos. Nesse sentido, partimos da perspectiva de Luís Salgado de Matos (2013), que, em seu livro “Interações do Estado e das Igrejas”, mostra que, tratando-se da laicidade, o modelo de tratamento de cada país é diferente do outro.

O Brasil, por exemplo, segue o modelo de separação americana, em que o Estado não impõe nenhuma religião, não proíbe nenhuma religião, não reconhece nenhuma religião, não interfere na organização interna de nenhuma religião, e não tem religião (MATOS, 2013, p.66). Ironicamente, tanto o caso estadunidense quanto o brasileiro demonstram, historicamente, episódios de interferências, e mesmo determinações de diretrizes cristãs no direcionamento de decisões político-judiciais, fenômenos que evidenciam o caráter da laicidade de *júri* e não de *fato* desses Estados

religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (BRASIL, 1988).

Nação (AMARAL, 2010).

É problemático pensarmos em um país laico onde existe uma imposição religiosa, que não deveria existir. Acerca disso, retomemos o que a socióloga Roseli Fischmann (2008) diz: “Nenhum grupo pode tornar suas leis religiosas parte integrante das leis civis, válidas para todos — e isso é o que garante o Estado laico (FISCHMANN, 2008 p.43).

No Brasil, as práticas religiosas que se fortalecem, sobretudo com o advento dos neopentecostalismos e suas mais diversas ramificações, colocam em xeque o conceito de “laicidade sadia” de Roberto Cipriani (2012). As expressões e dados da realidade apontam o quão nebuloso e distante de sadio o caso brasileiro se encontra no que tange à esfera pública, a qual vem sendo gradualmente ocupada por representantes políticos desses grupos religiosos que visam implementar legislativamente seus interesses particulares de grupo.

Entende-se, portanto, que um Estado, que se pretenda laico, deve apresentar como características basilares os seguintes elementos: emancipação do Estado e da religião, tolerância à liberdade de consciência, de crença e de culto, igualdade de justiça a todas as diferentes relações de concepções de vida ideal, autonomia dos poderes político e religioso (MARIANO, 2011,p.244).

Tendo feita essa breve consideração, a seguir serão aprofundados os aspectos e as características da educação brasileira, especificamente no Paraná, e como que a religião reverbera nas atuações dos docentes e dos estudantes dos colégios públicos em relação a suas percepções sobre as diretrizes que devem nortear a execução do componente curricular de Ensino Religioso.

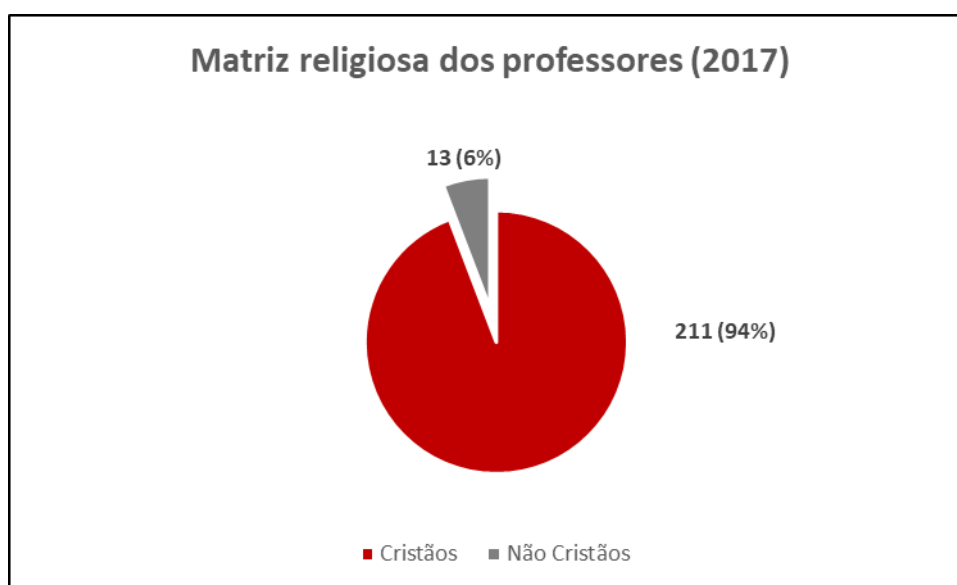
2.2 A RELAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Após refletirmos acerca dos pressupostos teóricos do laicismo e do secularismo e da forma como eles realmente se consolidam na sociedade civil, não só brasileira, mas global, discutiremos o ponto central deste capítulo que é a relação entre a religião e a educação no Estado brasileiro. Relembremos o que já foi aqui apresentado: o Brasil, em toda sua conjuntura histórica, desde os tempos de colônia, esteve associado à Igreja Católica, e os dados do senso de 2000/2010 constataam essa afirmação.

Tais informações tornam-se relevantes quando contrapostas aos dados levantados pelas pesquisas apresentadas (LANZA; BUSTOS, 2017), nas quais evidenciamos que, dos mais de trezentos estudantes da rede estadual e municipal

de ensino de Londrina-PR que responderam ao *survey*, aproximadamente oitenta por cento (80%) declara-se pertencente à matriz religiosa cristã. A mesma pesquisa foi replicada para duzentos e noventa (290) professores da rede estadual e municipal e obtivemos que cerca de 94% dos sujeitos também se declararam de matriz cristã, ou seja, os dados apresentados só demonstram, junto aos do IBGE, a concomitância com as amostragens realizadas.

Gráfico 17 - Matriz religiosa dos professores da rede estadual e municipal de Londrina-PR



Fonte: Pesquisa LERR/OBEDUC 2017 – Professores da Rede Municipal e Estadual de Londrina-PR

Em vista desses dados, a hegemonia católico-cristã, que acompanhou a história brasileira, participou e participa diretamente de algumas decisões do Estado – elemento de debate que gira em torno do eixo do Estado Laico e das disputas por espaços políticos. Ricardo Mariano (2011), em *“Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”*, aponta a dinâmica de atuação das igrejas com o Estado e diz que essa atuação resulta do *lobby* – uma pressão direta das lideranças religiosas sobre os dirigentes políticos. Contudo, diferente das matrizes evangélicas e protestantes,

Seguindo orientação do Vaticano, a Igreja Católica veda a atuação do clero e incentiva a participação de leigos na política partidária, como recurso para se dissociar do desgaste político e moral dos governos de plantão e das contingências do jogo partidário. Prefere atuar no campo político por meio do **lobby da CNBB**, da pressão direta de lideranças católicas sobre parlamentares e dirigentes políticos, da realização de parcerias com os poderes públicos, da vocalização e da publicização de seus valores religiosos e de suas bandeiras políticas na mídia e em sua vasta rede religiosa. **Desse modo, pressiona autoridades e poderes políticos para regular e**

legislar sobre direitos e implantar políticas públicas em conformidade com princípios católicos relativos à moral familiar e sexual, ao aborto, ao uso de métodos anticoncepcionais, à educação religiosa em escolas públicas, à união civil de homossexuais e à eutanásia (MARIANO,2011, p.249 - grifos nossos).

Essa influência da religião católica na esfera pública indiscutivelmente perpassa, também, uma ligação com o componente de Ensino Religioso. Podemos dizer, segundo Mariano (2011), que, na sua origem, é um projeto de pensamento conservador (origem no *lobby* da Constituição Federal de 1988), porque busca perpetuar a influência, principalmente da Igreja Católica, na educação pública.

A partir da Constituição de 1988, proliferaram e intensificaram-se os debates e rivalidades igualmente entre igrejas cristãs e setores laicos e laicista da sociedade brasileira sobre questões relativas à liberdade religiosa, ao lugar e ao papel da religião, ao ensino religioso, à ocupação religiosa do espaço público, ao ativismo político e midiático de grupos religiosos e seus efeitos sobre os direitos humanos e de cidadania. **Tais rivalidades tendem a contribuir para que os grupos religiosos procurem estender seu poder político e midiático a fim de enfrentar seus adversários** (MARIANO, 2011, p.251, 252 – grifos nossos).

A consequência dessa disputa de religiosos no espaço público foi a inclusão do componente curricular de Ensino Religioso²² para ser usada como potencial espaço de proselitismo. Assim, identificamos a ascensão de possibilidades decorrentes da relação entre espaço público e proselitismo, nesse caso específico, as escolas, de fomentação, entre outros aspectos, da violência e da intolerância religiosa. Essa problemática se evidencia nas pesquisas mencionadas anteriormente, nas quais estudantes e professores, 31% e 34%, respectivamente, afirmaram já ter sofrido e/ou presenciado intolerância religiosa e, entre os ambientes que lhes foram perguntados, o ambiente escolar²³ é o que fica em primeiro lugar para ambos os casos.

Quando nos referimos à intolerância religiosa, concordamos com a socióloga Eliza Rodriguez (2013) que tem como linha de pesquisa estudar os debates que giram em torno do conceito. Para melhor compreender o que significa intolerância religiosa, é preciso compreender primeiro o que é tolerar e, segundo a autora, “tolerar é

²² Segundo a Lei Nº 9.475, de 22 de julho de 1997, é obrigatória a oferta do componente/disciplina de Ensino Religioso, mas cada Estado tem sua jurisdição para decidir se o componente/disciplina tem caráter confessional ou não. No Paraná, o documento da Diretriz Curricular da Educação Básica de Ensino Religioso aponta como premissa a formação cidadã para respeito e convívio social das múltiplas religiosidades. As especificidades desse processo são abordadas no próximo tópico.

²³ Essa discussão foi realizada no artigo “Estudo Sobre A Formação Profissional Dos Professores Habilitados A Ministrarem A Disciplina De Ensino Religioso No Paraná”, apresentado no VII Seminário Integrado de Pesquisa em Ciências Sociais – UEL, 2018, disponível em: <http://www.uel.br/eventos/ppgsoc/pages/arquivos/2018/ANAIS%202018%20VF%20%202.pdf>, acesso em 24/09/19.

conceder o *status* de dignidade a todos os grupos, desde que todos igualmente se submetam às regras do jogo democrático” (RODRIGUES, 2013, p.213). A intolerância religiosa, nesse sentido, enquadra-se nas ações de ofensas, agressões físicas ou simbólicas, depredações, perseguição, humilhação, discriminação, entre outras, quando são motivadas pela diferença religiosa dos indivíduos afetados – inclusive, a Lei N°7.716, de 5 de janeiro de 1989, declara que crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional são puníveis e podem resultar de dois a cinco anos de reclusão.

Podemos explicar essa relação de intolerância utilizando do conceito de estigmatização de Erving Goffman (1998), como dito no capítulo anterior. Segundo o autor, os estigmas são caracterizados como atributos construídos em coletividade, que se fundamentam na perspectiva de que certas pessoas não têm os atributos necessários para aquele determinado ambiente, daí surgem os estigmas e as violências. Ainda segundo o autor, cada lugar e cada ambiente têm seu efeito de descrédito particularmente moldado. Seguindo essa linha, podemos colocar o caso brasileiro da seguinte forma: giramos em torno de um eixo em que a maioria cristã, moldada dentro do que chamamos de teologia bélica, que nada mais é que a criação de um “inimigo” em comum, sejam estes os pertencentes às matrizes afro, espíritas etc., personifica essa figura do inimigo nos indivíduos que não partilham de sua crença e tenta, por meio do proselitismo (método muito utilizado pelas religiões de caráter messiânico), alcançar a conversão do indivíduo. Dessas ações é que resulta a violência.

Quando pensamos em intolerância religiosa, é inerente pensarmos em conservadorismo e, para isso, pautemo-nos brevemente em Karl Mannheim (1981), que traz uma concepção do conservadorismo. Segundo o autor, existem vários estilos de pensamentos e esses, por sua vez, sempre possuem uma origem social (um padrão de pensamento). Tendo isso em vista, distingue dois estilos de pensamento relevantes para o nosso propósito de investigação: o tradicionalismo²⁴, mais voltado a princípios religiosos e morais, e o conservadorismo, consolidado como projeto político mais filosoficamente fundamentado.

O tradicionalismo, segundo Mannheim (1981), é uma coisa intrínseca ao indivíduo. Como o próprio autor diz, é uma expressão muito mais reativa do que

²⁴ Pautado em modelos arcaicos de vida social, o tradicionalismo pode perpassar todas as formas de pensamento, contudo, está mais propenso ao desencadeamento de reações que embasam o desenvolvimento do pensamento conservador. Assim, a partir de uma reação tradicional aos elementos progressistas impostos à realidade política, grupos sociais se articulam de modo coeso para influir nas decisões político-legislativas de forma a atender suas demandas imediatas (MANNHEIM, 1981).

refletida.

O tradicionalismo não está, portanto, necessariamente ligado, mesmo hoje em dia, ao conservadorismo político ou de outros tipos. Pessoas “progressistas”, por exemplo, não obstante suas convicções políticas, podem frequentemente agir “tradicionalmente” em várias outras esferas de suas vidas. [...] A ação “conservadora”, no entanto, depende sempre de um conjunto concreto de circunstâncias (MANNHEIM, 1981, p.102).

Em contraste a isso, o autor conceitua conservadorismo como ação que envolve uma reflexão do próprio indivíduo (inserido em um grupo social, em dinâmico embate com os demais e uma conjuntura concreta específica) sobre o que está fazendo, sendo essa reflexão política de um cunho voltado para sua própria manutenção.

O conservadorismo é exatamente uma tal configuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida. As pessoas conhecem e agem de modo “conservador” (distinto de um modo simplesmente tradicional), na medida em que, e somente na medida em que, se incorporam a uma dessas fases de desenvolvimento dessa estrutura mental objetiva (normalmente na fase contemporânea), e se comportam em termos de tal estrutura, simplesmente reproduzindo-a no total ou em parte ou desenvolvendo-a mais além por adaptação a situações concretas e particulares. [...] O comportamento tradicionalista é quase que totalmente reativo. O comportamento conservador é significativo, e é ainda mais significativo em relação às circunstâncias que mudam de época para época (MANNHEIM, 1981, p.105).

Tendo delimitado os conceitos de conservadorismo e tradicionalismo e com base no pensamento mannheimiano, ao pensar nas religiões, é necessário compreender que elas não são fixas ou estáticas e entendê-las a partir dos processos históricos, das mudanças nas diferentes sociedades, refletir sobre seus movimentos, constâncias e inconstâncias, pois as religiões fazem parte da cultura de milhões de indivíduos que estão em movimento, por isso o importante papel da sociologia em apreender esse movimento. Nesse processo dinâmico que compreende as religiões, leva-se em consideração que:

Não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 9).

Apreender a perspectiva dos professores que estão sendo licenciados para dar as aulas do componente curricular de Ensino Religioso é importante, porque os compreendemos como agentes educadores, formadores de opinião e, para isso, é imprescindível que a sua atuação seja magistral, contendo elementos referentes a tolerância religiosa, diversidade, convivência com o sagrado e formação cidadã, para

que o ambiente escolar não se torne um ambiente de proselitismos e de violência.

2.3 – SOBRE O ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO NO PARANÁ

É necessário fazer uma breve análise das legislações, regulamentações e diretrizes próprias que o componente curricular de ER possui no Paraná, uma vez que em cada Estado da Federação ela possui características próprias. Neste tópico, em específico, trabalharemos com vários documentos e com eles buscaremos analisar o que essas documentações dizem dos professores habilitados que podem ministrar o componente curricular de Ensino Religioso no estado do Paraná, a saber:

1º - Deliberação N.º 01/06, do Processo n.º 1226/2005, sobre as “Normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino do Paraná”.

2º - A Resolução N.º 15/2018 – GS/SEED, que regulamenta a distribuição das aulas e funções dos professores das Instituições Estaduais de Ensino do Paraná.

3º - O novo Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações 2018, no que tange ao texto introdutório do componente curricular de Ensino Religioso.

4º - Base Nacional Comum Curricular 2017 (será contemplado com maior profundidade no item 2.4)

Para introduzir a análise da legislação que dispõe, no Paraná, sobre as características, princípios e organização do componente curricular de Ensino Religioso, trazemos o seguinte fragmento que demonstra que o Paraná é referência nacional no que tange ao seu modelo de Ensino Religioso:

É importante ressaltar que o atual modelo nacional deste componente curricular foi gerado no Paraná, ao ponto que o então Presidente da República, ao assinar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mencionou este Estado como referência nacional (PARANÁ, 2006,p.7).

Construamos, então, nossa análise sobre as documentações arroladas anteriormente, começando pela Deliberação N.º01/06 do Processo 1226/2005. Esse documento sintetiza aquilo que a Constituição Federal de 1988 prevê em relação às leis de obrigatoriedade de oferta e aos conteúdos trabalhados de acordo com o Artigo 33 da Lei n.9.394/96. Mais do que isso, ele regulamenta quais são os professores habilitados às aulas do componente curricular de ER, elemento principal de nossa

análise.

A primeira vez em que o documento evidencia isso é no Art. 6º que diz o seguinte:

Art. 6º Para o exercício da docência no ensino religioso, exigir-se-á, em ordem de prioridade:

I - nos anos iniciais:

a - graduação em Curso de Pedagogia, com habilitação para o magistério dos anos iniciais;

b - graduação em Curso Normal Superior;

c - habilitação em Curso de nível médio - modalidade Normal, ou equivalente.

II - nos anos finais:

a - formação em cursos de licenciatura na área das Ciências Humanas, preferencialmente em Filosofia, História, Ciências Sociais e Pedagogia, **com especialização em Ensino Religioso**;

b - formação em cursos de licenciatura na área das Ciências Humanas, preferencialmente em Filosofia, História, Ciências Sociais e Pedagogia; (PARANÁ, 2006, p.2 – grifos nossos)

Observemos que o documento traz uma ordem de prioridade em relação àqueles que podem ministrar o componente curricular. No que tange aos anos finais, que são os que nos interessam neste trabalho, o documento salienta que os professores graduados com licenciatura em “Ciências Humanas” e com especialização em Ensino Religioso são os que têm prioridade, isto é, são aos primeiros. Subsequentemente, vêm aqueles que possuem licenciatura em Ciências Humanas, mas não têm a especialização em Ensino Religioso. Cabe destacar que se trata de uma deliberação estadual, logo as exigências estabelecidas nela quanto a quem cabe à docência do componente de Ensino Religioso devem ser acatadas na letra da lei, que é clara.

Ao refletirmos sobre esse componente, que é obrigatória oferta para o Ensino Fundamental (vide a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996²⁵) e que deve ser ministrada, segundo a BNCC (2017), do 1º ao 9º ano, observa-se uma zona de conflito. Na perspectiva de Ricardo Mariano (2011), apontada no tópico anterior, entre os conteúdos e objetivos do ER permeiam o proselitismo e a disputa por professores imbuídos de ideais e formação religiosa, acrescidos da força de pressão exercida por equipes pedagógicas e organizações de pais que se colocam como entraves para professores que visam estabelecer um posicionamento didático laico na aplicação da disciplina.

No que tange ao exercício da docência, o Art.22º da Resolução 15/2018 –

²⁵ Para mais informações, acessar a Lei em sua íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm, acessado 01/06/19.

GS/SEED, que é publicada anualmente pela SEED PR, determina:

Art. 22 A distribuição de aulas da disciplina de Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental para os professores, cuja disciplina de concurso não seja Ensino Religioso, será realizada de acordo com o Art. 6.º da Deliberação n.º 01/2006 do Conselho Estadual de Educação – CEE/PR, **considerando a seguinte ordem:**

a) professor licenciado em Filosofia, História, Ciências Sociais, Sociologia, Geografia ou Pedagogia, nessa ordem, com Especialização em Ensino Religioso e participação em Cursos de Formação Continuada, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, e/ou em Cursos promovidos pela Associação Inter Religiosa de Educação – ASSINTEC, na disciplina de Ensino Religioso;

b) professor licenciado em Filosofia, História, Ciências Sociais, Sociologia, Geografia ou Pedagogia, nessa ordem, com Especialização em Ensino Religioso;

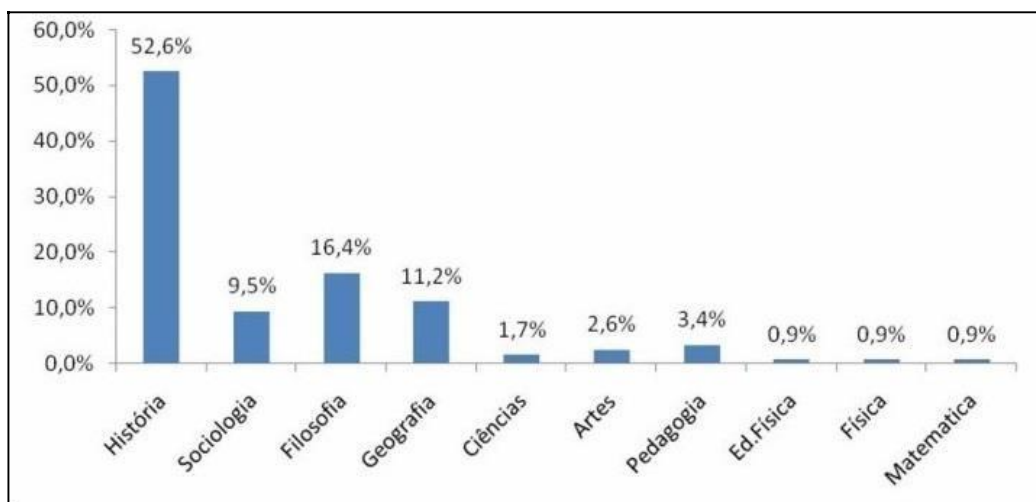
c) professor licenciado em Filosofia, História, Ciências Sociais, Sociologia, Geografia ou Pedagogia, nessa ordem, com participação em Cursos de Formação Continuada, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, e/ou Cursos promovidos pela Associação Inter-Religiosa de Educação – ASSINTEC, na disciplina de Ensino Religioso;

d) professor licenciado em Filosofia, História, Ciências Sociais, Sociologia, Geografia ou Pedagogia, nessa ordem. (PARANÁ, Resolução n.15, 2018, p.14 – grifos nossos)

Aqui existe um elemento importante. Se contrastarmos o Processo Nº1226/2005, citado anteriormente, com a Resolução nº15/2018, observamos que existe uma incongruência nessa “ordem” de distribuição das aulas. O primeiro salienta que todos os profissionais licenciados na área de Ciências Humanas são habilitados a ministrar o componente, enquanto o segundo traz uma ordem específica de cursos: 1º Filosofia, 2º História, 3º Ciências Sociais, 4º Sociologia, 5º Geografia ou Pedagogia. O que se configura como um equívoco normativo pois esse elemento reflete o seguinte dado: as aulas do componente de ER são um espaço sócio- ocupacional dos egressos de Ciências Sociais e Sociologia, mas eles não têm primazia na distribuição da carga horária²⁶, se comparados a cursos como História, Filosofia e Geografia, problematização realizada na pesquisa de Patrocino (2014):

Gráfico 18 – Percentual da distribuição de disciplinas de professores de Ensino Religioso em 2012 no Núcleo Regional de Educação de Londrina.

²⁶ Levantamos como hipótese para este fenômeno as seguintes causas que o determinam: em primeiro lugar, a ampla divergência de cursos ofertados para a formação de História em relação às Ciências Sociais no Paraná; e, em seguida, o fato de que os cursos de Ciências Sociais não se encontram voltados para a formação de licenciados que atuem no Ensino Fundamental. Essas hipóteses serão colocadas à prova no desenvolvimento de futuras pesquisas.



Fonte: Patrocino (2014, p.138)

O gráfico de Patrocino (2014) apresenta a distribuição das disciplinas de Ensino Religioso no Núcleo Regional de Educação de Londrina para os professores em 2012 e aponta que 52,6% das aulas eram ministradas por professores de História, 16,4% por professores de Filosofia, 11,2% Geografia e 9,5% Sociologia²⁷. Evidencia-se, assim, para as Ciências Sociais, a relevância de se debruçar sobre questões que envolvem o componente de ER, porque, se observarmos, os percentuais de habilitados em Ciências, Artes, Educação Física, Física e Matemática que ministram aulas do componente de ER somam, aproximadamente, 10% do total, o que expressa uma ilicitude (ainda no ano de 2012) no que tange à Resolução Estadual, pois esses professores não são autorizados a ministrar as aulas, mas, mesmo assim, as ministram – esses dados irão compor a discussão que será realizada futuramente quando formos tratar das questões que envolvem as Instituições de Ensino Superior Públicas no Paraná e seu quadro de cursos habilitados pela legislação a ministrarem o componente de ER.

Por fim, evidenciamos alguns elementos do novo “Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações 2018”, concernentes ao texto introdutório do componente de Ensino Religioso. Os elementos que iremos tratar aqui são pontuais.

O primeiro a destacar é que o documento começa de forma histórica, descrevendo como foi a inserção do componente de Ensino Religioso desde a constituição da República em 1891 e como foram suas evoluções até chegar ao

²⁷ Os dados levantados por Patrocino (2014) constituem uma iniciativa pioneira no campo das Ciências Sociais, apontando uma lacuna de produção acadêmica relativa a essa temática. No levantamento do Estado da Arte, não foram identificadas novas, ou anteriores, pesquisas que se debruçassem sobre o levantamento de dados referentes aos professores de Ensino Religioso.

modelo atual. É importante ressaltar também que esse documento, justamente por se tratar de um documento novo, foi escrito em consonância com a BNCC 2017 e pautado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nesse sentido podemos observar que ele possui uma abordagem que concatena com os ideias laicistas:

Para tanto, o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos:

- a. proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos sempre contemplando as 4 matrizes religiosas que forma a religiosidade brasileira (Indígena, Afro, Ocidental e Oriental);
- b. Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença tanto individuais e coletivas, com o propósito de promover o conhecimento e a efetivação do que está prescrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- c. Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares diferentes de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d. Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BRASIL, 2017, pg. 434).

O documento aponta a importância de propiciar esses conhecimentos, para que assim possa-se promover a efetivação dos valores prescritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ensinar a diversidade cultural, o diálogo entre as mais diversas formas de expressão de fé ou secularidades, perpassando as quatro matrizes religiosas brasileiras, é um projeto de educação que contribui para uma nação menos intolerante e preconceituosa. Esse ideal também está expresso em outro fragmento, referente ao corpo docente, que diz o seguinte:

6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BNCC, BRASIL. 2017, pg. 435) (PARANÁ, 2018, p.400 – grifos nossos)

Aqui evidencia-se que o novo Referencial Curricular paranaense impele os professores a, diante de discursos ou práticas de intolerância religiosa, posicionar-se em sala de aula para garantir a cidadania, constada na Constituição, de modo a assegurar que os direitos humanos sejam respeitados. Ainda sobre o componente de Ensino Religioso e sua importância, o professor Sergio Junqueira analisa em uma de suas pesquisas:

Nesse sentido, o estudo do fenômeno religioso num Estado laico, a

partir de pressupostos científicos, visa a formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de discernir a dinâmica dos fenômenos religiosos, que perpassam a vida em âmbito pessoal, local e mundial. (JUNQUEIRA, 2011,p.6)

O princípio norteador do Ensino Religioso, que Junqueira (2011) está mencionado, pode ser pautado em três eixos apreendidos que são: o do reconhecimento das religiões e não religiões, o do diálogo intercultural que esse reconhecimento proporciona, e por fim do exercício a um cidadania crítica, que tem como objetivo avançar as discussões intolerantes e desenvolver atitudes respeitadas. O fragmento que destacamos abaixo, que diz respeito às matrizes afro e indígenas demonstra exatamente isso:

O estudo destas matrizes tem por objetivo fortalecer o exercício da cidadania, o fomento ao conhecimento, além de ampliar os horizontes dos estudantes em relação à diversidade religiosa. O diálogo inter-religioso é uma possibilidade de superação do grande desafio da humanidade: vivermos juntos em paz com respeito e alteridade (PARANÁ, 2018, p.401-402 – grifos nossos).

Além de ressaltar a sua importância, o documento finaliza com uma ressalva à indagação “pra que serve/existe o componente de Ensino Religioso”. Diante da intolerância religiosa e das construções sociais dos estigmas religiosos, o “diálogo inter-religioso” pode possibilitar à humanidade viver “em paz com respeito e alteridade”. E essa máxima que o documento apresenta pode alcançar viabilidade no componente de Ensino Religioso.

Ainda sobre a questão da alteridade, é importante frizarmos que a posição política do novo documento do Paraná não é normativo, e sim um questionamento, um parâmetro. Segundo Mauro Rocha Baptista (2018, p.465) sobre o novo Referencial “A principal dimensão a ser trabalhada pelo Ensino Religioso é a religiosidade, mas essa religiosidade não se submete a uma explicação uniforme, ela exige a aceitação do diverso.”, o diverso que por sua vez, é chave essencial para se desprender de um ecumenismo fechado.

E dentro dessa perspectiva da alteridade, envolve-se tanto o religioso e o não religioso, pois ambos circundam a vida ética e social que abarca todos nós. O autor diz que esse documento embasado nas Ciências da Religião “exige uma conduta da educação que compreenda que o lugar próprio do Ensino Religioso não é nas instituições religiosas, mas na Escola” (Baptista, 2018, p.466), porque é na escola, um ambiente laico, que se pode trabalhar o religioso nessa perspectiva não prosélita, onde caso contrário ocorreria uma mera reprodução das religiosidades familiares – no caso brasileiro, majoritariamente o cristianismo.

2.4 – SOBRE A BNCC E A EXISTÊNCIA DO COMPONENTE DE ER

Por fim, apresentarei aspectos oriundos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, com análises e interpretações a partir do livro “O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental”, organizado por Emerson Sena da Silveira e Sérgio Junqueira.

Começamos pelo simples, “O que é a BNCC?” Estudiosos da área, como Sérgio Junqueira sintetizam que a BNCC é um documento normativo que traz como referência toda a educação básica do Brasil. Toda a oferta educacional das escolas são obrigadas a ofertar esse mínimo (essa base), que é tratado no documento. Tendo em vista que é um documento legal, redigido por uma equipe massiva de especialistas de alto nível, passado por diversas audiências ao redor do país. O que faz com que este documento concatene com a laicidade brasileira é pelo fato de abordar as religiões e religiosidades dentro do espectro científico.

é um documento que visa assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de cada e de todos os cidadãos brasileiro. É uma base educativa, orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos das sociedades democráticas, para que aconteça a formação integral de seus cidadãos e, assim, a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (JUNQUEIRA E ITOZ, 2020, p. 75-76)

Sobre o currículo na BNCC, é da competência das escolas e dos professores que irão materializar o que está no documento para a realidade local, ou seja, sem a escola e sem os educadores, nada é feito. O currículo foi elaborado de forma intercultural, compreendendo toda e qualquer experiência que contribua para o aprendizado, vislumbrando os acertos como também os erros, para que os avanços na aprendizagem sejam alcançados. Nesse sentido, o currículo apresenta uma abordagem pedagógica que conversa com o contemporâneo e elementos que perpassam o dia a dia dos alunos, para que assim possam reconhecer e incorporar em sua trajetória escolar.

O componente curricular de Ensino Religioso (ER), segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de dezembro de 2017, foi reconhecida²⁸ como uma das cinco áreas de conhecimento dentro do Ensino Fundamental. Qual é a perspectiva da BNCC sobre o Ensino Religioso? A perspectiva, ao compreender o ER como um componente curricular, é de que, segundo Caron e Filho:

faz parte integrante da formação cidadã, entende-se que ele “busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos e respeito às

²⁸ Segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 que reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino fundamental de 09 (nove)anos.

alteridades. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade (BNCC, p. 437). Nessa perspectiva a socialização dos objetos de conhecimento não se dá de forma meramente informativa e nem na perspectiva da opção religiosa de vida pessoal, mas por meio de um processo de mediação permanente. Portanto, não lida simplesmente com a informação, mas integra a formação do ser e da sua alteridade, da diversidade e do respeito. O/a professor/a precisa manter uma atitude dialógica de acolhida e de respeito, de ouvir e falar, para que se tenha um ambiente propício para a apropriação do conhecimento do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. (CARON E FILHO, 2020, p.29)

Assim, é de suma importância que o Ensino Religioso precise tratar os conhecimentos nos eixos éticos e científicos. Mas para que isso ocorra, é necessário uma boa formação dos docentes que vão ministrar o componente. O Ensino Religioso precisa estar presente na formação inicial e continuada desses professores. Os autores também afirmam que para essa formação ser potencializada, não se pode lecionar numa perspectiva “fechada”, deve-se englobar e integrar o ER com outros docentes de forma interdisciplinar.

Nesse sentido, o componente curricular possui os seguintes estandartes:

Deve atender os objetivos de: a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando, de acordo com a Constituição Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BNCC 2017, p.438)

Isso implica dentro da sala de aula problematizar posturas intolerantes, discriminações juntamente da exclusão por conta das alteridades religiosas. Novamente, é fundamental o papel do docente e da escola nesse sentido. É citado sobre as competências, segundo a BNCC (p.439) “Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz”.

A socióloga Elisa Rodrigues (2020) aponta que o Ensino Religioso, dentro da BNCC, alcança toda rede do Ensino Fundamental, o que corresponde desde o 1º ao 9º ano. Isso significa que o componente alcança crianças e adolescentes do 6 aos 14 anos. Segundo ela, “por serem idades que correspondem a fases do desenvolvimento

psicoemocional e cognitivo tão distintos, a BNCC divide e indica temas para cada ano” (p. 108), sendo assim a autora afirma que a BNCC possui um projeto de Educação integral. Concordamos ainda, que mais do que um projeto de educação integral, a BNCC faz parte de uma projeto de nação, onde o Ensino Religioso se faz presente e contribui na interculturalidade e na ética da alteridade, uma vez que ensina dentro de duas especificidades o respeito ao próximo, suas crenças, vestimentas, valores, culturas e etc.

É preciso levantar um parenteses até então não realizado: a defesa da importância Ensino Religioso nos dias atuais. Existe um argumento que paira sobre os estudiosos da temática de que o Ensino Religioso por ter sido, desde sua criação, campo de atuação dos grupos religiosos, acaba atrapalhando a luta por uma educação emancipatória, e nesse sentido não faz sentido um país laico possuir um componente educacional que trate das religiões, porque sempre haverá esse problema do proselitismo e dos agentes prosélitos. Aqui já foi levantado esse ponto, e de certa forma ele está correto – o Ensino Religioso acaba sendo palco de intolerância e proselitismos nas escolas sim.

Todavia, suponhamos que o ER seja tirado das escolas... A nossa construção histórica não iria sumir junto com ela, e ainda assim a totalidade de cristãos no Brasil continuaria superior à qualquer outra matriz religiosa. O que significa que a manutenção de suas crenças ainda seriam feitas no cunho privado, enrijecendo suas concepções e visões de mundo. E quais são as visões de mundo dos cristãos? De um modo geral, uma visão que, por partir de uma religião messiânica, precisa "salvar" o máximo de pessoas possíveis, porque aqueles que não fazem parte do seu grupo, são infiéis, que terão sua alma “perdida”, e dependendo de algumas denominações, são vistos até como "inimigos", a personificação²⁹ do próprio demônio.

E nessa perspectiva, quem mais sofre com isso são justamente o restante da população, ou como aqui tratado anteriormente, “as minorias religiosas”. Os dados da realidade já mostram que o Brasil está no mapa da intolerância religiosa há muito tempo. Pessoas morrem por causa da religião no Brasil. Nesse sentido é dever de um Estado laico, com sua formação multiculturalista, educar nas escolas os indivíduos para o respeito e convivência do próximo – a laicidade do Estado significa que diante do pluralismo religioso, este precisa assumir as rédeas de sua neutralidade e utilizar

²⁹ Obviamente que não estamos generalizando todos os cristãos. Faço uma ressalva de que a diversidade dos adeptos da matriz cristã possui, por exemplo, frentes extremamente progressistas que aderem às concepções laicistas. Possuem frentes feministas em favor do aborto, movimentos sociais ligados ao MST e muitos outros. Leituras recomendadas para essa temática: As figuras do sagrado, de Maria Lucia Montes, e a Teologia da Libertação, de Michel Lovy,

do espaço público, junto de seus agentes, para construir e manter um local de convivência armônico e plural, e é papel da educação nesse sentido fazer isso. Assim, concordamos com Caron e Filho ao dizer que:

Não faz mais sentido uma batalha jurídica, confessional ou estatal sobre a presença do Ensino Religioso na escola contemporânea. O que se precisa é que no processo de aprender no Ensino Fundamental, alteridades se fortaleçam, vivências sejam significativas, intolerâncias sejam destruídas, proselitismos sejam abandonados e o que vigore seja o ensino crítico e criativo na área fundamental para o nosso tempo: o Ensino Religioso. (CARON E FILHO, 2020, p. 31)

O Ensino Religioso tem esse poder, previsto em suas diretrizes, de aproximar sujeitos que antes não poderiam se misturar. Trazer a realidade do outro para a sua, compreendendo suas visões de mundo, é algo que talvez só o Ensino Religioso possa fazer. Novamente, concordamos com os autores, o Ensino Religioso não é para os que possuem religião somente, e sim para todos. Uma vez que compreendemos nossa educação básica como projeto de nação e seus conhecimentos fundamentais e indispensáveis para todo cidadão brasileiro (CARON E FILHO, p.31), o Ensino Religioso se faz necessário em nossa conjuntura social.

E isso está previsto na lei e materializado na forma dos documentos aqui apresentados que direcionam o Ensino Religioso, como a própria BNCC. Novamente, a BNCC é um documento base, ele por si só não faz absolutamente nada. A importância de revisarmos esses elementos mesmo que de forma breve, significa reafirmar suas existências – e mais – significa lembrar que o componente de Ensino Religioso não é apenas um componente avulso dentro do quadro programático, onde se proliferam os atos prosélitos, não, esses documentos reafirmam que a disciplina possui seus objetivos bem delimitados. Sendo assim, cabe ao professor e a escola a responsabilidade de preservar o caráter laico do Ensino Religioso, conforme segue:

Para efetivar esse processo de ensino-aprendizagem com êxito faz-se necessário abordar cada expressão do Sagrado do ponto de vista laico, não religioso. **Assim, o professor estabelecerá uma relação pedagógica frente ao universo das manifestações religiosas, tomando-o como construção histórico-social e patrimônio cultural da humanidade.** Nestas Diretrizes, repudia-se, então, quaisquer juízos de valor sobre esta ou aquela prática religiosa (PARANÁ, 2008, p. 66 – grifos nossos)

A partir das nossas análises, sumarizamos a importância de citar os documentos, pois eles trazem o agir de cada docente em cada série, no ambiente escolar, sobre as recomendações dos seus conteúdos e didáticas tratadas.

3 CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO PERFIL DOS DOCENTES HABILITADOS A MINISTRAR A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

Neste capítulo vamos aprofundar os nossos problemas de pesquisa, sendo estes: porque uma parte dos professores da disciplina de Ensino Religioso, fazem proselitismo na sala de aula ou no ambiente escolar? Por que as recomendações legais e pedagógicas não são cumpridas pelos docentes? A formação dos profissionais habilitados a ministrar a disciplina de ER é suficiente para o seu exercício profissional?

Tendo isso em vista, traremos uma sequência massiva de dados da nossa última pesquisa realizada no Paraná com o título de “Estudos sobre o Ensino Religioso: interfaces entre docentes e o referencial curricular do Paraná (2018-19)” (PICPER – PR 2020) no primeiro semestre de 2020 com os professores do Ensino Religioso, junto às teorias sociológicas que serão alencadas ao decorrer do texto. A pesquisa tinha como objetivo obter resultados que pudessem contribuir com a consolidação do “Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (2018-2019)” porque estão associadas com a oferta de Curso de Formação Continuada aos professores da SEED-PR e parceiros, como a Secretaria Municipal de Educação de Londrina.

O *survey* teve como data de início no período de dezembro de 2019 e foi expirada no dia 23 de março de 2020, totalizando cerca de 4 meses de coleta de dados. Tendo isso em vista, foram coletados um total de 971 respostas (indivíduos que participaram), sendo que desse total, 411 são as respostas completas, ou seja, o indivíduo que começou a responder e foi até o final do questionário. E temos um total de 560 respostas incompletas, ou seja, aqueles que começaram o questionário, mas que por algum motivo não terminaram – aqui é importante atentarmos que os docentes que estão nessa faixa responderam as questões, mas algumas não, ou seja, aproveitamos os dados que nos foram fornecidas.

Essa nota técnica é importante para análise estatística, bem como, contribuir para melhor compreensão dos dados apresentados – a questão é que algumas questões foram respondidas com maior frequência, e outras não. O que também pode se tornar um dado de análise.

Por fim, é importante lembrar que a equipe do LERR UEL já havia solicitado, desde 2013, três vezes a autorização para realizar a respectiva pesquisa, junto a SEED PR e seus 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) do Paraná, a fim de mapeá-los e contrastá-los com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, para

apreendermos se possuem ou não formação específica para ministrar as aulas. A primeira está associada à pesquisa de mestrado de Luis Gustavo Patrocino (2014), em que o pedido foi negado entre 2013 e 2014. Em 2018 foi feita uma segunda solicitação, como plano de pesquisa desta dissertação, junto com o projeto vinculado à Fundação Araucária, a SEED PR nos enviou um parecer negando o pedido para realizar a investigação, justificando que não era o momento apropriado para aquela pesquisa – pois a BNCC e os documentos que direcionam a disciplina estavam em processo de reformulação. Após a terceira tentativa, realizada em julho de 2019, nosso pedido foi aceito – assim dado início à distribuição online dos questionários no mês de dezembro de 2019, que serviram de substrato para a pesquisa aqui realizada, que será exposta a seguir.

3.1 – AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO PARANÁ E SEUS CURSOS

O Mapa da Intolerância Religiosa de 2011³⁰, no capítulo “Casos emblemáticos de Intolerância Religiosa”, encontramos inúmeras ocorrências documentadas de intolerância pelo Brasil, nas comunidades evangélicas, católicas, judaicas, nas religiões de matriz afro etc.

Como reflexo disso, é importante citar de forma mais incisiva, os casos de proselitismo (já explanados anteriormente como o ato de tentar converter um indivíduo para sua religião), aqui levantamos a seguinte pergunta: Por que uma parte dos professores, quando chega ao seu ambiente de trabalho, seja Ensino Religioso ou qualquer disciplina, fazem proselitismo?

Tais questões contribuem para o debate sociológico. Nesse sentido, a problemática acerca da formação docente dentro das IES Públicas do PR, aqui exposta, faz-nos refletir para além do papel desse professor dentro das escolas estaduais: Quem são esses professores da disciplina de Ensino Religioso? A formação que as IES Públicas lhes fornecem é adequada para o exercício profissional?

O campo empírico sobre o qual a pesquisa foi feita tem como principal fonte a análise dos documentos das Instituições de Ensino Superior Públicas do Paraná³¹. Para tanto, foram utilizadas diferentes metodologias: análise documental, de André

³⁰ Para mais informações, ver Mapa da Intolerância Religiosa: Violação ao direito de culto no Brasil – 2011, disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/Mapa-da-intoler%C3%A2ncia-religiosa.pdf>, acessado em 09/05/18.

³¹ Vinculados aos cursos de graduação em Ciências Sociais, Filosofia, História conforme fundamentado anteriormente.

Cellard (2012); análise de conteúdo; pesquisa eletrônica.

Devido ao tempo e aos recursos para efetuar a pesquisa, foi proposto o seguinte recorte: cursos de Ciências Sociais, História e Filosofia instalados nas Universidades Públicas do Estado do Paraná. Isso viabilizou o desenvolvimento da pesquisa documental com o fim de analisar a grade curricular dos cursos citados, os Projetos Políticos Pedagógicos (das universidades que os disponibilizaram), as Resoluções da Secretaria de Estado da Educação, a BNCC e os DCEs, para avaliar as diretrizes de formação docente.

Tendo isso em vista, ao realizar a pesquisa *on-line* acerca de todas as universidades públicas que ofertavam os cursos citados acima, foi construída a seguinte tabela:

Quadro 5 – Universidades Públicas do Paraná que ofertam os cursos de História, Filosofia e Ciências Sociais.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ:	CURSOS		
	História	Filosofia	Ciências Sociais
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	OPTATIVA	X	X
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	X	X	X
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	X		
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP) - CAMPUS JACAREZINHO	X	X	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (UFPR) - CAMPUS CURITIBA	OPTATIVA	OPTATIVA	OPTATIVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL CENTRO-OESTE (UNICENTRO)			
- CAMPUS GUARAPUAVA	OPTATIVA	X	
- CAMPUS IRATI	OPTATIVA	X	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)			
- CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	X		
- CAMPUS DE TOLEDO	X	OK	OK
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR)			
- CAMPUS CAMPO MOURÃO	X		
- CAMPUS DE PARANAGUÁ	X		
- CAMPUS DE PARANAÍ (FAFIPA)	X		
- CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA (UNESPAR-UV)	X	X	
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	OPTATIVA	OPTATIVA	OPTATIVA

Legenda:

OK	Universidade oferta a disciplina que aborda "religião" dentro das matérias eletivas/semestrais.
OPTATIVA	Universidade oferta a disciplina com temática "religião", mas apenas como optativa.
X	Universidade que possui o curso, mas não possui em sua ementa qualquer disciplina referente.

Fonte: BUSTOS, 2019.

Na pesquisa documental a partir da análise de conteúdo, procurou-se por palavras-chaves como “religião” e “religiosidades” ao longo dos documentos, fora outros elementos que pudessem remeter à esta temática. Na tabela, os cursos

marcados com um “X” são ofertados pela universidade, mas não possuem nenhuma disciplina que envolve a temática religiosa. Os documentos analisados foram as ementas, a grade curricular e os Projetos Políticos dos Cursos, e foram considerados apenas os cursos de licenciatura, isto é, voltados ao exercício da docência.

Em seguida vêm as universidades que apresentavam cursos que ofereciam disciplinas cujas ementas traziam a temática “religião e religiosidades”. No quadro, estão marcadas com um “ok” e com a cor rosa.

Por fim, estão apresentadas as universidades que possuem as disciplinas que envolvem a temática, no entanto, estão disponíveis como “optativas”. Vale ressaltar que a lista de optativas da maioria das universidades aqui pesquisadas, salvo as demarcadas na tabela, não são disponibilizadas, portanto não há como validar se há ou não disciplinas que tratam a temática religiosa. Vale ressaltar, também, que, para a construção da problemática, é evidente que uma matéria “opcional”, ofertada periodicamente, pode não ser requisitada pelo aluno em sua formação, ou seja, ele pode passar pela graduação sem ter contato com a temática religiosa. Isso nos ajuda a construir melhor um panorama da problemática que envolve a disciplina de Ensino Religioso.

Ao cruzarmos os dados de Patrocino (2014) com o quadro apresentado, fica tangível a compreensão do número de quais professores estão ministrando as aulas da disciplina de Ensino Religioso, pois a maioria das IES citadas oferta o curso de História, seguido por Filosofia e Ciências Sociais. Ao seguir essa lógica, deduz-se que haja mais profissionais dessas áreas.

Com relação aos documentos analisados referentes à grade curricular de cada curso, em primeiro lugar, nota-se que há uma maior abordagem dentro do curso de História. Das catorze IES analisadas, cinco possuem em sua grade disciplinas que contemplam a temática das “religiões” e todas possuem o curso de História. Em segundo lugar está o curso de Ciências Sociais, pois, das catorze IES, cinco ofertam o curso. Por fim, aparece o curso de Filosofia, presente em nove IES, mas apenas três contemplam a temática “religiões”.

A distribuição dos cursos em relação às IES, vale ressaltar, não é um dado tão expressivo, uma vez que as próprias universidades possuem um *campus* específico para cursos específicos, como, por exemplo, a UFPR, a UNESPAR, a UNICENTRO e a UNIOESTE. O expressivo, de fato, é a relação das disciplinas eletivas/semestrais que abordam a temática religiosa com as optativas ofertadas.

Por hora, faremos algumas considerações à IES e às disciplinas que apresentam a temática religiosa: UNIOESTE. Na Universidade Estadual do Oeste do

Paraná, dentro do *campus* de Toledo, nos cursos de Ciências Sociais e Filosofia, existem disciplinas obrigatórias/semestrais que contemplam, dentro da DCE, uma resolução que contribui para que egresso tenha formação para ministrar as aulas da disciplina de Ensino Religioso. Dentro do curso de Ciências Sociais, há a disciplina chamada Antropologia V. Nessa disciplina, a ementa diz:

Antropologia V - 68 Semestral 3º ano 2º semestre: O desenvolvimento da Antropologia no Brasil e suas principais influências no campo teórico e metodológico pós 1930. Apresentar um conjunto de temas de investigação relevantes na produção antropológica brasileira na contemporaneidade - tais como antropologia rural e urbana, **religião e secularização, etnologia indígena, minorias étnicas, tribos urbanas, estudos de comunidades, entre outros. Formas didáticas apropriadas para ensinar estes conteúdos no ensino básico.** (Academus; Curso TOO0006; Grade 2017/1; Prd. Letivo de Vigência 2018. Grifos nossos.)

Já no curso de Filosofia, a ementa é a seguinte:

Política Educacional - 68 Semestral 1º ano 2º semestre: LDB; PNE; ECA. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Instituição de leis e reformas nos sistemas de educação com a inclusão de **conteúdos sobre a diversidade (étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional), cultura afro-brasileira e africana, educação inclusiva e educação ambiental. Políticas de formação do professor da Educação Básica. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.** (Academus; Curso TOO0034; Grade 2017/1; Prd. Letivo de Vigência 2018. Grifos nossos)

As duas disciplinas apresentam perspectivas plausíveis e coesas no que tange à formação profissional do egresso – ao mesmo tempo que transmite a problemática de que apenas uma IES no Paraná as ofertas de maneira obrigatória. Essa problemática nos faz questionar então, o porque as IES públicas do Paraná, de uma maneira geral aqui levantada, não possuem projetos pedagógicos voltados para o Ensino Religioso?

Foi feito um levantamento da literatura vigente sobre esse assunto, e apesar de não ter encontrado nenhum escrito sobre esse assunto pontual, há de se pensar esse dado da realidade que irei discorrer. É importante primeiramente entender que há um campo de disputa dentro das academias, que internaliza a concepção que desvaloriza os estudos sobre as Religiões e Religiosidades, como objetos não pertencentes à ciência. E dentro desse campo de disputa, onde há uma dinâmica social estabelecida, sabemos que existem disciplinas hegemônicas, que por sua vez, possuem um status consolidado dentro dos campos do saber que se permitem ditar o que é mais importante e menos importante. E quando falo de campo, estou me

remetendo justamente ao conceito de Bourdieu ao falar dos campos de conflitos e *habitus*, segundo o autor Thiry-Cherques sobre as dinâmicas sociais:

Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um campo, um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos **têm disposições específicas**, a que ele denomina *habitus*. **O campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação**. A dinâmica social no interior de cada campo é regida **pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico**. Nessas lutas são levadas a efeito estratégias **não conscientes**, que se fundam no *habitus* individual e dos grupos em conflito. **Os determinantes das condutas individual e coletiva são as posições particulares de todo agente na estrutura de relações**. De forma que, em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o *habitus*. (THIRY-CHERQUES, 2006, p.31 – grifos nossos)

A dificuldade de inserção das Ciências da Religião no campo acadêmico ocorre justamente a essas disposições específicas de cada agente no campo educacional. Essas disposições se apresentam como, por exemplo, pautas de disciplinas, cronogramas, programas de curso, entre outros elementos, que concatenam para a invisibilidade do campo das ciências religiosas no contexto acadêmico. As formas de capital que dão sustentação à esse argumento das lutas são justamente o capital intelectual que entra em conflito com os outros tipos de capitais intelectuais, aqui estamos falando por exemplo das disciplinas e dos professores dentro dos quadros de cada programa. E quando o autor fala sobre essas lutas serem levadas de forma não consciente, se fundando no *habitus* individual ou de grupo, precisamos refletir sobre o que foi comentado acima.

Sobre isso, podemos criar a hipótese de que esses embates tenham raízes desde que o Ensino Religioso vinha sendo fruto de um *lobby* de grupos religioso. Em resposta à isso, as Universidades que são voltadas ao projeto emancipador e laicista, formaram uma espécie de reação contra qualquer forma de estudo que volte à essas questões. Inconscientemente uma forma de estigma propriamente dito. Um estigma dentro das acadêmias sob qualquer forma de estudo que envolva as Religiões e Religiosidades. Seria uma hipótese para ser estudada do porque as IES públicas pouco ofertam subsídios para a formação acadêmica de professores que possam ministrar a disciplina de Ensino Religioso. Até porque é uma demanda recente, e até pouco tempo atrás o Ensino Religioso era espaço dos líderes religiosos, os campos começaram a se abrir para os profissionais da área ocuparem com os processos democratizantes dentro dessa área, o que explicaria esse estigma.

3.2 – PESQUISA PARANAENSE E O PERFIL DOS PROFESSORES DE ER

Nosso ultimo capítulo então se inicia com a apresentação da pesquisa realizada. O primeiro elemento que é importante destacar é que, diferente das pesquisas apresentadas anteriormente, essa pesquisa possui um lastro de âmbito estadual com os professores, em sua maioria, da disciplina de Ensino Religioso. A tabela abaixo mostra cerca de 470 docentes que informaram o núcleo regional no qual atuam. A pesquisa teve abrangência em cerca de 31 dos 32 NRE's do PR – com exceção da Área Metropolitana Sul de Curitiba:

Quadro 6 – Núcleos Regionais e docentes participantes

NÚCLEOS QUE ATUA:	Nº docentes	%
ÁREA METROPOLITANA SUL	0	0
IBAITI	2	0.43%
PITANGA	2	0.43%
ASSIS CHATEAUBRIAND	3	0.64%
TELÊMACO BORBA	4	0.85%
WENCESLAU BRAZ	4	0.85%
IVAIPORÃ	5	1.06%
PARANAÍ	5	1.06%
GOIOERÊ	6	1.28%
PARANAGUÁ	6	1.28%
UNIÃO DA VITÓRIA	6	1.28%
DOIS VIZINHOS	7	1.49%
JACAREZINHO	7	1.49%
LOANDA	8	1.70%
PATO BRANCO	9	1.91%
LARANJEIRAS DO SUL	10	2.13%
CIANORTE	11	2.34%
IRATI	12	2.55%
CAMPO MOURÃO	14	2.98%
FOZ DO IGUAÇU	14	2.98%
GUARAPUAVA	14	2.98%
UMUARAMA	15	3.19%
CORNÉLIO PROCÓPIO	17	3.62%
APUCARANA	20	4.26%
CURITIBA	23	4.89%
CASCADEL	25	5.32%
Sem resposta	25	5.32%
FRANCISCO BELTRÃO	27	5.74%
MARINGÁ	29	6.17%
PONTA GROSSA	32	6.81%

TOLEDO	33	7.02%
LONDRINA	34	7.23%
ÁREA METROPOLITANA NORTE	41	8.72%

Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020.

Como podemos evidenciado, dos 470 que responderam, de um total de 971 (importante lembrar), estão espalhados pelo Estado – sendo que o maior grupo com adesão à pesquisa são as cidades de Maringa, Ponta Grossa, Toledo, Londrina e a Área Metropolitana Norte de Curitiba³². Então constatamos que a pesquisa conseguiu alcançar as cidades. A pesquisa era voluntária, o que nos permitiu levantar alguns questionamentos e hipóteses do que pode ter ocorrido, para que mais da metade dos docentes não tenham participado da pesquisa. Por que temos um grupo de cidades onde mais de 30 (trinta) professores responderam e porque temos um grupo de cidades onde menos de 10 (dez) professores responderam? Será que não existe nenhum professor na Área Metropolitana Sul? Por que só dois professores em Pitanga e Ibaiti responderam? É importante considerar que este *survey* foi solicitado para ser distribuído duas vezes, uma no final do ano de 2019 (e justamente por ser fim de ano, professores viajam, férias, baixa atividade), e outra no começo do ano de 2020 – com isso as amostras aumentaram. O que nosso conhecimento nos diz é que o *link* do questionário foi distribuído para os 32 (trinta e dois) NRE's, e cada um desses núcleos teria responsabilidade de redistribuir aos seus docentes.

Nosso questionamento aqui se dá na grande maioria das cidades que tiveram pouca expressão numérica – por que? Esse elemento que talvez nunca possamos constatar, uma vez que a lista de pessoas enviadas não nos é fornecida – A única informação que podemos coletar de fontes oficiais da SEED-PR, disponível no site “Seed em números”³³, é que há o número de 2436 professores em fevereiro de 2020 registrados para o componente/disciplina de Ensino Religioso. Lembrando que nossa amostra é de 470 indivíduos que marcaram sua NRE, onde a maioria ministram a disciplina, mas que não necessariamente possuem habilitação para tal, nesse sentido. Se pegarmos os 358 que afirmam lecionar o Ensino Religioso, contrastados os números da SEED, nossa amostragem corresponde a quase 15% desse total. Tendo

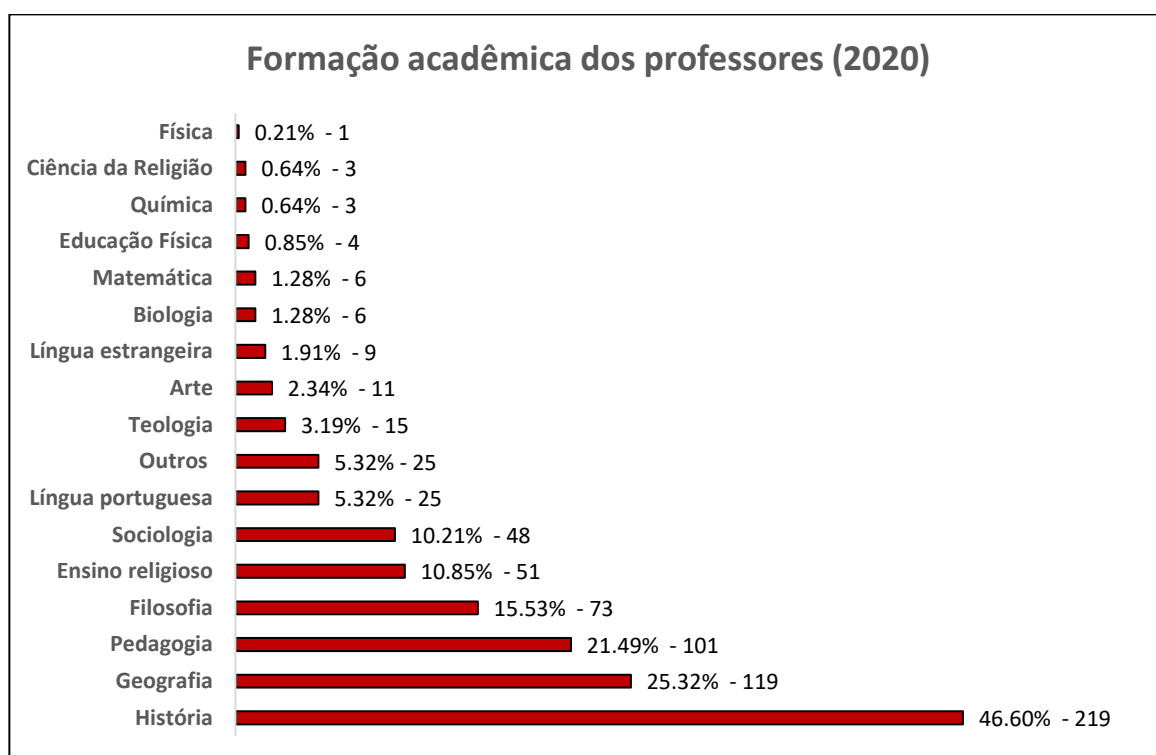
³²Curitiba possui seu próprio NRE, e dois núcleos que atendem municípios vizinhos, sendo estes o Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, que atende 14 (quatorze) municípios da área norte de Curitiba. E o NRE da Área Metropolitana Sul, que atende também 14 (quatorze) municípios da área sul de Curitiba – esta não obtivemos nenhum dado para compor a pesquisa, tampouco houve investigações aprofundadas sobre o caso em específico, acreditamos que houve algum problema técnico.

³³Consultar <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/> para mais informações.

em vista esta nota técnica, os dados coletados são muito ricos no geral, e aqui faremos sua apresentação, lembrando que os numeros totais de determinadas questões podem variar dos números totais de outras, devido justamente o aproveitamento das respostas.

Em primeiro lugar iremos traçar um breve perfil dos professores que participaram da pesquisa, e ao longo do texto iremos inserindo as análises. Sendo assim, a primeira informação que nos é interessante saber, é quanto à sua formação acadêmica (multipla escolha):

Gráfico 19 - Formação acadêmica dos professores (2020)

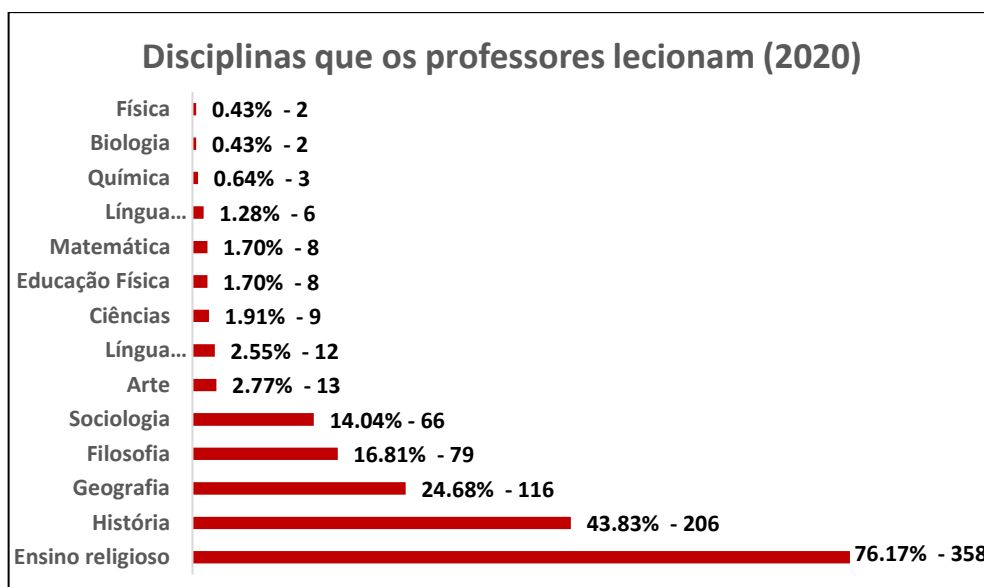


Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Este primeiro dado nos revela que a pesquisa atingiu o grupo mais importante para esta pesquisa: os professores que podem ministrar a disciplina de Ensino Religioso. Então como podemos observar, cerca de 46% dos professores são de História, seguido em ordem respectiva Geografia (25%), Pedagogia (21%), Filosofia (15%) e sociologia (10%) – sem deixar de lado os de Ensino Religioso (10%).

Posteriormente, importante para nossas análises de perfil, saber quais disciplinas estes docentes lecionam:

Gráfico 20 – Disciplinas que os professores lecionam (2020)



Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Por se tratar de uma pesquisa onde o foco eram os professores da disciplina (ou módulo) de Ensino Religioso, majoritariamente conseguimos um número bastante expressivo de indivíduos para compor os dados. Como o gráfico apresenta, cerca de 76% dos indivíduos pesquisados a lecionam, lembrando que a questão era de múltipla escolha.

Uma outra questão de múltipla escolha da pesquisa era “Por que optou lecionar o E.R?”:

Tabela 1 – Motivos os quais levaram os professores à lecionar o ER (2020)

Complementação de carga horária	176	42.62%
Afinidade pessoal	163	39.47%
Disciplina disponível para trabalho	125	30.27%
Estudou/ se formou para ela	58	14.04%
Outros	12	2.91%
Motivos religiosos	11	2.66%

Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Aqui observamos, para o começo de nossas análises, dados muito interessantes – primeiramente apenas 14% dos docentes afirmam ter estudado ou se formado para poder ministrar a disciplina – em seguida observamos que cerca de quase 40% dos docentes diz ter uma afinidade pessoal pela disciplina, microdado este que acaba sendo subjetivo às nossas análises, porque “o que é afinidade pessoal?”, poderíamos associar à uma afinidade de conteúdo programático ou afinidade

religiosa? Não podemos concluir até o momento. Seguido de quase 3% que afirmam ter motivos religiosos para ministra-lá – nos fazendo acreditar nos atos de proselitismo como vocação para este momento. E por fim, a máxima, cerca de 42% dos docentes, já como suspeita, afirmam ministrar a disciplina de ER apenas para completar a carga horária.

Importante fazer um breve adendo aqui, que nesse momento da pesquisa estamos trabalhando com os dados totais justamente porque docentes de outras áreas acabam ocupando o espaço destinado à aqueles que são contemplados seguindo as diretrizes das cinco áreas que podem lecionar a disciplina de ER. Outro adendo interessante é que, em primeiro momento, ao realizar a pesquisa nossa primeira impressão era de que os professores formados em Teologia iriam estar majoritariamente destacados nas aulas de Ensino Religioso – a pesquisa demonstrou que estávamos equivocados. O número predominante é dos professores formados em História – apenas 11 docentes afirmam ser Teólogos que lecionam a disciplina de ER.

Sobre isso, quando pensamos que mais de 42% dos professores optam por lecionar a disciplina, relembramos do dado já apresentado aqui do pesquisador Patrocino, que desde 2014 já apontava esse elemento recorrente dos professores de áreas não correlatas ocupando o espaço das aulas de Ensino Religioso. Nesse sentido indagamos: o quanto isso desqualifica a disciplina de Ensino Religioso? O quão preocupante é saber que de fato apenas 14% dos professores afirmam ter formação para ministrar a disciplina, e o restante majoritário opta apenas para completar carga horária, ter afinidade pessoal, ter afinidade religiosa, ou simplesmente porque a disciplina estava disponível para ser pega.

Por fim, um estudo feito por Junqueira (2016), no artigo “Provimento de professores para a disciplina curricular Ensino Religioso visando a implementação do artigo 33 da lei 9394/96 revisto na lei 9475/97”, aponta que último concurso público para professor de Ensino Religioso realizado no Paraná inteiro foi apenas 2010 (p.31), pela Fundação FECILCAM, em Campo Mourão, ou seja, dez anos atrás. Com isso, fica evidente uma possível crise profissional na qual a disciplina de ER se encontra - sobre isso falaremos com mais profundidade nos tópicos a seguir.

3.3 – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO ACADÊMICA - SOBRE AS UNIVERSIDADES

Para afirmar aqui o que estamos dizendo, trazemos o seguinte dado para ser contrastado com o gráfico 20 dos professores que lecionam a disciplina de ER. O dado a seguir pergunta aos docentes se estes possuem alguma formação específica para a disciplina de ER:

Tabela 2– Docentes que afirmam terem formação específica para ER:

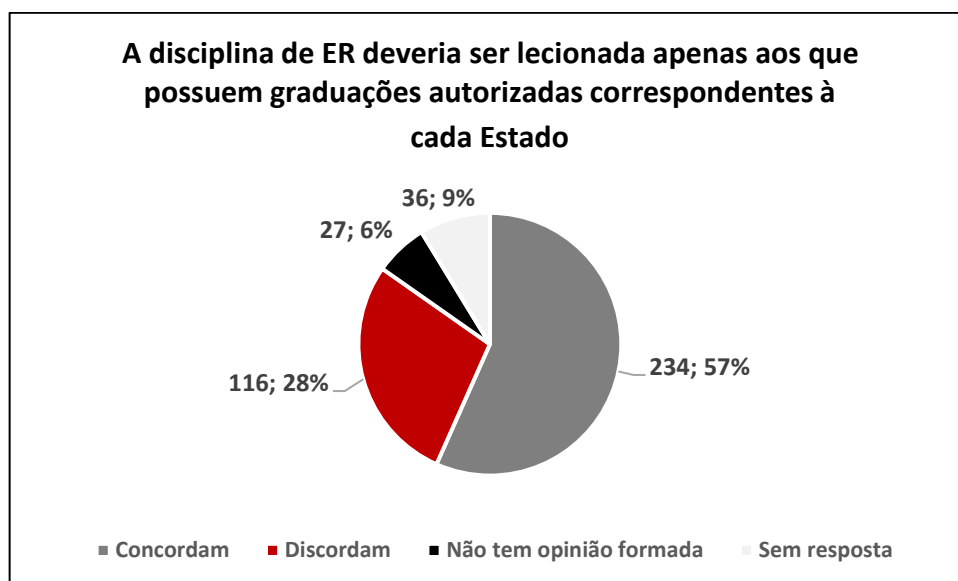
Sim (Y)	201	48.67%
Não (N)	175	42.37%
Sem resposta	37	8.96%

Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

De um total de 413 indivíduos (dos 470 dados totais de docentes que comportam a amostra), cerca de 201 afirma que “sim”, possui alguma formação específica para ministrar a ER (iremos destrinchar melhor este dado a seguir), e cerca de 175 indivíduos, ou seja, 42% dos docentes dizem que não possuem nenhuma formação para ministrar a disciplina de ER. Se comparados aos dados do gráfico 20, onde temos um total de 358 que lecionam o ER - 175 não tem formação específica para a mesma – quase 49% das respostas. Elucidamos novamente, acerca das distinções dos resultados da pergunta da Tabela 2 com a Tabela 1, justificamos que por se tratar de uma pesquisa quantitativa e voluntária, utilizamos as respostas fornecidas, mesmo que os números totais de uma questão para outra varie.

Ainda, dentro desse contexto, é importante para análise o seguinte dado, ao serem questionados acerca da prioridade dos profissionais que podem ministrar a disciplina, o resultado foi:

Gráfico 21 – Opinião sobre obrigatoriedade de graduação aos cursos que podem ministrar a disciplina de ER:



Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Dos 413 indivíduos, cerca de 57% dos docentes afirmam que a disciplina deve ser lecionada apenas aos que possuem graduações autorizadas correspondentes à cada Estado, porém, cerca de 28% dos professores discordam dessa afirmação. Somadas os que não possuem opinião formada e aqueles que não responderam, temos cerca de 43% dos professores que são coniventes com a ideia de que pessoas que desconhecem do assunto/disciplina, ou seja, não possuem graduação autorizada – possam lecionar a disciplina.

Voltando, dos 201 que afirmaram possuir alguma formação específica na questão anterior (Tabela 2) para ministrar a disciplina, trazemos uma tabela com as especificidades das suas respostas (apenas dos 201) no que tangem sua formação (licenciatura, cursos e especializações), se foram presenciais ou ensino à distância (EAD):

Tabela 3 – Tipos de formação dos docentes

Tipo de formação	EAD	Presencial	Sem resposta
<i>Especialização</i>	100 (49.75%)	53 (26.37%)	48 (23.88%)
<i>Licenciatura</i>	13 (6.47%)	16 (7.96%)	172 (85.57%)
<i>Curso SEED</i>	14 (6.97%)	64 (31.84%)	123 (61.19%)
<i>Outros Cursos</i>	24 (11.94%)	23 (11.44%)	154 (76.62%)

Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR),

2020

Nessa questão de multipla-escolha percebemos que quase 50% dos docentes afirmam possuir uma especialização feita via EAD em contraste aos 26% presenciais. Outro dado de destaque são os 31% que afirmam ter feito curso presencial que a SEED oferta. O proximo dado é sobre a relação do uso do material didático que os professores utilizam para o auxílio de suas aulas:

Tabela 4 – Opção de uso dos materiais didáticos

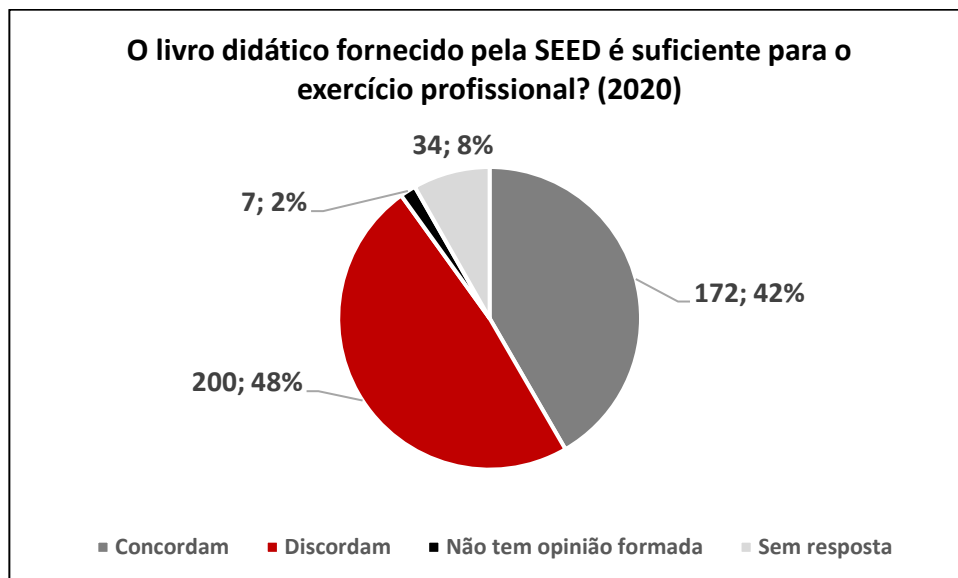
	MATERIAL DIDÁTICO	Contagem	
Classificação 1	Livro/Caderno didático Público (fornecidos pelos Estados ou Municípios)	204	54.69%
Classificação 2	Materiais retirados da Internet	134	49.26%
Classificação 3	BNCC 2017	58	32.77%
Classificação 4	Outros	34	45.95%

Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Para compreendermos este dado, é necessario entender que a questão foi formulada da seguinte maneira: o professor selecionava os itens em uma ordem de relevância que ia de 1º ao 6º grau. Assim os dados que foram gerados se sistematizaram em classificações de 1º ao 6º também. Aqui para melhor vizualização, selecionamos apenas os 4 primeiros graus das respostas mais votadas. Sendo assim, 54% dos docentes colocaram em primeiro lugar a utilização dos livros/cadernos didáticos públicos, que são fornecidos pelos Estados e Municípios. Em segundo lugar de opção, com 49% das respostas, os professores afirmam utilizar materiais da internet. Em terceiro com 32%, a BNCC, e por fim com 45% ocupando o quarto a categoria “outros”.

O interessante desse dado é contrastarmos a utilização dos materiais didáticos retirados da internet, com o número de docentes que possuem suas especializações realizadas via EAD, ainda com os 175 professores que não possuem especialização. Para contrastar com este dado, trazemos a seguinte questão – foi perguntado aos professores se estes achavam que o material fornecido pela SEED era ou não suficiente para o exercício profissional do dia a dia:

Gráfico 22 – Opinião acerca do material distribuído pela SEED ser suficiente ou não:



Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

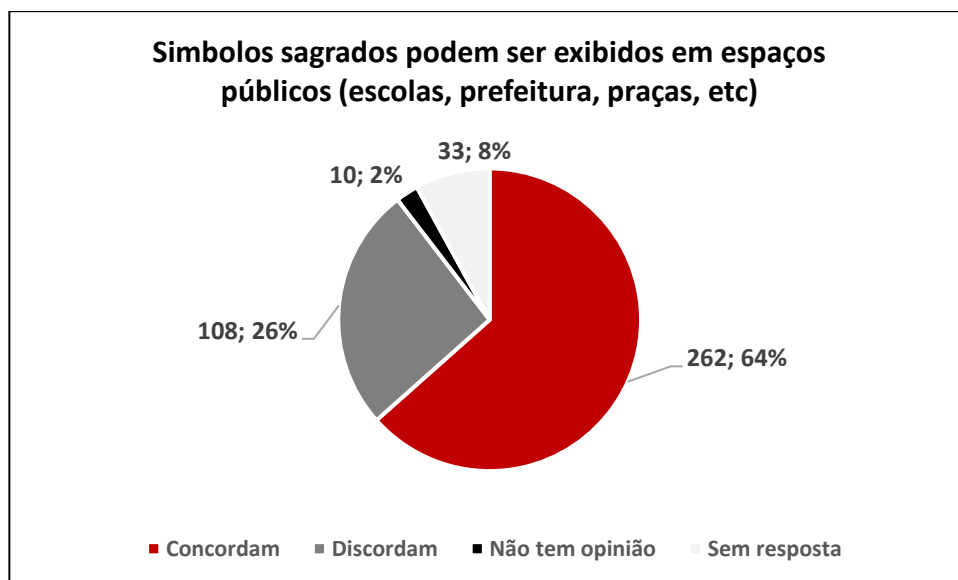
Cerca de 48% dos docentes que responderam esta questão (de um total de 413), afirmam que os materiais fornecidos pelo Estado são insuficientes – o que talvez poderia explicar a relação do número de professores que procura por materiais *online* para sua didática. Podemos também problematizar as camadas por trás dessa afirmação tão majoritária – o “quanto” a ausência de conteúdo (se é que é esse o problema) que esse material carece, pode ser um impulso aos docentes procurarem materiais de cunho proselitista na internet. Ou se não são de cunho proselitista, qual o reforço pedagógico que esses materiais carregam? No tópico abaixo iremos problematizar melhor essa questão, mas já de antemão, cerca de 94% dos docentes sabem conceituar de forma correta o Estado laico – sendo assim – indagamos, será que esse material retirado da internet contempla todas as matrizes religiosas? É justamente esse o ponto da nossa crítica: não sabemos. Não há como saber quais são os tipos de materiais que esses 49% dos docentes utilizam, o que abre uma lacuna para uma futura investigação, todavia, segundo nossos dados, criamos a hipótese de que esses materiais possuem sim, cunho proselitista. No próximo tópico trabalharemos melhor essa informação.

3.4 – A CRISE DO PROFISSIONALISMO: EXPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS

Agora entraremos em um eixo da pesquisa que permeia questões políticas e privadas dos pesquisados que envolvem o Ensino Religioso. Traremos vários dados,

e ao longo de suas exposições, faremos breves análises e cruzamentos. Com isso, apresentamos dois dados que contrastam o entendimento dos docentes com relação ao seu entendimento do Estado Laico brasileiro e com sua visão profissional. Perguntamos aos professores o que eles acham dos símbolos religiosos dentro dos espaços públicos, e perguntamos sobre a prática de orações dentro da sala de aula:

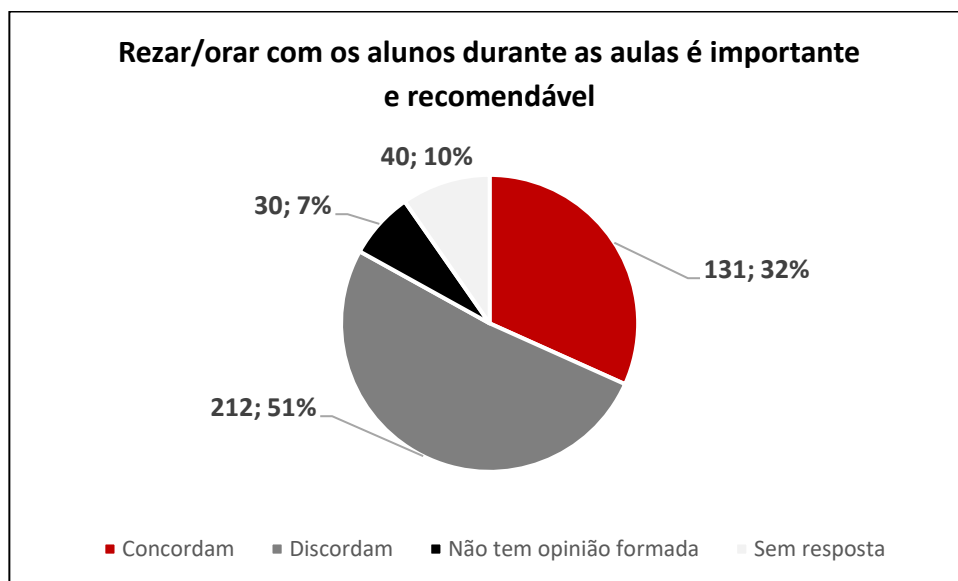
Gráfico 23 – Opinião docente sobre a presença de símbolos sagrados nos espaços públicos:



Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Dos 413 indivíduos, cerca de 64% dos docentes concordam com a exibição de símbolos sagrados pelo espaço público, contrastado com 26% que discordam dessa exibição. Somando os números dos que não possuem opinião e dos que não deram sua resposta, temos cerca de 74% dos indivíduos que são coniventes com os símbolos dentro dos espaços públicos.

Gráfico 24 – Opinião sobre a prática religiosa dentro da sala de aula:



Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Este dado demonstra que, dos 413 indivíduos, cerca de 32% dos docentes acreditam que orar com os alunos durante a aula não é só importante como também recomendável. Cerca de 51% dos mesmos discordam dessa afirmação. O micro-dado que podemos retirar com base na interpretação estatística é que, somando os que concordam dos que não possuem opinião formada e dos que não responderam, temos cerca de 49% dos docentes que são coniventes com a prática da oração na sala de aula. Em outras palavras, são coniventes com os atos de proselitismo.

Aqui abrimos um parêntese nas nossas análises sobre outra questão levantada acerca do estado laico, citado anteriormente, onde um total de 379 professores responderam “corretamente” das alternativas dadas – em que “Estado laico é aquele onde diferentes religiões coexistem num mesmo país ou nação, desligadas do poder político”. De todos os que responderam essa questão, esse número que respondeu corretamente corresponde a 94% dos indivíduos que participaram e responderam essa questão em específico, ou seja, os docentes sabem o que é um estado laico. Aqui, este dado se assemelha à pesquisa apresentada no capítulo 1, sobre a pesquisa com professores da disciplina de Ensino Religioso.

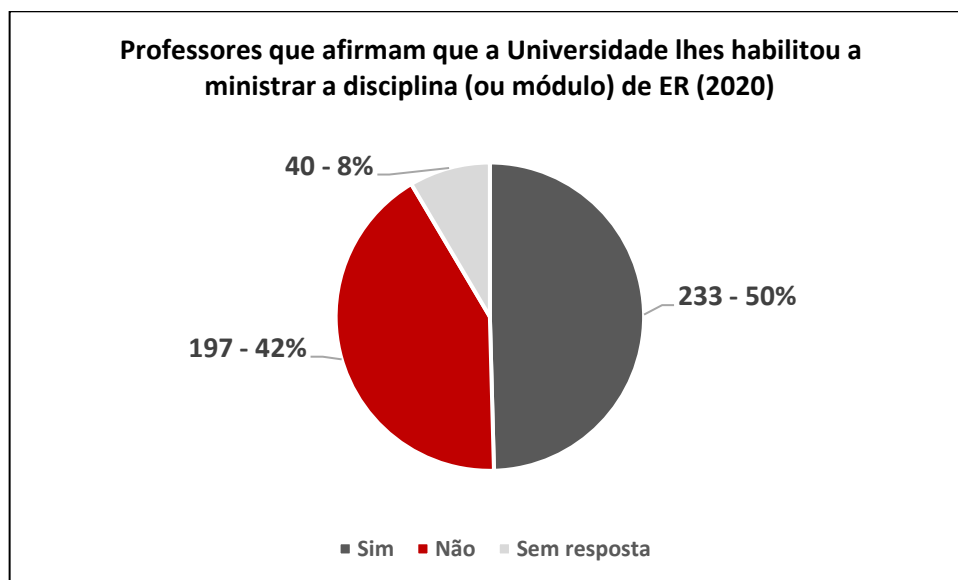
Tendo isso em vista, esse conjunto de dados abrem margem para questionarmos o posicionamento dos docentes com relação a outros elementos, no que tange por exemplo a recomendação de práticas de orações com os alunos, a presença de símbolos nos ambientes públicos, e todas as questões que envolvem o proselitismo.

Neste tópico iremos tratar de alguns dos problemas de pesquisa já levantados

posteriormente, sendo eles dois pontuais: Apesar dos docentes dizerem que conhecem as recomendações documentais p/ a disciplina de ER – por que não são cumpridas? Trataremos melhor a seguir.

Tendo isso em vista voltemos para a pesquisa estadual, onde perguntamos aos docentes (majoritariamente de ER) a seguinte questão: Sua Universidade lhes habilitou a lecionar a disciplina (ou módulo) de Ensino Religioso?

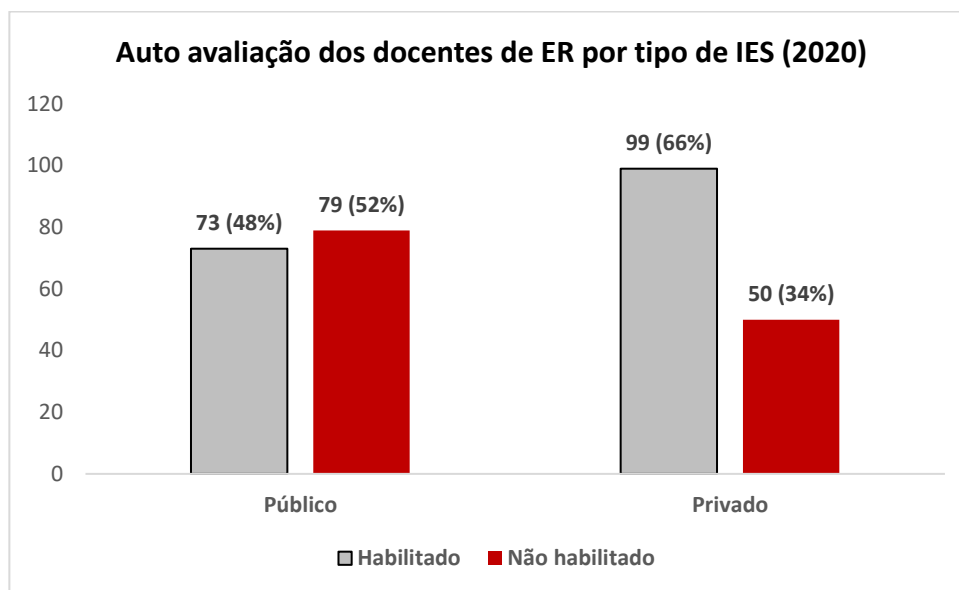
Gráfico 25 – Sobre a formação que as IES proporciona:



Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020.

Das 430 respostas no total, cerca de 197, ou seja, 42% dos professores afirmam que a sua universidade não lhes habilitou a ministrar a disciplina de ER. Claro que aqui precisamos fazer uma distinção das Universidades Privadas e das Públicas, porque para nosso recorte inicial, as IES públicas são o foco, junto das cinco áreas selecionadas - e o gráfico acima mostra a totalidade.

Aqui cessaremos as análises totais da pesquisa, e iniciaremos nossos recortes propriamente ditos dos docentes formados em IES públicas e que são das 5 áreas habilitadas a ministrar a ER. Abaixo mostraremos um gráfico com esses nossos recortes de pesquisa, onde nossa totalidade corresponde somente aqueles mencionados acima.

Gráfico 26 – Sobre a formação que as IES proporciona (públicas x privadas)

Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

O gráfico mostra uma autoavaliação dos docentes formados em IES públicas e privadas acerca se seus cursos (as cinco áreas) lhes possibilitaram uma formação suficiente para ministrar as aulas de ER. Tendo isso em vista, o número de docentes que responderam, formados em IES públicas, e que correspondem esse nosso recorte inicial, totalizam 162 indivíduos. Desses 162 docentes, 10 não responderam à questão – logo 152 indivíduos – que estão apresentados no gráfico acima. Formados nas cinco áreas de atuação do Ensino Religioso (Pedagogia, Sociologia, História, Geografia e Filosofia), espalhados por todo o estado do Paraná e que afirmam lecionar a disciplina, cerca de 52% que não tiveram formação suficiente para o exercício da profissão segundo eles mesmo. Importante lembrar que esse número corresponde a todos que se formaram no estado do Paraná apenas.

Desse número, ainda, 60% dos docentes apontaram utilizarem em primeiro lugar os materiais fornecidos pelo estado/município – porém, quase o mesmo número, 58% afirmam que este material fornecido pela SEED não é suficiente para o exercício da profissão dentro da sala de aula, o que explica cerca de 48% dos docentes, em segundo lugar, recorrerem à materiais didáticos da internet.

Cerca de 28% desses profissionais formados em IES públicas do Paraná não veem problema em fazer orações dentro da sala de aula, e acreditam ser recomendável a ação - 61% afirmam concordar (ou não ver problema) com a exibição de símbolos sagrados dentro dos espaços públicos, sendo que mais de 95% destes docentes (155 indivíduos) souberam conceituar a questão imposta sobre o estado

laico brasileiro.

A doutora Bernadete Gatti (2010), uma das principais pesquisadora da área da formação docente brasileira, sintetizando as ideias apresentadas nos artigos “Formação de professores no Brasil: características e problemas”, “Formação de professores: condições e problemas atuais”, e “A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas”, constrói uma pesquisa com cerca de 1498 ementas analisadas dos cursos das áreas humanas, exatas e biológicas das Universidades tanto públicas quanto privadas, e explica uma série de fatores nos quais as Universidade vivem uma crise na qual não conseguem formar professores. Concordamos com a autora, e criaremos uma linha paralela acerca do Ensino Religioso, que não está alheio a esse processo que a autora discute.

A formação docente brasileira, num aspecto geral, segundo a autora, carece em didática voltada para alunos - sobretudo porque não é dada ênfase à prática de ensinar. Gatti (2010) vai dizer que as universidades estão mais preocupadas em formar intelectuais e pesquisadores do que professores educadores - prática essa que vem sido realizada desde os séculos XV, XVII e permanece até hoje.

Esse dado associado a nossa pesquisa sobre a disciplina curricular de ER acaba sendo agravada justamente porque os docentes que ministram a disciplina de ER não se formaram especificamente para a mesma - os professores de história se formaram para lecionar história, os professores de sociologia se formaram para lecionar sociologia - porém quando precisam complementar suas cargas horárias, vão diretamente lecionar uma disciplina onde não tiveram formação específica. Sem falar que esses profissionais fazem seus estágios respectivamente em suas áreas, e não dentro da disciplina de ER, o que corrobora ainda mais para a falta de experiência dos egressos. Essa afirmação pode ser confirmada no gráfico 19, sobre as formações dos docentes – os dados da realidade confirmam que durante a graduação o pouco contato que os indivíduos tem com o Ensino Religioso, senão nulo, não garante que estes não optem por lecionar a disciplina de ER, esta que por sua vez aparenta estar “abandonada” dentro do quadro programático das escolas – dado este que se confirma justamente por professores de áreas não correlatas estarem disputando e até mesmo conseguindo ministrar a disciplina, uma vez que isso configura como uma ilicitude.

Problematicamente, o Estado acaba exigindo uma formação na qual o próprio Estado não fornece. Nesse sentido, o próprio autor Sergio Junqueira (2016) vai dizer:

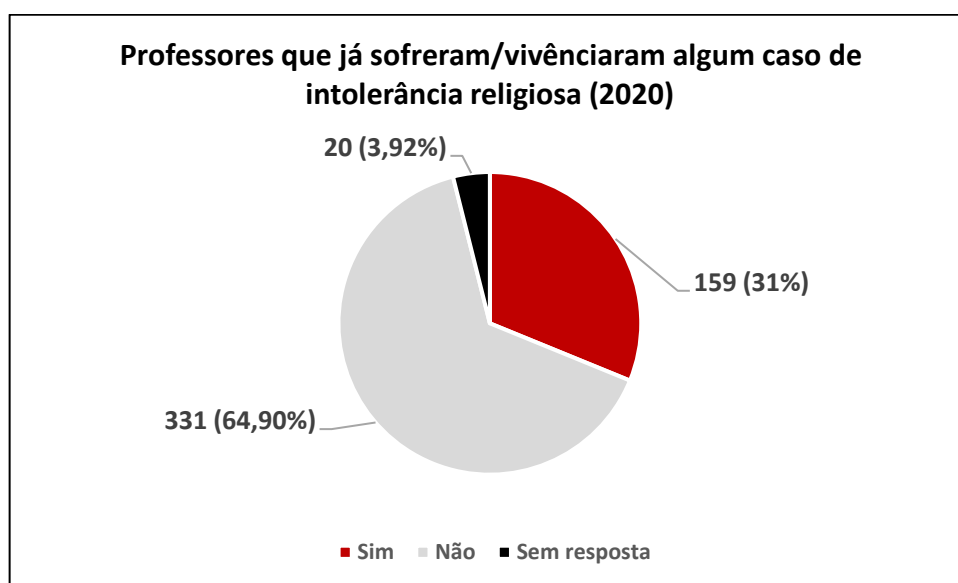
Há uma exigência legal de licenciatura para a docência na educação básica. E para o ER o desafio persiste, pois na maioria das unidades da federação não existe a oferta para a graduação neste ensino. **E**

como promover concursos públicos num contexto em que não existe o profissional? (JUNQUEIRA, 2016, p.33-34 – grifos nossos)

Lembrando que nossa pesquisa constatou no capítulo anterior que apenas uma universidade pública, a UNIOESTE de Toledo, possui na sua ementa de maneira obrigatória uma disciplina, nos cursos de Ciências Sociais e Filosofia, que contempla as questões que envolvem as religiões e religiosidades, e a prática didática.

Tendo isso em vista, a crise profissional do professor de Ensino Religioso se dá justamente a partir dos seguintes fatores: uma formação não específica, somada a uma baixa remuneração, onde os indivíduos, devido a formação histórica brasileira de característica predominantemente cristã, se encontram em uma situação onde tem pouco conhecimento, ou nenhum conhecimento, acabam usando aquilo que tem familiaridade – seu conhecimento religioso – o que pode acabar por catalisar (acelerar ou permitir) os atos de intolerância dentro da sala de aula. Ainda sobre violência religiosa, a pesquisa constatou que dentro do Estado do Paraná, cerca de 30% dos docentes em exercício profissional já vivenciou algum caso de intolerância religiosa dentro da sala de aula, tanto física quanto simbólica/psicológica.

Gráfico 27 – Professores que já sofreram/vivenciaram casos de intolerância religiosa (2020)



Fonte: Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do ER – PR (PICPER – PR), 2020

Esses números demonstram a carência que o Estado tem sobre discussões. Outros dados evidenciam que majoritariamente os docentes que optaram por lecionar a disciplina de ER tem como principal motivação a “afinidade pessoal” pela disciplina (essa que como dito anteriormente não pode ser quantificada ou apreendida até o

presente momento, devidas as limitações da pesquisa tipo *survey*), porém só em seguida a motivação vem pela questão do conhecimento e formação necessária para o exercício profissional que a disciplina requer. Ou seja, os docentes que ministram a disciplina de ER optam por lecionar a disciplina não pela sua formação, mas pela sua “afinidade pessoal”, essa que pode possuir inúmeras interpretações possíveis, tanto de caráter religioso, ou até mesmo como evidenciado aqui apenas para cumprir carga horária, desvinculado de qualquer tipo de responsabilidade.

Bernadete Gatti (2010) constatou a insuficiente formação dos docentes para o desenvolvimento do trabalho. Suas constatações são reforçadas por fatores como a fragmentação das disciplinas, as análises das ementas, o caráter predominantemente descritivo e pouco prático das disciplinas, e a preocupação do "porquê ensinar" e não do "como ensinar". Novamente, todos esses elementos estão presentes nas formações dos professores de Ensino Religioso, porque essa condição é sintomática nas Universidades brasileiras, onde os docentes de nossa pesquisa vêm.

Prova disso, no caso do Ensino Religioso, nossos dados revelam (apresentados acima), que mais da metade afirma que não tiveram uma formação suficiente para exercer aquilo que exercem, e aqueles que afirmam terem capacidade para ministrar a disciplina, curiosamente são os que disseram terem feito alguma curso ou especialização na área ofertados pela SEED - invariavelmente a máxima ainda se faz presente, as universidades públicas, hoje, não conseguem suprir a demanda no que tange formação qualificada para o campo da disciplina de Ensino Religioso. Gatti reafirma o que aqui já foi dito acerca das pesquisas passadas - a formação continuada é essencial, senão crucial, para a superação da crise do profissionalismo na área de Ensino Religioso.

Seguindo essa mesma esteira dos intelectuais da educação, o autor que vai falar propriamente acerca da questão da crise do profissionalismo é Maurice Tardif (2000), no seu artigo que usaremos como base “Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários”. O que é uma “crise do profissionalismo? Segundo o autor:

A crise do profissionalismo é, em primeiro lugar, a crise **da perícia profissional**, ou seja, dos conhecimentos, estratégias e técnicas profissionais por meio dos quais certos profissionais (médicos, engenheiros, psicólogos, **formadores, professores etc.**) **procuram solucionar situações problemáticas concretas**. [...] a perícia profissional está sendo cada vez mais percebida hoje em dia de acordo com o modelo de uma racionalidade limitada, **de uma racionalidade improvisada**, na qual o processo reflexivo, a improvisação, a indeterminação, a criatividade, a intuição, **o senso comum desempenham um grande papel, apoiando-se, ao mesmo tempo, em rotinas próprias a cada tradição profissional**. O

conhecimento profissional possui também dimensões éticas (**valores, senso comum, saberes cotidianos, julgamento prático, interesses sociais etc.**) inerentes à prática profissional, especialmente quando esta se aplica a seres humanos: pacientes, prisioneiros, **alunos**, usuários dos serviços sociais etc. (TARDIF, 2000, p.8-9 – grifos nossos)

Em outras palavras, essa crise da perícia profissional, segundo o autor, pode ser compreendida como a carência da técnica e dos conhecimentos científicos de uma determinada profissão, em detrimento do aumento das formas ‘improvisadas’ de solucionar algum problema encontrado. Isso é uma concepção que abrange todas as áreas do conhecimento humano, todavia, como o nosso objetivo é compreender a formação dos professores, faremos uma linha contrastando os conceitos junto ao Ensino Religioso brasileiro.

Voltando ao autor, este argumenta que essa crise da perícia não é só um problema individual, mas que coloca em xeque as instituições formadoras desses indivíduos, ou seja, um problema estrutural – ora, um indivíduo que possui formação em tal área, porque ele se encontra utilizando o improvisado para resolver seus problemas? A justificativa sociológica pode compreender que há limites à ciência, muitas vezes não dá conta da realidade, todavia, os elementos que contornam nossos objetos e indivíduos não estão focados apenas na técnica, e sim, na falta de técnica, porque nossa hipótese é justamente que não existe formação – assim, compreende-se as formas alternativas para resolver o problema. Sobre as universidades o autor fomenta:

Em vários países, **muitos se perguntam se as universidades**, dominadas por culturas disciplinares (que são, além disso, e acima de tudo, culturas “monodisciplinares”) e por imperativos de produção de conhecimentos, ainda **são realmente capazes de proporcionar uma formação profissional de qualidade**, ou seja, uma formação assentada na realidade do mundo do trabalho profissional. (TARDIF, 2000, p.9 – grifos nossos)

Esse questionamento incidente leva a um outro ponto que o autor trabalhou, que é quando essa crise do profissionalismo afeta a confiança do público e do cliente (alunos e professores). Trazendo esses conceitos para nossos sujeitos e objetos de estudo, ou seja, um efeito de descrédito mútuo. Podemos traçar essa ideia de que a crise do profissionalismo é compreendida aqui sendo quando os professores de ER desacreditam do Ensino Religioso propriamente dito, e os alunos também - uma via de mão dupla.

A consequência dessa crise profissional é compreendida pelo autor – na qual concordamos – como em última instância, na crise da ética profissional, ou seja, nos

valores que deveriam guiar estes profissionais.

Nos últimos trinta anos, observa-se que a maioria dos setores sociais onde atuam profissionais tem sido permeada por conflitos de valores para os quais torna-se cada vez mais difícil achar ou inventar princípios reguladores e consensuais. **Esses conflitos de valores parecem ainda mais graves nas profissões cujos “objetos de trabalho” são seres humanos, como é o caso do magistério.** (TARDIF, 2000, p.9 – grifos nossos)

A ideia seria que a crise profissional atinge os docentes da disciplina de Ensino Religioso justamente porque esse discernimento sobre a ética docente e os meios regulatórios (DCE, ementas, BNCC) cessam de existir no imaginário deles, e esses profissionais utilizam do seu espaço para perpetuar o conhecimento que já possuem de sua formação religiosa. A justificativa do proselitismo se encaixa nessa compreensão – onde os docentes exercem a prática do proselitismo justamente visando apenas o fim. Essa fórmula muitas vezes é sutil, como por exemplo, o autor vai dizer nos dados da sua pesquisa que muitas vezes os profissionais confrontados dentro da sala de aula, muitas vezes “a tendência dos professores era reativar modelos de solução de conflitos que vinham de sua história familiar e escolar” (p.14). Com isso podemos traçar o paralelo do professor de ER que se depara diante de uma questão religiosa ou até mesmo um dilema, onde este recorre à sua religião para responder – o que pode corroborar para uma visão intolerante e que menospreza as outras religiões. Dessa forma conseguimos compreender os dados de intolerância somados aos dados de proselitismo constatados, e ainda os dados dos docentes que afirmam não terem formação adequada para o exercício da sua profissão.

Por fim, o autor vai argumentar sobre as pesquisas que estão sendo realizadas e “como” essas pesquisas estão sendo realizadas, e ele faz o seguinte apontamento:

A nosso ver, um dos maiores problemas da pesquisa em ciências da educação é o de abordar o estudo do ensino de um ponto de vista normativo, o que significa dizer que **os pesquisadores se interessam muito mais pelo que os professores deveriam ser**, fazer e saber do que pelo que eles são, fazem e sabem realmente. Essa visão normativa está alicerçada em uma visão sociopolítica do ensino: historicamente, os professores foram ou um corpo da Igreja ou um corpo do Estado a serviço de causas e finalidades maiores do que eles. De um certo modo, as ciências da educação assumiram essa visão sociopolítica, dando-lhe, porém, uma aura científica, tecnocrática, reformista, inovadora e ao mesmo tempo humanista. **A legitimidade da contribuição das ciências da educação para a compreensão do ensino não poderá ser garantida enquanto os pesquisadores construírem discursos longe dos atores e dos fenômenos de campo que eles afirmam representar ou compreender.** (TARDIF, 2000, p.12)

Aqui encontramos um dilema como pesquisador: o problema no que tange os profissionais do Ensino Religioso quanto à nossa crítica, é que sim, eles não fazem o

que deveriam fazer - porém o que eles fazem é ilícito, pautado na constituição, nas diretrizes, enfim. Então nesse ponto de vista, acreditamos que academia deve ter essa preocupação normativa sim, até porque é um norte para o que deve ser, e o que não deve ser feito. Obviamente que isso não exclui a vivência do profissional e o porquê ele agir assim ter um motivo, mesmo que inconsciente – a explicação disso já foi mencionada, justamente alicerçada à construção da sociedade brasileira, fortemente religiosa, e de alfabetização tardia.

Nós como cientistas, seguimos os princípios e caminhos da ciência, e a ciência possui um senso, possui uma comunidade por trás de cada estudo, que avalia e interpreta como fato ou não. Nos indagamos então qual o sentido da formação científica de um indivíduo, de uma especialização, se ela não for embasada na ciência e nas diretrizes próprias? Aqui destacamos um paradigma científico enquanto distanciamento do proselitismo. Porque seguindo essa perspectiva, se não for assim, a lei estará sendo desrespeitada, porque é vedado o proselitismo – este que não pode ser concatenado com ciência. O que os dados revelam, é que, com o distanciamento do método científico, a falta de instrumentalização acaba levando as aulas de Ensino Religioso para um campo da não ciência, onde ocorrem os atos de proselitismo,.

Concordamos com Tardiff (2000), e é compreensivo os professores não conhecerem cem por cento das diretrizes, até porque seria humanamente impossível, mas é justamente dentro dessa autocrítica científica que demonstra o quão necessário é por exemplo os cursos de formação continuada dos docentes. Dentro de um projeto “utópico”, o ideal era que todos os egressos tivessem acesso ao conhecimento dos cursos de formação continuada, porque a educação é um processo.

A legislação é um ideal a ser seguido? É diferente pensarmos a legislação como um elemento para coagir ou instruir. Nesse sentido, a legislação nos proporciona a instrução, porque nossa Constituição é pautada em alicerces que vão contra processos descivilizatórios e sem desrespeitar alteridades e diferenças.

Voltando, as contribuições dos autores nos propiciam a problematizar que a constatada crise profissional mencionada pode ser evidenciada uma vez que os docentes formados nas áreas habilitadas não se consideram habilitados, e a razão de ainda sim exercerem a licenciatura é devida a complementação de sua carga horária. Outro elemento que pode ser atribuído a análise dos conceitos seria o fato desses profissionais afirmarem que o material distribuído pelo Estado não é suficiente para que possam lecionar – e com isso – acabam utilizando materiais online onde não podemos mensurar a qualidade das informações e o conteúdo propriamente dito dos mesmos, se são de caráter prosélito, se contemplam apenas um ou algumas matrizes

religiosas, entre outros aspectos que careceriam de análises para esta última pesquisa em si, mas que fora evidenciadas nas pesquisas passadas.

3.5 – AÇÕES E PARTICIPAÇÕES REALIZADAS NO CAMPO DO CONHECIMENTO E DA EXTENSÃO

Este tópico pode começar com um exemplo de um episódio que ocorreu em 2017, em que fomos ministrar uma fala sobre intolerância religiosa em um colégio – este em que sabíamos que havia casos graves de intolerância religiosa por parte dos professores para com eles mesmos. Professores que sofriam rechaçamentos da sala dos professores, professores que eram posicionados no centro de rodas de oração, escutavam piadas sobre a religião pertencentes, como várias outras ações.

Nesse dia, durante a palestra, uma parcela dos professores ao perceber que se tratava de uma fala sobre intolerância religiosa, se levantou e foi embora como forma de protesto. Houve também em sequência um professor que se levantou e dirigiu a voz até nós, indagando com um tom imponente: “O que vocês estão fazendo aqui? Quem convidou vocês para estarem aqui?!”. Respondemos que fomos convidados pela secretaria, e sabendo que não éramos bem quistos por essa parcela, demos sequência à palestra. A fala ministrada foi extremamente produtiva, nos revelando que os problemas que tínhamos conhecimento à priori eram muito maiores, mas que a partir disso, com a nossa fala e a participação dos docentes, que foi imensa – aprendemos sobre “como reconhecer casos de violência”, como eles acontecem e que atitudes tomar.

Também mencionamos um episódio que, durante a nossa fala sobre intolerância religiosa, um professor visivelmente pertencente à uma religião de matriz africana, se posicionou perante a sala e expôs sua indignação para com os símbolos cristãos espalhados pelo colégio. Esse episódio foi descrito anteriormente com menos detalhes nesta dissertação, pois foi um dia em que aplicamos uma pesquisa. O importante desse fato ocorrido é que, os membros da secretaria ali presentes, se posicionaram para com este professor, e foi determinado a retirada dos símbolos, tudo durante nossa palestra.

Uma última menção extremamente importante, foi de um colégio em Londrina que nos convidou para fazer uma fala sobre as religiões e religiosidades, porque uma mãe foi até a escola avisar para a direção que sua filha iria passar por um momento de iniciação da sua religião, que consistia em raspar a cabeça, utilizar uma vestimenta diferente e uma série de acessórios. A mãe temia pela integridade da filha perante os outros alunos, e foi relatar sua preocupação para com a direção. Ai o contexto de termos sido acionados e convidados para fazer uma fala – onde foi instruído para os alunos ali, acerca da

convivência, a tolerância religiosa, a beleza de vivermos em um país multicultural, falamos também sobre aspectos legais como o fato de ser crime a intolerância e preconceito, entre vários outros tópicos, ou seja, extremamente enriquecedor.

Mencionamos isso para demonstrar para com os leitores, como as ações proselitistas carregam consigo um poder de silenciamento dos indivíduos das religiões minoritárias, e tendo isso em vista, o quão rico é este trabalho de dar voz e força, através das inúmeras ações que aqui serão mencionadas em sequência, para que essas atitudes de violência cessem de existir. Isso aponta um lado, frizamos que apesar da pesquisa aqui expostas demonstrar dados pessimistas da realidade, existe sim um caminho muito relevante que precisa ser explicitado e compartilhado.

Aqui podemos falar da própria consolidação do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR), fruto inicialmente de um Grupo de trabalho de História das Religiões e Religiosidades do Paraná da Associação Nacional de História (ANPUH), quando em 2009 foi constituído como um grupo de pesquisa vinculado ao Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) da Universidade Estadual de Londrina. O grupo composto por pesquisadores vinculados aos departamentos de Ciências Sociais, História e Serviço Social, em que diferentes linhas de pesquisa são contempladas e concatenadas.

Desde 2009, o LERR se reúne como um grupo de estudos e de trabalhos que envolve docentes e discentes na esfera da graduação e da pós-graduação. Os trabalhos realizados dentro dessa temática das religiões e religiosidades permitem a formação de profissionais licenciados, e que poderão atuar na disciplina de Ensino Religioso.

O LERR possibilitou e possibilita inúmeras práticas contínuas integrando pesquisa e extensão para a comunidade. Nós da academia, fornecemos cursos para a prefeitura de Londrina, cursos em outras cidades, produzimos materiais para estudos sobre a área, sem contar as pesquisas que realizamos com a população, em que doravante apresentamos os dados e fazemos discussões, ampliando os debates sobre as religiões e religiosidades para a sociedade. Importante mencionar também as visitas que o LERR faz, à convite das escolas estaduais e municipais de Londrina e região, para ministrar falas, cursos de formação, debates, palestras, acerca da importância do debate sobre intolerância religiosa, convivência e cidadania. A Universidade Estadual de Londrina e o LERR fazem isso.

Mencionamos também a parceria do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Em Sociologia (LENPES), que assim como o LERR envolve e desenvolve projetos de extensão, levando o conhecimento produzido na Universidade para a comunidade, rompendo as barreiras academicistas. É importante mencionarmos que este trabalho não é um trabalho fácil, mas é um trabalho necessário, um trabalho de base – porque esta

partindo da academia.

Da minha experiência, sendo membro do LERR e aluno da UEL desde 2014, foram incontáveis escolas em que fomos levar conhecimento produzido na academia para alunos e professores da rede municipal e estadual de Londrina região. Novamente, já ministrei palestras, falas, cursos, mini cursos, e todos os eventos sempre foram muito transformadores que me motivaram e me impulsionaram a ser uma pessoa e profissional melhor.

4 CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os números, faremos uma breve recapitulação tendo em vista a complexidade e o montante de dados aqui utilizados. A princípio, nossas análises contemplam os números totais, e em seguida fomos realizando os devidos recortes para que nossas hipóteses pudessem ser averiguadas. A pesquisa leva em consideração os dados totais obtidos no próprio banco de dados da SEED-PR, onde cerca de 2436 professores são cadastrados para a disciplina de Ensino Religioso, segundo o próprio site “SEED em números” – nossa pesquisa, conta com dados totais são de 971 questionários de indivíduos que participaram, já os dados completos utilizados foram de 411 questionários completos, é importante ressaltar que o número de indivíduos e o número de respostas são elementos distintos. Dos 32 NRE’s do PR que foram enviados o survey, 31 responderam à quais NRE’s estão vinculados, que contabilizam cerca de 470 indivíduos. Cerca de 76% dos indivíduos pesquisados ministram a disciplina de ER.

Sabemos que em primeiro lugar, o que leva os profissionais a lecionarem a disciplina de ER é devida a complementação de carga horária (42%). Em segundo lugar, aquilo que eles consideram como “Afinidade pessoal” (39%) – essa opção aqui foi abordada de forma um tanto quanto curiosa, uma vez que não há evidências concretas do que pode vir a ser essa afinidade pessoal. Talvez uma nova pesquisa possa ser realizada para constatar de forma qualitativa o que venha ser essas motivações que levam os professores a lecionar a disciplina. Apenas 14% dos docentes escolhem ministrar a disciplina de ER devida sua formação, o que demonstra o quanto isso desqualifica a disciplina como um todo.

Seguindo a linha, tivemos como base um estudo feito por Junqueira (2016), no artigo “Provimento de professores para a disciplina curricular Ensino Religioso visando a implementação do artigo 33 da lei 9394/96 revisto na lei 9475/97”, em que o último concurso público para professor de Ensino Religioso realizado no Paraná inteiro foi apenas 2010 (p.31), pela Fundação FECILCAM, em Campo Mourão, ou seja, dez anos atrás. Com isso, fica evidente a crise profissional na qual a disciplina de ER se encontra, ponto chave de nossas considerações finais.

Sobre os dados totais, antes de realizarmos os recortes para as instituições públicas junto das cinco áreas, a pesquisa acerca das Instituições de Ensino Superior e a formação acadêmica dos egressos concluiu que, 413 indivíduos que responderam à questão sobre possuírem formação específica para ER, 48,67% disseram que sim (201 indivíduos), outros 42,37% afirmam que não (175 indivíduos), e outros 8,96% deixaram

sem resposta (37 indivíduos). Desses indivíduos que afirmam terem especialização específica, quase 50% fora feita via EAD.

Desse número, sobre o exercício da profissão propriamente dito, cerca de 54% dos docentes colocaram em primeiro lugar a utilização dos livros/cadernos didáticos públicos, que são fornecidos pelos Estados e Municípios. Em segundo lugar, com 49% das respostas, os professores afirmam utilizar materiais da internet. Em terceiro com 32%, a BNCC, e por fim com 45% ocupando o quarto lugar, a categoria “outros”. Isso pode ser explicado com a relação de que de 48% (200) dos professores afirmam que o livro didático fornecido pela SEED é insuficiente para o exercício profissional – o que faz os docentes recorrerem a outros conteúdos.

Tendo isso em vista, dos números totais de professores que se formaram em IES públicas e privadas (430 respostas) que ministram a disciplina de ER, 42% (192) afirmam que sua universidade não lhes habilitou para o exercício profissional, em contraste com o número de 50% (233) que afirmam que sim, habilitaram. Um total de 8% (40) não responderam.

Sobre o dado acima, separamos os docentes que se formaram em IES públicas das privadas, para cumprirmos o recorte metodológico – visto no gráfico 26. Como pode ser visto, a pesquisa nos revela que dos docentes que se formaram em Universidades Públicas do Paraná, nos cursos que podem ministrar a disciplina de ER (Pedagogia, Sociologia, História, Geografia e Filosofia), cerca de 52% afirmam que não tiveram formação suficiente para o exercício da disciplina, mais da metade – nosso dado final.

Desse recorte de apenas egressos de IES públicas, 60% apontaram utilizarem em primeiro lugar os materiais fornecidos pelo estado/município – porém, quase o mesmo número, 58%, afirmam que este material fornecido pela SEED não é suficiente para o exercício da profissão dentro da sala de aula, o que explica cerca de 48% dos docentes, em segundo lugar, recorrerem à materiais didáticos da internet. Cerca de 28% desses profissionais formados em IES públicas do Paraná não veem problema em fazer orações dentro da sala de aula, e acreditam ser recomendável a ação - 61% afirmam concordar (ou não ver problema) com a exibição de símbolos sagrados dentro dos espaços públicos, sendo que mais de 95% destes docentes (155 indivíduos) souberam conceituar a questão imposta sobre o estado laico brasileiro.

Tendo feito essa apresentação dos principais achados da pesquisa, podemos começar a expor nossas principais conclusões acerca das hipóteses aqui formadas.

Concordamos com a socióloga Bernadete Gatti ao entender que a formação docente brasileira, num aspecto geral, carece em didática voltada para os alunos – sobretudo em ênfase à prática de ensinar. Os dados que corroboram para essa afirmação

podem ser evidenciados na escolha em segundo lugar do material didático retirado da internet para o exercício docente, deixando implícito que o material fornecido pelo Estado é julgado como insuficiente pelos próprios docentes.

Doravante a isso, elucidamos que a formação propriamente dita dos docentes pesquisados que ministram a disciplina de ER não se formam especificamente para a disciplina de ER, e sim para as áreas que podem ministrar a disciplina – por exemplo, os professores de história se formaram para lecionar história, os professores de sociologia se formaram para lecionar sociologia – questão que entra em cheque ao precisarem complementar suas cargas horárias, que vão diretamente lecionar uma disciplina onde não tiveram formação específica, que é a de Ensino Religioso, em primeiro lugar – em segundo lugar optam por afinidade à matéria, que aqui destacado na pesquisa, não podemos mensurar quantitativamente o que significa essa afinidade. Lembrando que esses profissionais fazem seus estágios respectivamente em suas áreas, e não dentro da disciplina de ER, o que corrobora ainda mais para a falta de experiência dos egressos.

Aqui entramos na grande questão que este trabalho se debruça. A pesquisa revela que o Estado do Paraná acaba exigindo uma formação na qual o próprio Estado não fornece – dado que o pesquisador Sergio Junqueira (2016) avalia em suas pesquisas acerca dos concursos públicos num contexto onde não existem profissionais.

A nossa hipótese de que as IES públicas não formam seus egressos de forma apta para que estes ministrem a disciplina de ER acaba sendo averiguada, uma vez que mais da metade dos docentes que participaram da pesquisa e que ministram a disciplina afirmam que não tiveram uma formação suficiente para exercê-lo, e aqueles que afirmam terem capacidade para ministrar a disciplina, curiosamente são os que disseram terem feito alguma curso ou especialização na área ofertados pela SEED (maioria via EAD) - invariavelmente a máxima ainda se faz presente, as universidades públicas, hoje, não conseguem suprir a demanda no que tange formação qualificada para o campo da disciplina de Ensino Religioso e carecem ainda mais de formação continuada. A pesquisa documental, onde foi construída a tabela das IES públicas paranaenses também corrobora para esse dado, sendo apenas uma IES que oferta de forma eletiva disciplinas que contemplem a temática.

Ao integrarmos os conceitos de Maurice Tardif (2000), destacamos que existe uma crise de profissionalismo na área do Ensino Religioso, que pode ser evidenciada devida à carência da técnica e dos conhecimentos científicos dos docentes, em detrimento do aumento das formas ‘improvisadas’ de solucionar seus problemas. Essas expressões se materializam através dos atos de proselitismos, também evidenciados ao decorrer da pesquisa. A consequência é o efeito de descrédito mútuo por parte dos alunos e dos

docentes, que acaba tornando a disciplina de ER uma “terra de ninguém”.

Ainda sobre o proselitismo, o efeito de descrédito contribui para falta de discernimento dos docentes sobre a ética e os meios regulatórios (DCE 2008, ementas, BNCC – 2017, Referencial Curricular do Paraná 2018), que cessam de existir em seu imaginário, e esses profissionais acabam por utilizar do seu espaço para perpetuar o conhecimento que já possuem de sua formação religiosa. Tardif salienta “a tendência dos professores era reativar modelos de solução de conflitos que vinham de sua história familiar e escolar” (TARDIF, 2000, p.14). Com isso podemos traçar o paralelo do professor de ER que se depara diante de uma questão religiosa ou até mesmo um dilema, onde este recorre à sua religião para responder – o que pode corroborar para uma visão intolerante e que menospreza as outras religiões.

Sobretudo, é importante mencionar que os dados de violência dessa pesquisa apresentam a mesma estatística das pesquisas passadas (já apresentadas no capítulo 1), chegando a margem de 30% de violência dentro das escolas. Esse dado, somados às pesquisas anteriores – tendo em vista a pesquisa ter sido realizada a nível estadual – os números concretos nos permitem afirmar que a moda estatística de violência religiosa no Paraná é de 30%, ou seja, é o dado que aparece com maior frequência.

Pensemos por um instante, 30% é um número muito alto, quase ensurdecador, porém, paradoxalmente, não escutamos falar desses casos com frequência, apenas escutamos quando saímos de casa para fazer a pesquisa, ou quando somos convidados para fazer alguma fala sobre algum evento extremo que aconteceu – isso demonstra aquilo que já foi mencionado anteriormente sobre o silenciamento e a invisibilidade que ocorre para com estes casos – que precisam ser combatidos com instrução e formação.

Em suma, no que concerne à formação de professores da disciplina de Ensino Religioso, compreendemos um caminho sinuoso pela frente, inspirado em Bernadete Gatti, sua máxima ainda se faz necessária: é preciso uma mudança significativa nos agentes e estruturas. De um lado, as Instituições de Ensino Superior públicas precisam incluir nos seus currículos de forma incisiva conteúdos que deem ferramentas táteis aos egressos para poderem exercer suas atividades profissionais, para que estes não precisem recorrer a sua formação religiosa, e de outro o próprio Estado precisa valorizar a profissão tão estigmatizada do educador, com incentivo salarial, e condições amplas de infraestrutura para seu trabalho – assim, contribuindo ao exercício pleno de cidadania, em respeito às religiões e religiosidades do Brasil.

Cidadania, esta mencionada, que formam cidadãos críticos e responsáveis, capazes de compreender a cultura como processo dinâmico e fluído, porque a religião e as religiosidades mudam, moldam, se transformam, e isso não é apenas uma percepção

pessoal e sim um fenômeno global. Conhecer as religiões e religiosidades “exige uma conduta da educação que compreenda que o lugar próprio do Ensino Religioso não é nas instituições religiosas, mas na Escola” (Baptista, 2018, p.466), porque novamente, é na escola que se pode trabalhar essa cidadania crítica junto do religioso na perspectiva não prosélita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Roniere. **Milagre Político: catolicismo da libertação**. São Paulo: Annablume, 2010.

BAPTISTA, Mauro Rocha. O Ensino Religioso em Questão. **Paralellus**, Recife, v.9, n.21, p. 459-478, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a Emenda n. 91/2016**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 14/05/2018.

BRASIL. **Instituto brasileiro de geografia e estatísticas -IBGE**. Censo demográfico, Rio de Janeiro. 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.475/97**, de 22 de julho de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BUSTOS, Vinícius; SILVA, Lucas. **Diversidades religiosas nas séries iniciais do Ensino Fundamental: debates a partir da pesquisa com professores acerca do componente curricular de Ensino Religioso**. Comunicação Oral. In: 3º Simpósio Internacional / 16º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR): Política, Religião e Diversidades: Educação e Espaço Público, 2018, Florianópolis. Anais 3º Simpósio Internacional / 16º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR): Política, Religião e Diversidades: Educação e Espaço Público, 2018

BUSTOS, V.S.M.; LANZA, FABIO. **Estudo sobre a formação profissional dos professores habilitados a ministrar a disciplina de Ensino Religioso no Paraná**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/ppgsoc/pages/arquivos/2018/ANAIS%202018%20VF%20%202.pdf>, acesso em 24/09/19.

BUSTOS, Vinícius; LANZA, Fabio; SILVA, Lucas; PATROCINO, Luis; **A invisibilidade das minorias religiosas em escolas públicas do Sistema Estadual na região de Londrina-PR (2016)**. In: VI Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 2017, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/anais/index.php/2017/SIPRMC/schedConf/presentations>, acessado em 14/05/2018.

BUSTOS, Vinicius; LANZA, Fabio; PATROCINO, Luis; **As práticas religiosas dos professores nas escolas de Londrina: uma análise sobre a intolerância religiosa**. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas no mundo

contemporâneo (LERR/UDEL), 4, 2016, Londrina. Anais...Londrina: UEL, 2016.
Disponível em: <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/anais/index.php/ivleer/iwleer/schedConf/presentations>, acessado em 14/05/2018.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **A laicidade e o 'jeitinho brasileiro': formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos: o caso das escolas municipais de Juiz de Fora- MG.** In: Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, v. 17, p. 01-156, 2014.

CARON, Lurdes; FILHO, Lourival José Martins. Ensino religioso: uma história em construção. In: JUNQUEIRA, Sérgio; SILVERIA, Emerson (Org). **O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental.** Editora Vozes. Petrópolis, 2020. p.15 - 38

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean et all. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**, 3º ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, p. 295-316.

CIPRIANI, Roberto. **A religião no espaço público.** In: A religião no espaço público: atores e objetos /Ari Pedro Oro, Carlos Alberto Steil, Roberto Cipriani, Emerson Giumbelli, organizadores. – São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Processo N.º1226/2005.** Sobre as normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino no Paraná. Curitiba, 2006.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, p.45-70, set. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

FISCHMANN, Roseli. **Ciência, tolerância e estado laico.** Cienc. Cult., São Paulo, v. 60, Julho de 2008. Disponível em:http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov.201.

FLICK, U. **Métodos Qualitativos na Investigação Científica.** Lisboa: Monitor, 2005.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educ. Soc. Campinas**, v.31, n.113, p.1355-1379, out-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 30/03/2020.

GATTI, Bernadete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP, São Paulo, Nº 100, p.33-46**, Dez. 2013-2014.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP, V.1, nº1, p.90-102**, maio, 2009.

GIUMBELLI, Emerson. **Crucifixos em recintos estatais e monumentos do Cristo Redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos.** In: A

religião no espaço público: atores e objetos /Ari Pedro Oro, Carlos Alberto Steil, Roberto Cipriani, Emerson Giumbelli, organizadores. – São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

GIUMBELLI, Emerson. Fronteiras da laicidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 205-208, Junho 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12/11/2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000200014>.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

HOORNAERT, Eduardo et al. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial: o padroado português. In: AZZI, Rioldo; GRIJP, Klaus van Der; BROD, Benno (Org.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. 3. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1977. Cap. 2. p. 160-182.

JUQUEIRA, Sergio; TEÓFILO, Debora. Secularização e sua relação com o Ensino Religioso. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v.42, n.1, p.82-97, jan/jun. 2012.

JUNQUEIRA, Sérgio; FRACARO, Edíle. História da formação do professor de Ensino Religioso no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, v.III, n.9, jan/2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>, acessado em:07/11/2019.

JUNQUEIRA, Sérgio. **Provimento de professores para o componente curricular Ensino Religioso visando a implementação do artigo 33 da Lei 9394/96 revisto na Lei 947/97**. Projeto CNE/UNESCO, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2016-pdf/44071-produto-2-provimento-professores-componente-curricular-ensino-religioso-pdf/file>, acesso 08/04/2020

JUNQUEIRA, Sérgio; ITOZ, Sonia. O Ensino Religioso segundo a BNCC. In: JUNQUEIRA, Sérgio; SILVERIA, Emerson (Org). **O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental**. Editora Vozes. Petrópolis, 2020. p.74 - 92

MADURO, Otto. **Religião e a luta de classes**. Editora Vozes Ltda, 1980.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Rev. Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.11, n.2, p238-258, maio-ago. 2011, ISSN. 1984-7289. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9647/6619>. Acesso em 09 dez. 2018

MANNHEIN, Karl. O pensamento conservador. In Martins, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Padroado régio no auge do império brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões**., Maringá, v. 2, n. 3, p.01- 15, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST6/014> - Patrícia Carla de Melo Martins.pdf>. Acesso em: 25 out.2017.

MATOS, Luís Salgado; FERREIRA, Antônio Matos. **Interações do Estado e das**

Igrejas. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. Processo n. 1226/2005 – **Normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Educação do Paraná.** Curitiba PR, 2006.

PATROCINO, Luis Gustavo. **Escola e religiões: Estudo sobre desdobramentos das práticas religiosas no ambiente escolar e suas interfaces com a disciplina de Ensino Religioso.** 2014 Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/arquivos/Dissertacao.pdf> . Acessado em 19/03/2018.

PIERUCCI, Antonio F.; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 9

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista brasileira de Ciências Sociais.**; São Paulo , v. 13, n. 37, p. 43-73, 1998. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22/04/2020.

RANQUETAT JR, Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas** (ISSN online 2317-758), Rio Grande do Sul , v.21, n.1 (2008). Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773/532>. Acesso em: 22/04/2020.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade à Brasileira: Estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos/** Cesar Alberto Ranquetat Júnior. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

RODRIGUES, Elisa. Ensino religioso, tolerância e cidadania na escola pública. **Revista de Estudos e Pesquisa da Religião.**, Juiz de Fora, v. 1, n. 16, p.763-782, 14 ago. 2016. Disponível em: <<https://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/2126>>. Acesso em: 22/04/2020.

RODRIGUES, Elisa. Diretrizes do Ensino Religioso na base Nacional Comum Curricular: aportes teóricos e ideias para a prática docente no Ensino Fundamental. In: JUNQUEIRA, Sérgio; SILVERIA, Emerson (Org). **O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental.** Editora Vozes. Petrópolis, 2020. p.93 - 113

RODRIGUES, Ana Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Rev. Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010 ISSN.1807-0175 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Resolução nº15/2018** – PR. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em:http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/2018/resolucao_152018gsse_ed.pdf, acesso em01/06/19.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.** Curitiba: SEED, 2018.

Disponível

em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf, acessado em 07/11/19.

SOUZA, Régis de Toledo et al (Org.). O Catolicismo e suas faces Apontamentos da questão do Brasil: Igreja e Estado: do Brasil colônia ao Brasil república. In: SOUZA, Régis de Toledo; SILVA, André Luiz da (Org.). **Religião e Imagética: Caminhos da Devoção Popular no Brasil e no México**. Ponto Alegre: Armazém Digital, 2008. Cap. 3. p. 71-102.

TARDIF, Maurice. Sabers profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr N°13, 2000.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 1, p. 27-53, Feb. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de julho de 2020.

FONTES DOCUMENTAIS

Universidade Estadual Maringá (UEM):

Ciências Sociais: <http://www.pen.uem.br/cursos-de-graduacao/campus-sede-maringa-pr-x/documentos/cienciassociais.pdf>, acessado em 04/02/2021.

Filosofia: <http://www.pen.uem.br/cursos-de-graduacao/campus-sede-maringa-pr-x/documentos/filosofia.pdf>, acessado em 04/02/2021.

História: <http://www.pen.uem.br/cursos-de-graduacao/campus-sede-maringa-pr-x/documentos/historia.pdf>, acessado em 04/02/2021.

Universidade Estadual de Londrina (UEL):

Ciências Sociais: http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2020/ementas/ciencias_sociais_licenciatura_noturno.pdf, acessado em 04/02/2021.

Filosofia: http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2020/ementas/filosofia.pdf, acessado em 04/02/2021.

História: http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2020/ementas/historia_licenciatura_matutino.pdf, acessado em 04/02/2021.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG):

História: <https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/122019-02-1923.pdf>, acessado em 04/02/2021.

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP):

História: <https://uenp.edu.br/historia-ementas>, acessado em 04/02/2021.

Filosofia: <https://uenp.edu.br/filosofia>, acessado em 04/02/2021.

Universidade Federal do Paraná (UFPR):

Ciências Sociais: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/projeto-pedagogico/>, acessado em 04/02/2021.

História: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/licenciatura/>, acessado em 04/02/2021.

Filosofia: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/filosofia/files/2020/06/PPC-LICENCIATURA-FILOSOFIA.pdf>, acessado em 04/02/2021.

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO):

Filosofia: <https://www3.unicentro.br/proen/wp-content/uploads/sites/41/2020/03/Filosofia-G.pdf>, acessado em 04/02/2021.

<https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/B7C8BB1B>, acessado em 04/02/2021.

História (Guarapuava): https://www3.unicentro.br/proen/wp-content/uploads/sites/41/2020/11/PPC_Historia-G_2020.pdf, acessado em 04/02/2021.

História (Irati): https://www3.unicentro.br/proen/wp-content/uploads/sites/41/2020/11/PPC_Historia-G_2020.pdf, acessado em 04/02/2021.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE):

Ciências Sociais (Toledo): <https://www.unioeste.br/portal/prograd-outros/cursos-campus-todos/toledocampus?campi=0&curso=TOO0006>, acessado em 04/02/2021.

Filosofia (Toledo): <https://www.unioeste.br/portal/prograd-outros/cursos-campus-todos/toledocampus?campi=0&curso=TOO0034>, acessado em 04/02/2021.

História (Marechal Candido Rondon): <https://www.unioeste.br/portal/prograd-outros/cursos-campus-todos/mrcrcampus?campi=0&curso=MCR0027>, acessado em 04/02/2021.

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR):

Filosofia (União da Vitória): <http://uniaodavitoria.unespar.edu.br/UNIAODAVITORIA/ensino/graduacao/filosofia/>, acessado em 04/02/2021.

História (União da Vitória): <http://uniaodavitoria.unespar.edu.br/UNIAODAVITORIA/ensino/graduacao/historia/>, acessado em 04/02/2021.

História (Paranavaí): <http://paranavai.unespar.edu.br/graduacao/graduacao/historia-1/historia>, acessado em 04/02/2021.

História (Paranaguá): <http://paranagua.unespar.edu.br/graduacao/historia/TCCAtual.jpg/view>, acessado em 04/02/2021.

História (Campo Mourão): <http://www.fecilcam.br/historia/index.php?id=documentos>, acessado em 04/02/2021.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA):

História: <https://portal.unila.edu.br/graduacao/historia-licenciatura/arquivos/Ementrio.HIL.pdf>, acessado em 04/02/2021.

Sociologia: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/PPC-CIENCIA%20POL%C3%8DTICA%20E%20SOCIOLOGIA.pdf>, acessado em 04/02/2021.

Filosofia: <https://portal.unila.edu.br/graduacao/filosofia/arquivos/PPCFILOSOFIALicenciaturaapa rtirde2018.1.pdf>, acessado em 04/02/2021.

APÊNDICES

Apêndice A – instrumento de pesquisa utilizado:

Pesquisa Investigações sobre Contextos e Perspectivas do Ensino

Religioso – Paraná (PICPER – PR) 2020:

Ensino Religioso no Paraná

CLIQUEM EM "PRÓXIMO" PARA COMEÇAR

Há 61 perguntas neste questionário

Autorização

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“ESTUDOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: INTERFACES ENTRE DOCENTES E O REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (2018-19)”

Prezado(a)
Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“ESTUDOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: INTERFACES ENTRE DOCENTES E O REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (2018-19)”**, a ser realizada no Paraná. O objetivo da pesquisa é identificar a situação deste componente curricular a partir dos professores que atuam no Ensino Religioso no sistema de ensino estadual. Sua participação é muito importante e ela se dará da seguinte forma: um *survey* construído pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades será distribuído pelos Núcleos Regionais de Educação do Paraná, onde você disponibilizará cerca de 10 minutos para respondê-lo. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e de pesquisas futuras, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os formulários respondidos ficarão no nosso sistema onde serão posteriormente tabulados, gerando as informações que serão fonte primária da pesquisa. Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Os produtos e resultados da proposta de pesquisa apresentada, contribuirão com a consolidação do “Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (2018-2019)” porque estarão associados com a oferta de Curso de Formação Continuada aos professores da SEED PR e parceiros, como a Secretaria Municipal de Educação de Londrina. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar no e-mail uel.lerr@gmail.com.

Pesquisador Responsável

Prof. Doutor Fabio Lanza
Departamento de Ciências Sociais –
Centro de Letras e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Londrina
(43) 3371-4456

Declaro que concordo em participar desse estudo e o faço de forma voluntária e anônima.

[] Aceita participar dessa pesquisa? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sim

Não

[]

“ESTUDOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: INTERFACES ENTRE DOCENTES E O REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (2018-19)”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “ESTUDOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: INTERFACES ENTRE DOCENTES E O REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (2018-19)”, a ser realizada no Paraná. O objetivo da pesquisa é identificar a situação deste componente curricular a partir dos professores que atuam no Ensino Religioso no sistema de ensino estadual. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: um *survey* construído pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades será distribuído pelos Núcleos Regionais de Educação do Paraná, onde você disponibilizará cerca de 10 minutos para respondê-lo. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e de pesquisas futuras, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os formulários respondidos ficarão no nosso sistema onde serão posteriormente tabulados, gerando as informações que serão fonte primária da pesquisa. Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Os produtos e resultados da proposta de pesquisa apresentada, contribuirão com a consolidação do “Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (2018-2019)” porque estarão associados com a oferta de Curso de Formação Continuada aos professores da SEED PR e parceiros, como a Secretaria Municipal de Educação de Londrina. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar no e-mail uel.lerr@gmail.com.

**Pesquisador Responsável
Prof. Doutor Fabio Lanza
Departamento de Ciências Sociais – Centro de Letras e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Londrina
(43) 3371-4456**

Declaro que concordo em participar desse estudo e o faço de forma voluntária e anônima.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

Perfil pessoal

[]

Como você se considera quanto a cor/raça:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Branca
- Preta
- Parda
- Negra
- Amarelo
- Indígena

[]Qual sua idade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Cada resposta deve ter no mínimo 18

Por favor, coloque sua resposta aqui:

anos

[]Identifique o seu gênero:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Masculino
- Feminino

[] Identifique a sua orientação sexual:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Outros

[] Você tem alguma Religião ou acredita em algum sistema de crença ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

[] Se considera :

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Não' na questão '7 [010]' (Você tem alguma Religião ou acredita em algum sistema de crença ?) e A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Ateu
- Agnóstico
- Acredita no Deus cristão, mas não é institucionalizado
- Nenhuma opção

[]

Você tem/participa de alguma(s) religião(ões)?**Clique duas vezes ou arraste para o lado a(s) que escolher por ordem de senso de pertencimento.****Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha no máximo 3 respostas

Por favor, numere cada caixa por ordem de preferência, de 1 a 21

Por favor escolha não mais que 3 itens.

Acredito no Deus cristão, mas não tenho nenhuma instituição de referência

Católica Apostólica Romana

Evangélicas/Protestante (Pentecostal, Histórica, Neopentecostal, Comunidade)

Outras religiosidades cristãs

Espírita

Umbanda Candomblé

Testemunhas de Jeová

Igreja Adventista

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

Outras declarações de religiosidades afrobrasileira

Judaísmo

Hinduísmo

Budismo

Novas religiões orientais

Islamismo

Tradições esotéricas

Espiritualista

Tradições indígenas

Não determinada e múltiplo pertencimento

Outra Religião

[]Qual é a Outra religião? poderia indicá-la?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Outra Religião' ou 'Outras religiosidades cristãs' ou 'Outras declarações de religiosidades afrobrasileira' na questão '9 [004]' (Você tem/participa de alguma(s) religião(ões)? Clique duas vezes ou arraste para o lado a(s) que escolher por ordem de senso de pertencimento. (CLASSIFICAÇÃO 1)) e A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

O cenário religioso brasileiro é tão rico e diverso que não conseguimos prever todas as opções de resposta. Escrevendo sua religião nos fornecerá informações e poderemos melhorar/refinar nossa lista.

[]Qual sua Frequência nos cultos/rituais de sua instituição de pertença?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '7 [010]' (Você tem alguma Religião ou acredita em algum sistema de crença ?) e A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Mais de uma vez por semana
- Uma vez por semana
- Duas a três vezes ao mês
- Uma vez por mês
- De uma a cinco vezes ao ano
- Não tenho frequentado

[]Colabora financeiramente com a instituição ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '7 [010]' (Você tem alguma Religião ou acredita em algum sistema de crença ?) e A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Não colabora
- Colabora sem regularidade
- Colabora com regularidade semanal
- Colabora com regularidade mensal

Colabora em datas específicas do ano

[] Você já trocou de religião?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Nunca troquei

Uma vez

Mais de uma vez

Nunca fui religioso

[]De qual religião para qual?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Uma vez' ou 'Mais de uma vez' na questão '13 [008]' (Você já trocou de religião?) e A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Religião(ões) Anterior	Religião(ões) Atual
Acredito no Deus cristão, mas não pertencço/frequento nenhuma igreja	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Católica Apostólica Romana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Evangélicas/Protestante (Pentecostal, Histórica, Neopentecostal, Comunidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espírita	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sem religião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ateu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igreja Adventista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras religiosidades cristãs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Testemunhas de Jeová	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espiritualista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Umbanda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Candomblé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras declarações de religiosidades afrobrasileira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Judaísmo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Hinduísmo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Budismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novas religiões orientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Islamismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tradições esotéricas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tradições indígenas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras religiosidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não determinada e múltiplo pertencimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Leia as opções de religiões da coluna esquerda, selecionando qual ou quais você pertencia, posteriormente se oriente novamente nas religiões da coluna esquerda e selecione a(s) religião(ões) que você pertence agora.

[] Você já sofreu ou vivenciou algum caso de intolerância religiosa ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sim

Não

[] Se sim, que tipo de violência ? (Comente como foi ao lado)

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?) e A resposta foi 'Sim' na questão '15 [51]' (Você já sofreu ou vivenciou algum caso de intolerância religiosa ?)

Por favor, escolha as opções que se aplicam e faça um comentário:

a) Violência Física (Agressões)

b) Violência Simbólica (Ofensas, isolamento, ameaças, outros)

[] Se sim, onde foi o ocorrido?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?) e A resposta foi 'Sim' na questão '15 [51]' (Você já sofreu ou vivenciou algum caso de intolerância religiosa ?)

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

1) Escola

2) Trabalho

3) Família

4) Instituição Religiosa

5) Via pública

6) Redes Sociais

Outros:

Perfil Profissional

[]Você possui licenciatura?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

[] Em qual Núcleo Regional atua?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- APUCARANA
- ÁREA METROPOLITANA NORTE
- ASSIS CHATEAUBRIAND
- CAMPO MOURÃO
- CASCAVEL
- CIANORTE
- CORNÉLIO PROCÓPIO
- CURITIBA
- DOIS VIZINHOS FOZ
- DO IGUAÇU
- FRANCISCO BELTRÃO
- GOIOERÊ
- GUARAPUAVA
- IBAITI
- IRATI
- IVAIPORÃ
- JACAREZINHO
- LARANJEIRAS DO SUL
- LOANDA
- LONDRINA
- MARINGÁ
- PARANAGUÁ
- PARANAVÁI
- PATO BRANCO
- PITANGA
- PONTA GROSSA
- TELÊMACO BORBA
- TOLEDO
- UMUARAMA

UNIÃO DA VITÓRIA

WENCESLAU BRAZ

[]
Qual cidade ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

[Lista de todas as cidades paranaenses foram suprimidas neste apêndice]

Para manter o anonimato garantido e ser impossível indentificar os respondentes por informações cruzadas, optamos por excluir as cidades com menos de 30 mil habitantes.

[] Em qual(is) modalidades e sistemas de ensino atua ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Não atuo	Sistema Público	Sistema Privado
Educação Infantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fundamental I	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fundamental II	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Médio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

[] Há quantos anos é professor?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

anos

[] Qual sua carga horária TOTAL ? (horas)

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

[]Qual(is) são sua Formação(ões) Acadêmica(s)?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha no máximo 3 respostas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Arte Biologia

Educação Física

Ensino religioso

Filosofia

Física

Geografia

História

Língua estrangeira moderna

Língua portuguesa

Matemática

Pedagogia

Química

Sociologia

Ciência da Religião

Teologia

Outra formação:

[] Qual(is) disciplinas leciona ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- Arte
- Biologia
- Ciências
- Educação Física
- Ensino religioso
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Língua estrangeira moderna
- Língua portuguesa

Matemática

Química

Sociologia

[] O seu curso de graduação (na sua Universidade, Faculdade, etc) lhe habilitou a ministrar a disciplina (ou módulo) de Ensino Religioso?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

[] Em qual Estado você completou sua licenciatura?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Paraná
- Santa Catarina
- Rio Grande do Sul
- São Paulo
- Rio de Janeiro
- Minas Gerais

Espírito Santo

Outros

[]**Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação?**

(Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado)

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Pública
- Privada
- Federal
- Outros

[]Qual a Universidade pública que cursou no Paraná?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?) e A resposta foi 'Paraná' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP) - CAMPUS JACAREZINHO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (UFPR) - CAMPUS CURITIBA
- UNICENTRO - CAMPUS GUARAPUAVA
- UNICENTRO - CAMPUS IRATI
- UNIOESTE - CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
- UNIOESTE - CAMPUS DE TOLEDO
- UNESPAR - CAMPUS CAMPO MOURÃO
- UNESPAR - CAMPUS DE PARANAGUÁ
- UNESPAR - CAMPUS DE PARANAÍ
- (FAFIPA)
- UNESPAR - CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA (UNESPAR-UV)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA (UNILA)
Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP)

Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Paraná (IFPR)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Outros

[]Qual a Universidade Federal que cursou no Paraná?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Paraná' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- IFPR - Instituto Federal do Paraná
- UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul

Outros

[]Qual Universidade privada você cursou no Paraná?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Paraná' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Centro de Ensino Superior de Foz de Iguaçu (CESUFOZ) Centro
- de Ensino Superior Dos Campos Gerais (CESCAGE) Centro
- Técnico-Educ. Superior do Oeste Paranaense (CTESOP) Centro
- Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE)
- Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)
- Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)
- Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV)
- Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)
- Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática (ESEEI)
- Faculdade Adventista Paranaense (IAP)
- Faculdade Alborada de Tecnologia e Educação de Maringá (FAAB)
- Faculdade Alfa Brasil (FAAB)
- Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná (FAESP)
- Faculdade Arthur Thomas (CESA)
- Faculdade Assis Gurgacz (FAG)
- Faculdade Astorga (FAAST)
- Faculdade Campo Real
- Faculdade Catuaí (ICES)
- Faculdade CBES
- Faculdade Cenequista de Campo Largo (FACECLA)
- Faculdade Centro Oeste do Paraná (FACEOPAR)
- Faculdade Centro Sul do Paraná
- Faculdade CIODONTO
- Faculdade Claretiana de Teologia
- Faculdade Cristo Rei (FACCRI)
- Faculdade da Fronteira (FAF)
- Faculdade de Agronegócio Paraíso do Norte (FAPAN)
- Faculdade de Apucarana (FAP)
- Faculdade de Artes do Paraná (FAP)
- Faculdade de Cafelândia (FAC)
- Faculdade de Campina Grande do Sul (FACSUL)
- Faculdade de Ciência Aplicadas de Cascavel (FACIAP)
- Faculdade de Ciência de Wenceslau Braz (FACIBRA)
- Faculdade de Ciência e Tecnologia (FACITEC)

Faculdade de Ciência Educacionais e Sistemas Integrados (FACESI)

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (FCSAC)

www.uel.br/projetos/infosoc/ls/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/534764

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Paraná (FACET)
- Faculdade de Cs., Letras e Educ. do Noroeste do Paraná (FACLENOR)
- Faculdade de Direito Francisco Beltrão (CESUL)
- Faculdade de Economia e Proc. de Dados de Foz do Iguaçu (FEPI)
- Faculdade de Educação São Braz
- Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESPPR)
- Faculdade de Educação, Administração e Tecnologia de Ibaiti (FEATI)
- Faculdade de Ensino Sup. de São Miguel do Iguaçu (FAESI)
- Faculdade de Ensino Superior de Marechal C. Rondon (ISEPE)
- Faculdade de Ensino Superior Km 125
- Faculdade de Ensino Superior de Clevelândia (FESC)
- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN)
- Faculdade de Jandaia do Sul (FAFIJAN)
- Faculdade de Odontologia São Leopoldo Mandic (SLMANDIC)
- Faculdade de Pato Branco (FADEP)
- Faculdade de Realeza (CESREAL)
- Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama
- Faculdade de Tecnologia América do Sul
- Faculdade de Tecnologia CETE
- Faculdade de Tecnologia de Curitiba (FATECPR)
- Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC-
IVAI)
- Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná
(FATECIE) Faculdade de Tecnologia ENSITEC
- Faculdade de Tecnologia Herrero
(FATEC) Faculdade de Tecnologia IAPEC
- Faculdade de Tecnologia Inesul do Paraná (FIPAR)
- Faculdade de Tecnologia Inspirar
- Faculdade de Tecnologia Integral (CETI)
- Faculdade de Tecnologia Internacional (FATEC-
INTERNACIONAL) Faculdade de Tecnologia Machado de Assis
(FAMA)
- Faculdade de Tecnologia Martinus
- Faculdade de Tecnologia Radial Curitiba
- Faculdade de Tecnologia Tupy (FTT)
- Faculdade de Telêmaco Borba (FATEB)
- Faculdade de Teologia Evangelica
(FATEV) Faculdade Dinâmica das
Cataratas (UDC) Faculdade do Centro Do
Paraná (UCP) Faculdade do Litoral

Paranaense (FLP) Faculdade Dom Bosco

Faculdade Dom Bosco (FDB)

Faculdade Nac. de Educação e Ensino Superior do Paraná (FASEESP)

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

-
-
-
- Faculdade Pitágoras
- Faculdade Sagrada Família (FASF)
- Faculdade Sant'Ana (IESSA)
- Faculdade São Basílio Magno (FASBAM)
- Faculdade São Camilo
- Faculdade São Judas Tadeu de Pinhas (FAPI)
- Faculdade Sul Brasil
- Faculdade Teológica Batista do Paraná (FTBP)
- Faculdade Teológica da Assembléia de Deus
- (FATADC) Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA)
- Faculdade União Bandeirante (UNIBAN)
- Faculdade União das Américas
- Faculdade União de Campo Mourão
- Faculdade Unilagos
- Faculdade Unissa de Sarandi (UNISSA)
- Faculdade Vicentina (FAVI)
- Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI)
- Faculdades Integradas Anglo - Americano (FIAA)
- Faculdades Integradas Camões (FICA)
- Faculdades Integradas do Brasil (FACBRASIL)
- Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu
- Faculdades Integradas do Vale do Ivaí
- Faculdades Integradas Espírita (FIES)
- Faculdades Integradas FAE
- Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba (FARESC)
- Faculdades Itecne
- Faculdades Opet
- Faculdades Opet
- Faculdades Pequeno Príncipe (FPP)
- Faculdades Pequeno Príncipe (FPP)
- Faculdades SECAL
- Faculdades Spei
- Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ)
- Instituto de Ensino Superior de Curitiba (IESC)
- Instituto de Ensino Superior de Londrina (INESUL)
- Instituto de Pós-Graduação & Graduação (IPOG)
- Instituto Educacional de Castro (INEC)
- Instituto Superior de Educação de Guaratuba (ISEPE)
- Instituto Superior de Educação do Litoral do Paraná (ISULPAR)
- Instituto Superior de Educação do Paraná (ISEP)

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

 Instituto Superior de Educação Sant' Ana (ISESA) Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) Universidade Paranaense (UNIPAR) Universidade Positivo (UP) Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) Outros

[]Qual Universidade Pública cursou em SC ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Santa Catarina' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

 UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina Outros

[]Qual Universidade Federal você cursou em SC?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Santa Catarina' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

 UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina Outros

[]Qual Universidade Privada cursou em SC?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Santa Catarina' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ACE - Associação Catarinense de Ensino
- FACC - Faculdade Concórdia
- FAACH - Faculdade Santa Rita de Chapecó
- FAP - Faculdade Santa Rita Palmitos
- SENAC - Faculdade Senac - Santa Catarina
- UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
- UNIASSELVI- Centro Universitário Leonardo da Vinci
- UNIBAVE - Universidade Barriga Verde
- UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque
- UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
- UNC - Universidade do Contestado
- UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
- UNERJ - Centro Universitário de Jaraguá do Sul
- UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí
- UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville
- UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária Regional de Chapecó
- UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense
- UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

Outros

[]Qual Universidade Pública do Rio Grande do Sul cursou?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Rio Grande do Sul' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
- Outros

[]Qual Universidade Federal você cursou no Rio Grande do Sul ?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'Rio Grande do Sul' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- FURG - Universidade Federal do Rio Grande
- IFFarroupilha - Instituto Federal Farroupilha
- IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
- IFSul - Instituto Federal Sul-rio-grandense
- UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
- UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
- UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul

Outros

[]Qual Universidade Privada você cursou no Rio Grande do Sul?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Rio Grande do Sul' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- CESF - Centro de Ensino Superior Cenequista de Farroupilha
- CASTELLI - Escola Superior de Hotelaria Castelli
- ESMARGS - Escola Superior de Música e Artes do Rio Grande do Sul
- FAE - Faculdade Anglicana de Erechim
- FAE - Faculdades Equipe - Sapucaia do Sul
- FAM - Faculdade Antonio Meneghetti
- FSG - Faculdade da Serra Gaúcha
- FTEC - Faculdade de Tecnologia TecBrasil
- IDEAU - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - Getúlio Vargas
- SENAC - Faculdade Senac - Rio Grande do Sul
- SJT - Instituição Educacional São Judas Tadeu
- UNIANHANGUERA - Anhanguera Educacional S.A.
- UNIRITTER - Centro Universitário Ritter dos Reis
- FEMA - Escola Técnica e Superior Machado de Assis - Santa Rosa
- FADISMA - Faculdade de Direito de Santa Maria
- Faculdade Anglo - Americano - Grupo Educacional
- UNIVERSIDADE LA SALLE
- CNECSAN - Faculdade CNEC Santo Ângelo
- FACCAT - Faculdades Integradas de
- Taquara FACOS - Faculdade Cenequista de
- Osório FISMA - Faculdade Integrada de
- Santa Maria FAPA - Faculdade Porto
- Algrense
- FEEVALE - Universidade Feevale
- FACENSA - Faculdade Cenequista Nossa Senhora dos Anjos
- IACS - Instituto Adventista Cruzeiro do Sul
- MARQUÊS - Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval
- IPA - Centro Universitário Metodista do Instituto Porto Alegre
- PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- UCPEL - Universidade Católica de Pelotas
- UCS - Universidade de Caxias do Sul
- ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
- UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta
- UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNIRITTER - Centro Universitário Ritter dos Reis

UNILASALLE-RJ - Centro Universitário La Salle - RJ

www.uel.br/projetos/infosoc/ls/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/534764

27/44

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNIVATES - Centro Universitário UNIVATES

UPF - Universidade de Passo Fundo

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

EST - Faculdades EST

Outros

[]Qual Universidade Pública de São Paulo cursou?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'São Paulo' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

USP - Universidade de São Paulo

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Univesp - Universidade Virtual do Estado de São Paulo

Outros

[]Qual Universidade Federal de São Paulo cursou?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'São Paulo' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFABC - Universidade Federal do ABC

Outros

[]Qual Universidade Privada você cursou em São Paulo?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'São Paulo' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- CEUNSP - Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio
- ITE - Instituição Toledo de Ensino
- UAM - Universidade Anhembi Morumbi
- UBC - Universidade Braz Cubas
- UMC - Universidade de Mogi das Cruzes
- Universidade Paulista - Campus Paraíso - São Paulo/SP
- UNG - Universidade de Guarulhos
- UniABC - Universidade do Grande ABC
- UNIBAN - Universidade Bandeirante de São Paulo
- UNIBERO - Centro Universitário Anhanguera de São Paulo
- UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul
- UNISEB - Centro Universitário Estácio UniSEB -São Paulo
- UNIFRAN - Universidade de Franca
- UNIMAR - Universidade de Marília
- UNINOVE - Universidade Nove de Julho
- UNIP - Universidade Paulista
- UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos
- UNISANTA - Universidade Santa Cecília UNISO -
- Universidade de Sorocaba UNISANT'ANNA -
- Centro Universitário Sant'Anna USJT -
- Universidade São Judas Tadeu
- AESA - Anhanguera Educacional
- FACAMP - Faculdades de Campinas
- FACIC: A Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro
- FACMIL - Faculdade de Administração de São José do Rio Preto
- FADI - Faculdade de Direito de Sorocaba
- FADISC - Faculdades Integradas de São Carlos
- FALS - Faculdade do Litoral Sul Paulista
- FAM - Faculdade de Americana
- FATEC Luiz Rosa - Faculdade de Tecnologia Prof. Luiz
- Rosa FIAP - Faculdade de Administração e Informática
- Paulista FIRB - Faculdades Integradas Rio Branco
- FIT - Faculdade Impacta Tecnologia
- FMS - Faculdade Mario Schenberg

FNC - Faculdade Nossa Cidade

FOC - Faculdades Oswaldo Cruz

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

- JAPI - Faculdade Japi
 - SLMANDIC - Faculdade de Odontologia e Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic
 - TECMED - Faculdade de Tecnologia Tecmed
 - BANDTEC - Faculdade de Tecnologia Bandeirantes
 - FLAMINGO - Faculdade Flamingo
 - MACK - Universidade Presbiteriana Mackenzie
 - PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 - PUC-Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP, antigamente)
 - UMESP - Universidade Metodista de São Paulo
 - UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto UNIMEP -
 - Universidade Metodista de Piracicaba UNISANTOS -
 - Universidade Católica de Santos UNICASTELO -
 - Universidade Camilo Castelo Branco UNISA -
 - Universidade de Santo Amaro
 - UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba
 - UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista
 - USF - Universidade São Francisco
 - FIRB - Faculdades Integradas Rio Branco
 - Centros Universitários
 - CBM - Centro Universitário Barão de Mauá
 - UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium
 - CUSC - Centro Universitário São Camilo
 - FEBASP - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
 - FEI - Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros
 - FMU - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
 - IMT - Instituto Mauá de Tecnologia
 - SENAC - Centro Universitário Senac - São Paulo
 - UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo
 - UNIARA - Centro Universitário de Araraquara
 - UNICEP - Centro Universitário Central Paulista
 - UNIFAI - Centro Universitário Assunção
 - UNIFEB - Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos
 - UNIFEOP - Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
 - UNIFIEO - Centro Universitário FIEO
 - UNILAGO - União das Faculdades dos Grandes Lagos
 - UNIMONTE - Centro Universitário Monte Serrat
 - UNISAL - Centro Universitário Salesiano de São Paulo
 - UNORP - Centro Universitário do Norte Paulista
 - UNIRP - Centro Universitário de Rio Preto
- Faculdades, Escolas e Institutos

BSP - Business School São Paulo

www.uel.br/projetos/infosoc/ls/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/534764

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

-
-
-
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- FATEC - Faculdade de Teologia e Ciências
- FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
- ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing
- ESAGS - Escola Superior de Administração e Gestão
- IMT - Instituto Mauá de Tecnologia
- FCL - Faculdade Cásper Líbero
- FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado
- Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa
- FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
- FRB - Faculdades Integradas Rio Branco
- DOMPEDRO - Faculdades Integradas Dom Pedro II
- FIO - Faculdades Integradas de Ourinhos
- FTML - Faculdade de Teologia Metodista Livre
- FTT - Faculdade de Tecnologia Termomecânica
- FAPCOM - Faculdade Paulus de Comunicação e Tecnologia
- UCESP - Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo
- UniSãopaulo - Instituto São Paulo de Formação e Especialização Profissional
- FZP - Faculdade Zumbi dos Palmares
- FEF - Fundação Educacional de Fernandópolis

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Outros

[]Qual Universidade Pública do Rio de Janeiro você cursou ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Rio de Janeiro' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- FAETERJ - Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
- UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense
- UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UEZO - Universidade Estadual da Zona Oeste
- Outros

[]Quais Universidades Federais você cursou no Rio de Janeiro?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'Rio de Janeiro' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - seleccione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- IFF - Instituto Federal Fluminense
- IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro
- CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
- ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- UFF - Universidade Federal Fluminense
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Outros

[]Qual Universidade Privada do Rio de Janeiro você cursou?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Rio de Janeiro' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- INFNET - Instituto Infnet
- SENAC - Faculdade Senac Rio de Janeiro
- UBM - Centro Universitário de Barra Mansa
- UNESA - Universidade Estácio de Sá
- UNIFOA - Centro Universitário de Volta Redonda
- Ibmec - Ibmec (Instituição de Ensino)
- CELSO LISBOA - Centro Universitário Celso Lisboa
- FUNENSEG - Escola Nacional de Seguros FIJ
- Faculdades Integradas de Jacarepaguá
- FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso
- FFSD - Faculdade de Filosofia Santa Doroteia
- FMC - Faculdade de Medicina de Campos
- FSMA - Faculdade Salesiana de Macaé
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- FTESM- Fundação Técnico Educacional Souza Marques
- Mackenzie Rio -Faculdade Presbiteriana Mackenzie RJ
- PUCRIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- FSB/RJ - Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro
- UCAM - Universidade Cândido Mendes
- BENNETT - Instituto Metodista BENNETT
- IBMR - Centro Universitário Hermínio da Silveira
- UCB - Universidade Castelo Branco
- UCP - Universidade Católica de Petrópolis
- UGB - Centro Universitário Geraldo Di Biase
- UGS - Universidade Gama e Souza
- UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta
- UNIABEU Centro Universitário
- UNICARIOCA - Centro Universitário Carioca
- UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio
- UNIVERCIDADE - Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro
- UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira
- USS - Universidade Severino Sombra
- USU - Universidade Santa Úrsula
- UVA - Universidade Veiga de Almeida

REDENTOR - Sociedade Universitária Redentor - Faculdade Redentor

www.uel.br/projetos/infosoc/ls/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/534764

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

Outros

[]Qual Universidade Pública você cursou em Minas Gerais?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'Minas Gerais' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- FJP - Fundação João Pinheiro
 UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

Outros

[]Qual Universidade Federal você cursou em Minas Gerais?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'Minas Gerais' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
 IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais
 IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
 IFSM - Instituto Federal do Sudeste de Minas
 IFSUM - Instituto Federal do Sul de Minas
 IFTM - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
 UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
 UFLA - Universidade Federal de Lavras
 UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
 UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
 UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei
 UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
 UFU - Universidade Federal de Uberlândia
 UFV - Universidade Federal de Viçosa
 UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

Outros

[]Qual Universidade Privada você cursou em Minas Gerais?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Minas Gerais' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ASMEC - Associação Sul Mineira de Educação e Cultura
- CECON - Centro Educacional Conceição Nunes
- CENSI - Centro de Ensino Superior de Itabira
- FAC - Faculdade Arquidiocesana de Curvelo
- FACESM - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas
- FACICA - Faculdade de Ciências da Saúde de Campos Gerais
- FACED - Faculdade de Ciências Contábeis de Divinópolis
- FACTU - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí
- FEAD - Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais
- FAVENORTE - Instituto Superior de Educação Verde Norte
- FEMG - Faculdade de Engenharia de Minas Gerais
- FMC - Faculdades Milton Campos
- FPAS - Faculdade Pitágoras de Administração Superior
- FPMG - Faculdade Promove de Minas Gerais
- FPU - Faculdade Politécnica de Uberlândia
- FSA - Faculdades Santo Agostinho
- FUNEDI - Fundação Educacional de Divinópolis
- SECAL - Faculdade Santa Amélia
- INESC - Instituto de Ensino Superior Cenecista
- IPTAN - Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Neves
- ISEC - Instituto Superior de Educação de Campos Gerais
- Rede de Ensino Doctum - Instituto Doctum
- UNA - Centro Universitário UNA
- UNIFENAS - Universidade de Alfenas "José do Rosário Vellano
- UNILAVRAS - Centro Universitário de Lavras
- UNIVERSITAS - Centro Universitário de Itajubá
- UNIVIÇOSA - União de Ensino Superior de Viçosa - Univiçosa
- EEK - Escola de Engenharia Kennedy
- EEWB - Escola de Enfermagem Wenceslau Braz
- ESDHC - Escola Superior Dom Helder Câmara
- FACAPA - (Faculdade Católica de Pouso Alegre)
- FADMINAS - Faculdades Integradas Adventistas de Minas Gerais
- FAGAMMON - Faculdade Presbiteriana Gammon
- FDSM - Faculdade de Direito do Sul de Minas

FACECA - Faculdade Cenecista de Varginha

FASF - Unisa - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco

www.uel.br/projetos/infosoc/ls/index.php/admin/printablesurvey/sa/index/surveyid/534764

11/09/2019

>infosoc - Ensino Religioso no Paraná

- FAZU - Faculdades Associadas de Uberaba
 FCMMG - Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
 FCMS/JF - Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora
 FMG - Faculdade Metodista Granbery FMIT -
 Faculdade de Medicina de Itajubá FUNJOB -
 Faculdade de Medicina de Barbacena
 FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura
 FUNCESI - Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira
 IESP - Instituto de Educação Superior de Patrocínio
 PUCMG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
 UIT - Universidade de Itaúna
 UNIARAXÁ - Centro Universitário do Planalto de Araxá
 UNIBH - Centro Universitário de Belo Horizonte
 UNICERP - Centro Universitário do Cerrado - Patrocínio
 UNIFEMM - Centro Universitário de Sete Lagoas "Monsenhor Messias
 UNIFORMG - Centro Universitário de Formiga
 UNILESTE/MG - Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
 UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos
 UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas
 UNITRI - Centro Universitário do Triângulo
 UNIUBE - Universidade de Uberaba
 UNIVAS - Universidade do Vale do Sapucaí
 UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce
 UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

CUEA - Centro Universitário Eaprenda Elearning

Outros

[]Qual Universidade Pública de Espírito Santo você cursou?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Espírito Santo' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Pública' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- FAMES - Faculdade De Musica do Espírito Santo" Mauricio de Oliveira"
 Outros

[]Qual Universidade Federal você cursou em Espírito Santo?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Espírito Santo' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Federal' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - seleccione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Outros

[]Qual Universidade Privada você cursou em Espírito Santo?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Espírito Santo' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?) e A resposta foi 'Privada' na questão '28 [61]' (Que tipo de Instituição de Ensino Superior você fez sua graduação? (Caso seja outra - selecione a opção "Outros:" e preencha ao lado))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- CESV - Centro de Ensino Superior de Vitória
- FABAVI - Faculdade Batista de Vitoria
- FDV - Faculdades Integradas de Vitória
- FUCAPE - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
- Rede de Ensino Doctum - Instituto Doctum
- UNESA - Universidade Estácio de Sá
- CESAT - Escola de Ensino Superior Anísio Teixeira
- FASE - Faculdade da Serra
- MULTIVIX- Faculdade Brasileira
- PIO XII- Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo
- SABERES- Faculdade Saberes
- FCMV - Faculdade Candido Mendes de Vitória
- FAACZ - Faculdade de Aracruz
- FACE - Faculdade Casa do Estudante
- EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
- FAPECS - Instituto de Pesquisa em Ciências da Saude
- UVV - Universidade Vila Velha
- UNESC - Centro Universitário do Espírito Santo
- FAESA - Faculdades Integradas Espírito-Santenses
- UCL - Faculdade do Centro Leste
- Favi/FACES - Faculdade do Espírito Santo
- ESFA - Escola Superior São Francisco de Assis
- CUSC - Centro Universitário São Camilo
- FAFIA - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre

FCB - [Faculdade Castelo Branco] Colatina/ES.

Outros

[]Se sua Universidade não está na lista, escreva-a:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Outros' na questão '27 [58]' (Em qual Estado você completou sua licenciatura?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Ensino Religioso

[] Há quanto tempo leciona a disciplina de Ensino Religioso?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

anos

[] Em relação a disciplina de E.R seu vínculo trabalhista é :

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Concursado da disciplina Temporário da
- disciplina Complementação de carga
- horária (PSS)
- Complementação de carga horária (Concursado)
- Aula extraordinária

[] Possui alguma formação específica para a disciplina de E.R ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

[] Qual

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '53 [042]' (Possui alguma formação específica para a disciplina de E.R ?) e A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

EAD

Presencial

Especialização

Licenciatura

Cursos SEED

Outros cursos

[]Qual a carga horária da disciplina por semana?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

horas

[]Por que optou lecionar a disciplina de E.R ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- Afinidade pessoal
- Disciplina disponível para trabalho
- Estudou/ se formou para ela
- Motivos religiosos
- Complementação de carga horária
- Outros:

[]Usa algum material didático ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, numere cada caixa por ordem de preferência, de 1 a 6

- Livro/Caderno didático Público (fornecidos pelos Estados ou Municípios)
- Livro/Caderno didático privado (fornecido pela Instituição de Ensino)
- Livro/Caderno didático privado (adquirido com recursos próprios)
- Materiais retirados da Internet
- BNCC 2017
- Outros

[]Qual seu posicionamento a respeito das questões que envolvem a disciplina?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

Não tenho

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	opinião formada	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Símbolos sagrados podem ser exibidos em espaços públicos (escolas, prefeituras, praças, etc)					
O livro didático fornecido pela SEED é suficiente para o exercício profissional					
Rezar/orar durante as aulas com os estudantes é importante e recomendável					
A disciplina deveria ser lecionada apenas pelos formados nas graduações autorizadas pela legislação correspondente à cada Estado.					

[]

Com qual documento você fundamenta sua ação docente na disciplina ?**Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:**

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- Nenhum
- Diretriz Estadual
- Diretriz Municipal
- Proposta do Sistema de Ensino em que atua
- Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER)
- BNCC 2017
- Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações - 2018
- Organização do Trabalho Pedagógico - 2018

[] Qual é sua posição sobre o que se deve ensinar na disciplina/módulo curricular de Ensino Religioso durante o Ensino Fundamental?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa pesquisa?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Sou favorável, e todas as religiões (cristãs, islâmica, judaica, orientais, afro-brasileiras, indígenas, outras) devem ser apresentadas.
- Sou favorável, e apenas as religiões cristãs (católica, evangélicas, outros) devem ser apresentadas.
- Sou favorável, e apenas a religião católica deve ser apresentada

Sou contrário.

Não tenho opinião.

Não conheço

Político

[] No Brasil, como você define Estado Laico?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '1 [100]' (Aceita participar dessa

pesquisa?) Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Estado laico é aquele onde diferentes religiões coexistem num mesmo país ou nação, desligadas do

poder político

Estado laico é quando o país não tolera manifestações religiosas no campo político

País ou nação que só permite oficialmente uma religião

É todo Estado que tem como base o ateísmo

Não sei definir um Estado laico

OUTRO: Como conceitua?:

Marque quantas forem necessárias

**Obrigado pela
participação!!**

31/12/2019 – 00:00

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.